

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA E  
A PROPOSTA DO *RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS* (RDA)**

RAILDO DE SOUSA MACHADO

SÃO CARLOS, SP

2019

RAILDO DE SOUSA MACHADO

**PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA E  
A PROPOSTA DO *RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS* (RDA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora Profa. Dra. Zaira Regina Zafalon.

SÃO CARLOS, SP

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Raildo de Sousa Machado, realizada em 29/07/2019:

Prof. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival  
UFSCar

Prof. Dra. Zaira Regina Zafalon  
UFSCar

---

Prof. Dra. Ana Maria Pereira  
UDESC

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Ana Maria Pereira e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival

*A Zaira Regina Zafalon*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

A minha mãe, meu pai, minha irmã, minha sobrinha e meu cunhado.

À Professora Dra. Zaira Regina Zafalon.

Ao Professor Dr. José Fernando Modesto da Silva.

À Professora Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival.

À Professora Dra. Ana Maria Pereira.

A Raquel Santos Maciel.

Ao Bond do Capurro.

A Camila Rocha Maciel.

A Janaina Lima.

A Jessica Meneses.

Ao David Lui Guimarães Vieira.

Ao Humberto Moraes.

A Vivian Rosa Storti.

A Thalita James.

A Mara Patrícia.

Ao Jefferson Mariotto.

A Rejane Coelho.

A Nelma Fabrícia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos.

A Universidade Federal do Amapá.

*“Catalogar é uma arte.”*  
*Charles Ammi Cutter (1904).*

## RESUMO

Tem-se os códigos de catalogação como tema de pesquisa e acerca-se do *Resource Description and Access* (RDA) como o seu objeto de estudo. No decorrer da pesquisa, questiona-se sobre a relação dos princípios e dos fundamentos da catalogação com a proposta do RDA. Para tanto, o objetivo geral busca discutir a proposta do RDA à luz dos princípios e dos fundamentos da catalogação descritiva. Nos objetivos específicos tem-se [1] mapear discussões científicas sobre o RDA; [2] analisar os teóricos fundadores da catalogação, seus princípios e fundamentos; [3] apresentar o histórico dos códigos e tratados de catalogação; [4] apresentar os modelos conceituais basilares da catalogação contemporânea; [5] analisar o RDA, seus princípios e objetivos; [6] apresentar o movimento teórico-prático a partir da publicação do RDA, objetivos esses que levarão a entender o passado, o presente e o futuro do RDA e como o mesmo se apropria dos princípios e dos fundamentos da catalogação descritiva. A pesquisa, de natureza aplicada, adota abordagem qualitativa, fazendo uso do mapeamento sistemático de literatura como parte dos procedimentos bibliográfico e documental para atingir os objetivos exploratórios e descritivos. Academicamente, pretende-se contribuir com as discussões sobre a essência do RDA, ao ampliarem-se as possibilidades de estudos e familiaridade com os objetivos, princípios, funções e aplicação do padrão RDA. Esta pesquisa justifica-se no contexto da Ciência da Informação por se tratar da organização e representação da informação e, na contribuição científica, traz as tendências sobre a temática como decorrência do mapeamento de literatura.

**Palavras-chave:** Códigos de catalogação. Fundamentos da catalogação. Princípios da catalogação. *Resource Description and Access*. RDA.

## ABSTRACT

Cataloging codes are the subject of research, and Resource Description and Access (RDA) is their object of study. In the course of the research, it is questioned about the relation of the principles and fundamentals of cataloging with the proposal of the RDA. To this end, the general objective seeks to discuss the RDA proposal in the light of the principles and foundations of descriptive cataloging. The specific objectives have [1] map scientific discussions about the RDA; [2] analyze the founding theorists of cataloging, its principles and foundations; [3] present the history of cataloging codes and treaties; [4] present the basic conceptual models of contemporary cataloging; [5] analyze the RDA, its principles and objectives; [6] present the theoretical and practical movement from the publication of the RDA, which objectives will lead to understand the past, present and future of the RDA and how it appropriates the principles and foundations of descriptive cataloging. The applied research adopts a qualitative approach, making use of systematic literature mapping as part of the bibliographic and documentary procedures to achieve the exploratory and descriptive objectives. Academically, it is intended to contribute to discussions about the essence of the RDA, by expanding the possibilities of studies and familiarity with the objectives, principles, functions and application of the RDA standard. This research is justified in the context of Information Science because it is the organization and representation of information and, in the scientific contribution, brings trends on the subject as a result of the literature mapping.

**Keywords:** Cataloging codes. Fundamentals of cataloging. Principles of cataloging. Resource Description and Access. RDA.



## LISTA DE SIGLAS

AACR	Código Anglo-Americano de Catalogação
DGM	Designação Geral do Material
FRAD	Functional Requirements for Authority Data
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
FRSAD	Functional Requirements for Subject Authority Data
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IME-ICC	IFLA Meetings of Experts on an International Cataloguing Code
ISBD	International Standard Bibliographic Description
JSC/AACR	Joint Steering Committee for the Revision of AACR
JSC/RDA	Joint Steering Committee for Development of RDA
LAPES	Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software
LCSH	Library of Congress Subject Headings
IFLA LRM	IFLA Library Reference Model
OPAC	Online Public Access Catalog
RDA	Resource Description and Access
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
START	State of the Art through Systematic Review
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
VIAF	Virtual International Authority File

## LISTA DE ESQUEMAS

<b>Esquema 1</b> - Percuso de pesquisa.....	21
<b>Esquema 2</b> – Recuperação de publicações nas bases de dados pesquisadas .....	27
<b>Esquema 3</b> – Extração de termos – Inclusão .....	29
<b>Esquema 4</b> – Periódicos com publicações sobre o RDA.....	30
<b>Esquema 5</b> – Autores com publicações sobre o RDA.....	31
<b>Esquema 6</b> – Partes que compõem a Catalogação .....	40
<b>Esquema 7</b> – Marcos da catalogação, de códigos e de tratados .....	57
<b>Esquema 8</b> – Entidades e relações primárias do Grupo 1 .....	68
<b>Esquema 9</b> – Entidades e relações de responsabilidade do Grupo 2 .....	72
<b>Esquema 10</b> – Modelo conceitual FRSAD .....	74
<b>Esquema 11</b> – Entidades e relacionamentos no Grupo 3 .....	75
<b>Esquema 12</b> – Hierarquia das entidades do IFLA LRM.....	94
<b>Esquema 13</b> – Relações entre as entidades do IFLA LRM .....	99

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Protocolo de revisão sistemática de literatura .....	24
<b>Quadro 2</b> – Tarefas dos usuários nos modelos conceituais da IFLA.....	76
<b>Quadro 3</b> – Síntese das discussões da Conferência de Toronto.....	79
<b>Quadro 4</b> – Cinco leis de Ranganathan: novas concepções .....	82
<b>Quadro 5</b> – Principais diferenças entre os quatro modelos .....	92
<b>Quadro 6</b> – Hierarquia de relacionamento IFLA LRM.....	98

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Identificação de documentos aceitos, rejeitados e duplicados .....	28
<b>Gráfico 2</b> – Exclusão de documentos.....	29
<b>Gráfico 3</b> – Data de publicações sobre o RDA .....	32

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 MAPEAMENTO DE LITERATURA</b> .....	22
2.1 <i>STATE OF THE ART THROUGH SYSTEMATIC REVIEW (START)</i> .....	23
2.2 MAPEAMENTO DE ESTUDOS SOBRE RDA.....	26
2.2.1 Análise quantitativa dos dados.....	27
2.2.2 Análise qualitativa dos documentos .....	32
2.3 ANÁLISE SUCINTA DOS DADOS .....	36
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	38
3.1 TEÓRICOS E A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA .....	42
3.1.1 Antonio Panizzi (Anthony Panizzi).....	42
3.1.2 Charles Ammi Cutter .....	44
3.1.3 Seymour Lubetzky.....	45
3.1.4 Charles Coffin Jewett .....	47
3.1.5 Shiyali Ramamrita Ranganathan.....	48
3.2 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA .....	53
3.3 CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO.....	55
3.3.1 Códigos de catalogação.....	56
3.3.2 Códigos de catalogação anglo-americanos (AACR, AACR2 e AACR2r) .....	61
3.3.3 <i>International Standard Bibliographic Description (ISBD)</i> .....	63
3.4 MODELOS CONCEITUAIS DA CATALOGAÇÃO .....	65
3.4.1 <i>Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR</i> .....	66
3.4.2 <i>Functional Requirements for Authority Data – FRAD</i> .....	70
3.4.3 <i>Functional Requirements for Subject Authority Data – FRASAD</i> .....	73
<b>4 O RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS – RDA E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA</b> .....	77

<b>5 O PÓS RDA</b> .....	91
5.1 IFLA <i>LIBRARY REFERENCE MODEL</i> – IFLA LRM.....	91
5.1.1 Entidades no IFLA LRM .....	93
5.1.2 Atributos no IFLA LRM .....	96
5.1.3 Relacionamentos no IFLA LRM.....	98
5.2 IFLA LRM NO <i>PROJECT RDA 3R</i> .....	100
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
<b>APÊNDICES</b> .....	113
APÊNDICE A – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE SCOPUS.....	114
APÊNDICE B – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE WEB OF SCIENCE ..	115
APÊNDICE C – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE ISTA.....	116
APÊNDICE D – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE LISTA.....	118
APÊNDICE E – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE LISA.....	120
APÊNDICE F – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE BENANCIB.....	121
APÊNDICE G – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE BRAPCI .....	123
APÊNDICE H – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE NDLTD.....	124
APÊNDICE I – <i>STRING</i> DE BUSCA APLICADA NA BASE BDTD .....	126
APÊNDICE J – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS ICPS DE 1961, 2009 E 2016 .....	127

## 1 INTRODUÇÃO

As ferramentas criadas pela humanidade desde os tempos pré-históricos sempre aspiravam uma forma de simplificar os trabalhos por eles desenvolvidos e, à medida em que foram criadas, outras necessidades também surgiram e exigiram que novas formas de instrumentos, ou a melhoria de instrumentos que fossem mais adequados às necessidades, fossem estudadas, criadas, testadas e aplicadas. Foi assim com as formas de registrar e disseminar informação, ações que evoluíram desde o tempo em que eram fixadas nas paredes das cavernas, passando pelo rádio, pela televisão, pelos multimeios, pelos computadores até chegar aos tempos dos intensos avanços tecnológicos da comunicação online e em tempo real.

As comunidades informacionais<sup>1</sup>, como agentes importantes no meio social, não se permitiram permanecer inalteradas frente às inúmeras transformações sofridas pelo constante avanço tecnológico. Da mesma forma, os diversos serviços desenvolvidos nestas unidades, em suas individualidades, adequaram-se às transformações e buscaram suprir as necessidades decorrentes de tais mudanças. Neste processo, os suportes em que as informações são registradas foram, e continuam, em alteração periodicamente, o que exige um amoldamento das ferramentas, dos serviços e dos profissionais a essas alterações.

A informação, com propriedades e fluxos configurados como objeto de estudo da Ciência da Informação, tem sido a moeda da época presente (LE COADIC, 2004). Vista como algo que possui o potencial de agregar valor aos dados gerados, o que permite a geração de conhecimento inovadores, a informação contribui para o desenvolvimento das sociedades. Mas, para que a informação alcance valor, ou ambiente em que possa valorar-se, precisa estar registrada, representada e ter o seu acesso e uso possíveis. À Ciência da Informação tem-se atribuído a responsabilidade de estudar os fluxos que a informação transcorre até cumprir sua finalidade, seja ela acadêmica, econômica ou social.

A tecnologia, mutável conforme sua época, assume importante papel no nascimento e desenvolvimento da Ciência da Informação que, aliada à Biblioteconomia, interfere, também, no desenvolvimento de instrumentos que

---

<sup>1</sup> No contexto desta pesquisa, entendidas como as que assumem caráter biblioteconômico, arquivístico e museológico e que lidam com o patrimônio (ou artefato) cultural.

orientam a organização e a representação da informação. Ressalta-se que, tanto os instrumentos e as regras quanto as teorias da catalogação modificam-se conforme o avanço tecnológico, uma vez que o comportamento dos usuários se modifica neste cenário.

A catalogação bibliográfica, em alguns momentos tratada neste texto como representação documental, ocupa importante espaço no fluxo informacional. É por meio da catalogação que informações, resultado de um conhecimento registrado, podem ser recuperadas e acessadas. Assim, com função mediadora em um processo comunicativo, a catalogação contribui para a efetiva organização e uso da informação. A catalogação bibliográfica, assim como as demais atividades e ambientes, teve seu bojo enriquecido com os avanços tecnológicos, e adiciona muitas formas e possibilidades ao seu fazer e ganha, inclusive, uma nova dinâmica com os avanços tecnológicos, com contribuições dos computadores, da Internet, web semântica e as novas formas de recuperação de conteúdos digitais.

Um exemplo claro dessa interferência dos avanços tecnológicos na catalogação descritiva, é o padrão de catalogação *Resource Description and Access* (RDA)<sup>2</sup>. Fruto de necessidades do tempo hodierno, constitui-se das mudanças nos tipos de recursos e conteúdos informacionais, que antes tinha os materiais impressos como predominante, e conseqüentemente nas maneiras de representá-los e acessá-los no ambiente *web*.

Dentre as ciências que definem o representacionismo na Filosofia, a Ciência da Informação encontra uma de suas identificações. Para Tourinho (1996, p. 42, grifo do autor), a tradição representacionista é aquela que “[...] se elabora a partir da crença de que é possível construir descrições do mundo que espelhem sua própria natureza, isto é, descrições que *representem a realidade* que é objeto do conhecimento [...]”. Este conhecimento artístico ou intelectual é expresso, materializado, assim como os suportes usados para tal registro. No contexto da Ciência da Informação, Saldanha (2010) toma o representacionismo como participante ativo da representação, e, posteriormente, apresenta a representação da representação de um conhecimento tornado material, para a organização do conhecimento. Zafalon (2017, p. 132) chama a atenção para o fato de que

[...] a representação não se propõe a tomar o lugar do representado,

---

<sup>2</sup> Segundo o *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2009), o RDA foi desenhado como um padrão de para descrição e acesso do recurso.



mas como um mecanismo no qual se busca formas desenvolvidas com a intenção de tornar o representado reconhecível diante de dada situação, contexto e público.

Para Saldanha (2010, p. 303), a Ciência da Informação “[...] indica um deslocamento de estudos da meta-representação da informação, a partir de uma ordem tecnológica.” Saldanha (2010, p. 305, grifo nosso) destaca que esta representação é a ação prática da Ciência da Informação e se ocupa do campo da representação, como ramo filosófico dos estudos de organização do conhecimento. Garrido Arilla (1999, p. 20, tradução nossa) traz a definição de catalogação como “[...] uma técnica formada por um conjunto de operações destinadas à recuperação da informação, com uma função de intermediação no processo de circulação de dados entre o produtor e o usuário.” Mais que um exercício de registrar metadados, é essa representação, como parte do fluxo informacional, que torna possível a organização e o uso da informação.

Como parte do fluxo informacional, o exercício de representar informações passa a contar com instrumentos auxiliares, que contribuem para o desempenho e o alcance de resultados mais eficientes das informações representadas. Os sistemas de representação e, por consequência, de recuperação da informação, agora automatizados, desvinculam-se das limitações antes impostas por tamanhos de fichas impressas, e possibilitam que outros metadados sejam registrados e permitem, assim, que sistemas se tornem robustos, com informações mais completas e dinâmicas, além de permitir o intercâmbio de dados bibliográficos sem barreiras geográficas.

Com os avanços tecnológicos os modos de armazenamento de informações, assim como dos ambientes em que se encontram e as suas formas de uso, foram alterados. Le Coadic (2004, p. 18) destaca que

[...] o objeto da ciência da informação não é mais o mesmo que o da biblioteconomia e de suas veneráveis disciplinas co-irmãs. Esse objeto não é mais a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas a informação.

Le Coadic (2004, p. 25) ressalta ainda que a Ciência da Informação “[...] tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênero, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso.” Assim, com o avanço tecnológico, assume-se que o objeto de estudo deixa de ser algo limitado a um suporte informacional e passa a ser a informação constante nestes suportes, independentemente de suas características.

A catalogação, em essência, não deixa de ser modificada, mas a cada período

convenciona tanto a sua prática quanto a sua teoria à contemporaneidade. Com o ambiente em rede e, conseqüentemente, os catálogos online, estas mudanças foram ainda mais intensas.

Na trajetória de padronizar o exercício da catalogação surgiram os códigos, normas e padrões de catalogação, instrumentos que orientam a construção de catálogos, e que, aprimorados ao longo do tempo, reuniram regras criadas por teóricos, bibliotecários catalogadores, livreiros e pesquisadores e formaram padrões robustos, com regras que conduzem o registro de suportes. Zafalon (2012, p. 23) destaca que “[...] normas, padrões, metodologias e critérios são requeridos em unidades de informação e tornam-se essenciais em processos de gerenciamento, tratamento, recuperação, provisão, uso e compartilhamento de registros informacionais em diversos suportes.” Com as mudanças dos suportes também foi exigido que os códigos de catalogação se adequassem tanto aos suportes como aos catálogos em linha.

Um estudo sobre as mudanças que decorrem dos avanços tecnológicos, seu impacto na construção de catálogos, inclusive no comportamento dos usuários que deles usufruem, e, também, das atualizações e alterações em princípios, modelos conceituais e padrões estabelecidos internacionalmente, proporcionará uma ideia das motivações para a revisão do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição, (AACR2) e que culminou no desenvolvimento do padrão RDA.

Apesar do fato de os suportes informacionais e os processos catalográficos terem sido reconfigurados pelo avanço tecnológico, de modo a ser impulsionada a revisão do AACR2, a ressignificação da terminologia, da teoria e dos conceitos advindos dos modelos conceituais *Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) foi decisiva para definir o foco na revisão do que viria a ser a terceira edição do AACR, o AACR3, e a decisão pela elaboração de um padrão internacional de catalogação, o *Resource Description and Access* (RDA), destinado ao ambiente digital e com foco no usuário.

Para Chandel e Prasad (2013, p. 319, tradução nossa), “[...] em vez de nomear a revisão como AACR3, ela foi nomeada como RDA, dando ênfase à descrição de vários elementos dos registros.” Esta ênfase foi um dos motivos para a alteração do nome de AACR3 para RDA.

Desde o seu lançamento em 2010, o padrão RDA passou por diversas e necessárias adequações decorrentes das atualizações de outros documentos:

Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, da ISBD Consolidada e do *IFLA Library Reference Model*. Um ano antes do lançamento, houve a primeira atualização da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, e passou por uma nova revisão e teve sua publicação em 2016. A publicação do agrupamento de todas as ISBDs em apenas uma, a ISBD consolidada, presente no anexo D do RDA, ocorreu em 2011. A publicação do *IFLA Library Reference Model: a conceptual model for bibliographic information* (IFLA LRM) ocorreu em 2017 e consolida “[...] a família FR em um único modelo coerente para esclarecer a compreensão do modelo geral e remover barreiras à sua adoção” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 5). Esses fatos deram impulso à releitura do RDA e o levaram ao *Project RDA 3R*.

Está posto o ponto de partida desta pesquisa, que considera o percurso da revisão do AACR2 até a proposta do RDA: qual a relação dos princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva com a proposta do RDA?

Assim, esta pesquisa justifica-se no contexto da Ciência da Informação por tratar de estudos inerentes à organização e representação da informação e, na contribuição científica, por trazer as tendências sobre a temática como decorrência do mapeamento sistemático literatura.

Define-se, como **objetivo geral** da pesquisa, analisar a proposta do RDA à luz dos fundamentos e princípios da catalogação descritiva e, para o seu alcance, recorre-se aos seguintes **objetivos específicos**: [1] mapear discussões científicas sobre o RDA; [2] analisar os teóricos fundadores da catalogação, seus princípios e fundamentos; [3] apresentar o histórico dos códigos e tratados de catalogação; [4] apresentar os modelos conceituais basilares da catalogação contemporânea; [5] analisar o RDA, seus princípios e objetivos; [6] apresentar o movimento teórico-prático a partir da publicação do RDA.

Nesta pesquisa, de natureza aplicada, adotou-se a abordagem qualitativa, e busca, por meio de procedimentos bibliográficos e documentais, atingir aos objetivos exploratórios e descritivos. Configura-se com abordagem qualitativa visto que Flick (2009, p. 16) a define como aquela que “[...] usa o texto como material empírico (em vez de números).” Por conta de objetivos exploratórios, para o contato inicial com o assunto em questão, e descritivos é possível ter apoio para a compreensão geral do tema e a interpretação necessária, o que permitirá assim maior familiaridade com o tema proposto. Caracteriza-se de natureza aplicada por dirigir-se a uma questão

particular e por considerar as publicações científicas e os documentos base para subsidiar o atendimento aos objetivos geral e específicos, o que denota procedimentos bibliográfico e documental (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Os resultados da pesquisa bibliográfica foram apresentados a partir do estudo analítico-comparativo entre os princípios e fundamentos teóricos da catalogação com a proposta do RDA. Dentre os procedimentos adotados para os resultados também optou-se pelo mapeamento sistemático da literatura, desenvolvimento com o auxílio dos softwares StArt e Excel.

Apesar de serem apresentados dados quantitativos na seção 2 desta pesquisa, a mesma não alcança, metodologicamente, fatores que a configurem como de abordagem mista. Para Creswell (2015, p. 58, tradução nossa) os “[...] métodos mistos podem ser vistos como a primeira grande metodologia de pesquisa em ciências sociais do século XX e XXI a utilizar plenamente as capacidades digitais para promovê-lo.” Os métodos mistos surgiram por meio do uso de fluxogramas digitais, de softwares para análise e a Internet como instrumento de divulgação. O método misto pode “[...] adicionar dados quantitativos a qualitativos, e o componente ‘adicionar’ sugere uma estatura diminuta para o que é adicionado” (CRESWELL, 2015, p. 59, tradução nossa). Desse modo, utilizar dados quantitativos não é caráter suficiente para caracterizar o método misto.

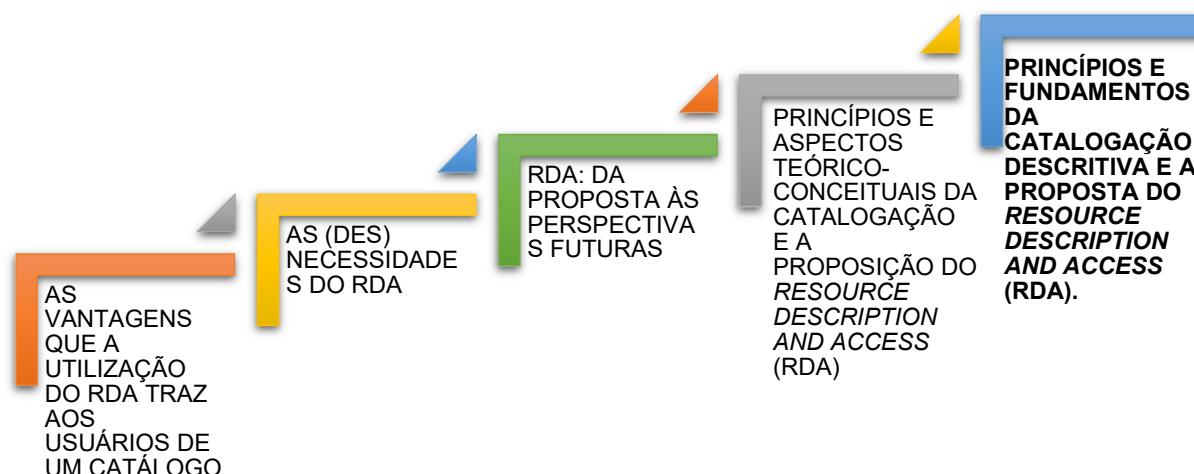
Para o levantamento bibliográfico foram usadas obras que tratam das questões conceituais e práticas da catalogação, principalmente aquelas que tratam dos ideários de Antonio Panizzi (Anthony Panizzi), Charles Coffin Jewett, Charles Ammi Cutter, Shiyali Ramamrita Ranganathan e Seymour Lubetzky, bem como da revisão sistemática de literatura em bases de dados, tanto as específicas da Ciência da Informação quanto as gerais, a ser detalhada mais adiante. Também foram analisados os textos publicados na Conferência de Toronto, os textos do *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code* (IME-ICC), e os relatórios da família FR.

Nesta pesquisa adotou-se ainda, como *corpus* de análise, o próprio RDA, além dos documentos do *Joint Steering Committee for the Revision of AACR* (JSC/AACR) e do *Joint Steering Committee for Development of RDA* (JSC/RDA), responsáveis pela revisão do AACR2 e pelo desenvolvimento do RDA, respectivamente. Da mesma maneira foram considerados os documentos do *RDA Steering Committee* (RSC), visto que tem a incumbência da manutenção e atualização do padrão.

O percurso de desenvolvimento desta pesquisa pode ser observado no Esquema

1 que apresenta os estágios da pesquisa e a sua adaptações inerentes aos processo de pesquisa e delineamento dos objetivos a serem alcançados.

### Esquema 1 - Percuso de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência desta seção, que tem caráter introdutório, apresenta-se a seção 2 – Mapeamento sistemático de literatura –, a qual apresenta a discussão sobre o RDA no ambiente científico. Ressalta-se que os objetivos e a questão de pesquisa aplicados no mapeamento da revisão sistemática de literatura diferem dos especificados para a pesquisa, em geral, visto que obedece a critérios estabelecidos pelo protocolo específico do método.

Na seção 3 – Referencial teórico – explicitam-se os princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva, os códigos da catalogação, os teóricos e seus ideais e os modelos conceituais do universo bibliográfico.

A seção 4 – *Resource Description and Access* (RDA) – apresenta o RDA e o contexto em que foi desenvolvido. Traz, também, o olhar do RDA à luz dos princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva.

A seção 5 – O pós RDA – apresenta movimentos ocorridos após o lançamento do RDA e que, apesar de não influenciarem na proposta do padrão, são inerentes às discussões atuais do RDA.

A seção 6 traz as considerações finais desta pesquisa.

## 2 MAPEAMENTO DE LITERATURA

Documentadamente aplicada em estudos na área de saúde, a revisão sistemática de literatura é usada para reunir pesquisas desenvolvidas sobre um determinado assunto, o que possibilita o aprendizado com as pesquisas já realizadas e o desenvolvimento de novos estudos. Quando pesquisas se propõem a desenvolver teorias, situar evidências e resolver problemas são entendidas como revisão sistemática de literatura (GOUGH; OLIVER; THOMAS, 2012).

Para Kitchenham, Budgen e Brereton (2016, p. 299, tradução nossa) a revisão sistemática de literatura deve iniciar

verificando se existem revisões sistemáticas ou estudos de mapeamento na área de tópicos que você deseja estudar. Se houver alguns, talvez você não precise fazer uma revisão. Não se esqueça de que é correto usar o trabalho de outros pesquisadores como base para sua própria pesquisa. Um dos principais objetivos das revisões sistemáticas em geral, e do mapeamento de estudos em particular, é facilitar pesquisas futuras em uma área temática específica.

A revisão sistemática de literatura, proposta por Gough, Oliver e Thomas (2012), pode ser resumida em três atividades primordiais:

- 1 identificar e descrever a pesquisa relevante;
- 2 avaliar criticamente os relatórios de pesquisa de maneira sistemática; e
- 3 reunir os achados em uma declaração coerente, ou seja, sintetizar as ideias da pesquisa.

Por considerar o contexto desta pesquisa, este estudo limitar-se-á ao mapeamento de literatura que, para Kitchenham, Budgen, Brereton (2011), se baseia na mesma metodologia da revisão sistemática de literatura e serve como corpo de pesquisa para a realização da revisão sistemática, porém, ocupa-se da identificação e classificação de pesquisas relacionadas a um determinado tópico, e agrega estudos com relação a categorias definidas. Tais categorias podem basear-se em informações da publicação, como nome e filiação institucional dos autores, tipo, fonte e data da publicação.

As etapas do estudo de mapeamento da literatura distribuem-se, sumariamente, segundo Kitchenham, Budgen e Brereton (2011), em:

- 1 definição de questões de pesquisa;
- 2 realização da pesquisa de estudos primários;
- 3 triagem dos documentos com base em critérios de inclusão/exclusão;

- 4 classificação dos documentos; e
- 5 extração e agregação dos dados.

Desse modo, essa seção é dedicada à apresentação do StArt, software utilizado para a categorização da bibliografia da pesquisa, o mapeamento quantitativo e qualitativo dos estudos sobre o RDA, e uma breve análise dos dados.

## 2.1 STATE OF THE ART THROUGH SYSTEMATIC REVIEW (START)

Desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LAPES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o StArt “[...] é uma ferramenta de apoio a Revisões Sistemáticas. Seu objetivo é dar suporte ao planejamento, execução e análise final de uma revisão sistemática de literatura, independentemente do assunto ou área de pesquisa, tornando-a mais ágil, precisa e replicável.” (MONTEBELO et al., [2007?], p. 16).

Os processos desenvolvidos no StArt em muito se assemelham com a proposta de Torgerson (2003), que pode ser resumida em sete etapas<sup>3</sup> para estudos de mapeamento de literatura:

- 1 estabelecer um protocolo para a pesquisa;
- 2 situar os critérios de inclusão e exclusão a serem considerados;
- 3 iniciar a pesquisa, de forma manual ou por meio de ferramentas computacionais;
- 4 classificar e descrever os estudos recuperados;
- 5 extrair os dados dos estudos identificados;
- 6 sintetizar os dados extraídos; e
- 7 elaborar relatório dos dados sintetizados.

O mapeamento de literatura adotado nesta pesquisa seguirá o protocolo apresentado no Quadro 1. O protocolo, além de direcionar o desenvolvimento do mapeamento, permite que o estudo seja confiável, rigoroso, repetível e auditável.

---

<sup>3</sup> A proposta de Torgerson (2003) tem características um pouco mais amplas do que aquelas definidas por Kitchenham, Budgen e Brereton (2011).

**Quadro 1 – Protocolo de revisão sistemática de literatura**

<b>Título:</b>	Mapeamento de literatura sobre o padrão <i>Resource Description and Access (RDA)</i> .
<b>Pesquisadores:</b>	Raildo de Sousa Machado; sob orientação de Zaira Regina Zafalon.
<b>Descrição:</b>	–
<b>Protocolo</b>	
<b>Objetivo:</b>	O objetivo deste mapeamento é identificar e classificar o que se estuda e publica sobre o RDA, além de identificar quem estuda, escreve e onde são publicados esses estudos.
<b>Principais questões:</b>	Quais são os estudos e as publicações sobre o RDA? Quem são os autores? Quais as fontes de publicação? Quando foram publicados?
<b>População:</b>	Publicações que tem o RDA como tema
<b>Intervenção:</b>	Estudos que discutem aspectos teórico-conceituais da catalogação à luz da proposição do RDA
<b>Controle:</b>	–
<b>Resultados:</b>	Extrair, agregar e apresentar os dados do mapeamento
<b>Aplicação:</b>	–
<b>Palavras-chave e sinônimos</b>	
<b>Palavras-chave:</b>	(ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO) (ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO) (ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO) (DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO) (DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO) (DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO) (RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO) (RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO) (RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS) (RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)) (RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO) (RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO) (RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO) (RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO) (DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS) (DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO)
<b>Definição de critérios de seleção de fontes</b>	
<b>Critério:</b>	As pesquisas consideradas neste estudo serão as correspondentes ao período de 1997 a 2019. O ano de 1997 delimita o período inicial dos estudos haja vista a realização da Conferência de Toronto, que discutiu o futuro do AACR2. O foco do tópico serão as publicações sobre o padrão RDA, com a análise dos documentos que estejam nas bases de dados especificadas neste protocolo.
<b>Idiomas:</b>	Documentos de todos os idiomas, recuperados com



	expressões de busca definidas em português, espanhol e inglês.
<b>Métodos de pesquisa de fontes:</b>	Montar expressão de busca; Aplicar as expressões nas bases definidas para a realização da pesquisa; Exportar os dados das publicações nos formatos RIS ou BIBTEX; Importar os dados no StArt; Elaborar gráficos e tabelas que auxiliarão na apresentação e análise final dos dados.
<b>Lista de fontes</b>	
<b>Fonte:</b>	BDTD, BENANCIB, BRAPCI, ISTA, LISA, LISTA, NDLTD, Scopus, Web of Science
<b>Estudar critérios de seleção (inclusão e exclusão)</b>	
<b>Critério:</b>	Palavra-chave no assunto, título ou resumo: incluir. Palavra-chave ausente no assunto, título ou resumo: excluir.
<b>Campos de formulário de extração de dados</b>	
<b>Texto, escolha uma lista ou escolha muitos:</b>	Título, resumo e assunto.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O uso da sigla RDA, de forma isolada, não foi uma opção de busca como palavra-chave nas pesquisas. A justificativa para tal decisão se deu por conta dos múltiplos significados da sigla, principalmente em bases de dados multidisciplinares, tais como: “República Democrática da Alemanha (RDA)”, “*Recommended Dietary Allowance* (RDA)”, “*Representational Difference Analysis*” (RDA) ou “Análise Discriminante Regularizada” (RDA). Considerando-se todo o conjunto de palavras-chave, as *strings* foram montadas conforme o comportamento das diferentes bases de dados utilizadas, uma vez que cada base se comporta de uma determinada maneira. Essas diferenças, assim como as *strings* aplicadas nas bases de dados, estão registradas nos Apêndices<sup>4</sup>.

O mapeamento da literatura foi realizado a partir de buscas realizadas nas seguintes bases: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Base Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB), Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da

<sup>4</sup> A *string* de busca aplicada na base Scopus está no Apêndice A; na Web of Science no Apêndice B; na ISTA no Apêndice C; na LISTA no Apêndice D; na LISA no Apêndice E; na Benancib no Apêndice F; e na BRAPCI no Apêndice G.

Informação (BRAPCI), *Information Science & Technology Abstracts* (ISTA), *Library and Information Science Abstracts* (LISA), *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA), *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD), *Scopus*, *Web of Science*. Justifica-se a opção de busca nas bases BENANCIB, BRAPCI, ISTA, LISA e LISTA por serem aquelas que indexam documentos com temas voltados à Ciência da Informação, configurando-as como bases de caráter específico. As bases Scopus e Web of Science, por sua vez, assumem caráter multidisciplinar. A BDTD e a NDLTD foram selecionadas por serem bases de dados que indexam, em âmbito nacional e internacional, respectivamente, trabalhos que resultam de pesquisas de pós-graduação.

Feito o planejamento para o mapeamento sistemático de literatura, segue-se a execução, extração e sumarização dos resultados.

## 2.2 MAPEAMENTO DE ESTUDOS SOBRE RDA

Uma vez que teorias já foram desenvolvidas, o foco aqui é observar o que, quem, quando, onde tem-se publicado sobre o RDA. Esta busca tem a finalidade de subsidiar a construção do referencial teórico desta pesquisa, além de evidenciar a correlação com pesquisas de mesma natureza.

Neste contexto, salienta-se o estudo, desenvolvido em 2011, sobre as publicações que envolvem o RDA, na pesquisa de Tosaka e Park (2013). Neste estudo os artigos foram categorizados de acordo com a temática: as principais diferenças entre o AACR2 e o RDA, os padrões com os quais o RDA se relaciona, o RDA e o usuário, as opiniões de profissionais sobre o RDA, os testes em bibliotecas americanas, a percepção de catalogadores, os problemas relacionados ao treinamento, e a implementação do RDA. Na pesquisa, inferiu-se que, até a data da revisão, grande parte da literatura “[...] foi escrita como resumos introdutórios e ensaios, principalmente como um guia para explicar o novo código de catalogação e seus recursos para um público de catalogadores e gerentes de catalogação.” (TOSAKA; PARK, 2013, p. 659, tradução nossa).

As seções seguintes apresentam as análises quantitativa e qualitativa dos dados obtidos nas buscas.

### 2.2.1 Análise quantitativa dos dados

As buscas nas bases de dados, definidas anteriormente, foram realizadas no dia 12 de maio de 2019. Neste tópico são apresentados sete gráficos que sintetizam os dados quantitativos provenientes desta pesquisa.

#### Esquema 2 – Recuperação de publicações nas bases de dados pesquisadas



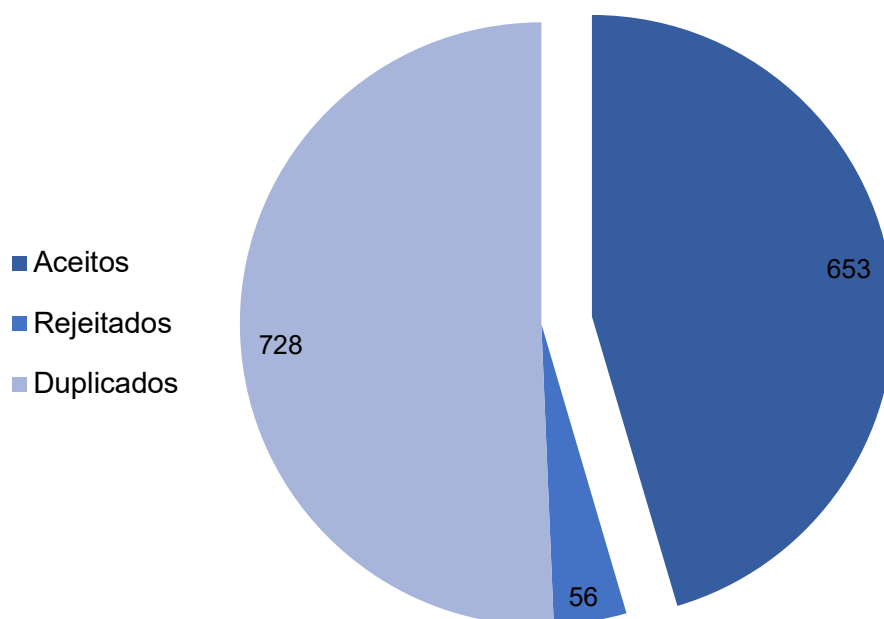
Fonte: Dados da pesquisa.

O Esquema 2 apresenta, em uma nuvem de *tags*, as bases de dados pesquisadas. O tamanho de cada elemento do esquema reflete a quantidade de publicações recuperadas em cada uma das bases. Desse modo, identifica-se que a base LISTA é a que tem mais textos indexados sobre a temática do RDA. O esquema permite inferir, por outro lado, que a pouca presença de publicações nas bases BRAPCI e BENANCIB evidencia a baixa intensidade de estudos científicos, ou de estudos publicados, sobre o RDA em âmbito brasileiro.

As bases BDTD e NDLTD ilustram a baixa produção de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação sobre o RDA, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Identificadas as publicações sobre o tema, procedeu-se, com o auxílio do StArt, a identificação dos documentos duplicados, e a retirada de tais registros da análise do mapeamento.

**Gráfico 1** – Identificação de documentos aceitos, rejeitados e duplicados



Fonte: Dados da pesquisa.

O alto número de documentos duplicados, superior à quantidade de aceitos, se deu ora por tratarem-se de publicações indexadas nas cinco bases específicas da área de Ciência da Informação, ora pelo fato de duas<sup>5</sup> das bases pesquisadas, a ISTA e a LISTA, serem gerenciadas pela mesma instituição, a EBSCOhost.

---

<sup>5</sup> Notou-se que 179 títulos indexados na ISTA, de um total de 186, também são indexados na base LISTA. Os sete títulos indexados unicamente na ISTA são: *Archives & Museum Informatics*, *BF Bulletin*, *Bulletin of the Japan Special Libraries Association*, *Information Visualization*, *Journal of Health Communication*, *Neural Processing Letters*, e *Primary Sources & Original Works*. Destaca-se, ainda, que estes títulos deixaram de ser indexados na ISTA em 1999, 2003, 2003, 1998, 2003 e 1996 respectivamente.

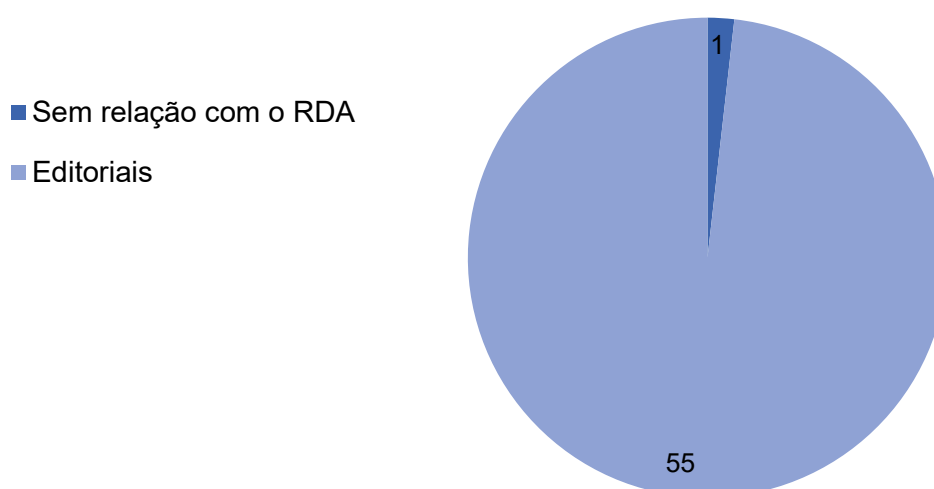
### Esquema 3 – Extração de termos – Inclusão<sup>6</sup>



Fonte: Dados da pesquisa.

O Esquema 3 apresenta os principais assuntos estudados em relação com o RDA. A maior parte dos artigos apresenta o RDA de forma geral. Evidenciou-se, também, que boa parte das publicações sobre o RDA, estão ligadas aos relatos e práticas do RDA, exemplificados pelos tópicos implementação, transição e testes do padrão.

### Gráfico 2 – Exclusão de documentos



Fonte: Dados da pesquisa.

<sup>6</sup> Por conta do tamanho do gráfico, parte da palavra apresentação foi omitida automaticamente pelo software gerador da tag cloud.

No Gráfico 2 apresenta-se o quantitativo de documentos desconsiderados do mapeamento. Justifica-se a exclusão destes documentos pelo fato de os mesmos não configurarem-se como pesquisa dedicada ao RDA, mas de editoriais que o citavam como parte de estudos nas publicações em fascículo de periódico. Dentre os conjuntos de documentos recuperados, apenas um não correspondia ao RDA, na base Scopus, por apresentar em sequência, no título do documento, um dos termos de busca, como destacado no título a seguir: *Cluster Abstraction: towards Uniform Resource Description and Access in Multicluster Gri*.

#### Esquema 4 – Periódicos com publicações sobre o RDA



Fonte: Dados da pesquisa.

No Esquema 4, o CCQ - *Cataloging & Classification Quarterly* é o periódico de destaque por ser o periódico com mais publicações sobre RDA. Deduz-se que isso decorra do fato de se tratar de um periódico que tem a catalogação e a classificação como foco de suas publicações.

### Esquema 5 – Autores com publicações sobre o RDA



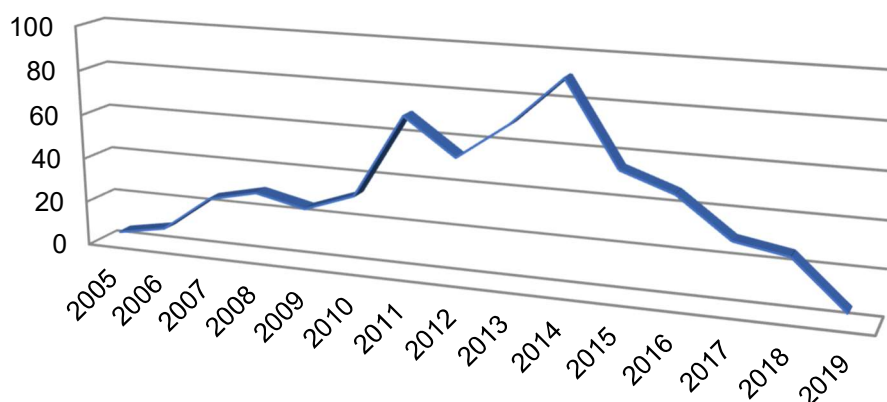
Fonte: Dados da pesquisa.

O Esquema 5 ilustra a distribuição dos autores quanto aos estudos do RDA. O destaque vai para Gordon Dunsire, que foi chefe do *RDA Steering Committee* (RSC) e ocupa, até 2020, a função de *RDA Technical Team Liaison Officer*. Dunsire também liderou alguns grupos no JSC/RDA, no período de desenvolvimento do RDA.

Sheila S. Intner é professora emérita na *School of Library and Information Science – Simmons University*. É reconhecida como especialista em serviços técnicos. Em 2017, no livro *Beginning Cataloging*, escrito em coautoria com Jean Weihs, dedicou o capítulo sobre catalogação descritiva para definir o RDA e apresentar exemplos comparativos de registros em AACR2 e em RDA.

Jean Weihs formou-se na *University of Toronto Faculty of Library Science*, no Canadá, em 1953, e, desde então, tem se envolvido de alguma forma com bibliotecas e biblioteconomia. Em 2017 Weihs foi premiada pelo Governo Canadense que considerou que sua atenção contribuiu para a biblioteconomia canadense e mundial. Após sua formação, tornou-se uma líder mundial no desenvolvimento de padrões e práticas para catalogar materiais não-livros.

Carlo Bianchini é professor no *Dipartimento di Musicologia Beni Culturali da Università degli Studi di Pavia*, na Itália. Bianchini, ao lado de Mauro Guerrini (com quem publicou parte de seus estudos sobre RDA), coordena o comitê e o grupo de trabalho para a tradução do RDA para o italiano.

**Gráfico 3 – Data de publicações sobre o RDA**

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 3 demonstra que, antes mesmo da publicação do RDA, ocorrida em 2010, pesquisas já eram desenvolvidas sobre o padrão. Um exemplo disso, é o texto *A Ghost in the Catalog: The Gradual Obsolescence of the Main Entry*, de Connors, publicado em 2008, a ser discutido ainda nesta seção, que considerou o rascunho do RDA para analisar questões sobre o uso da entrada principal em catálogos no século XXI.

A partir de 2005, nota-se um movimento crescente de estudos e publicações sobre RDA, de modo a atingir, em 2014, o maior número de publicações, um ano após o início da implementação do RDA na *Library of Congress*. Ressalta-se aqui boa parte das publicações referentes à implementação, aos testes e aos treinamentos são procedentes de autores vinculados à *Library of Congress*.

### 2.2.2 Análise qualitativa dos documentos

Ao considerar o conjunto de documentos recuperados e classificados como aceitos, identificou-se 12 estudos que relacionam-se, de algum modo, com os teóricos Panizzi, Cutter, Ranganathan e Lubetzky estudados neste trabalho em relação ao RDA.

Dois desses documentos são de autoria conjunta de Lee e Zhang (2012, 2013), que apontaram como gênero e forma são tratados em regras de catalogação. Em *The role of genre in the bibliographic universe*, de 2012, os autores pesquisaram a



presença de gênero e forma em três conjuntos de regras de catalogação: as 91 Regras de Panizzi, o AACR2 e o RDA. As autoras não encontraram evidências de regras que contemplassem os gêneros e formas de suportes e conteúdos informacionais. No texto *Tracing the Conceptions and Treatment of Genre in Anglo-American Cataloging*, publicado em 2013, os termos gênero e forma foram pesquisados em quatro conjuntos de regras de catalogação; além dos três estudados anteriormente as autoras incluíram as *Rules for a Dictionary Catalog*, de Cutter. Em ambas as pesquisas, o objetivo das autoras era o de analisar como o gênero é conceituado e tratado nos conjuntos de regras de catalogação ao longo do tempo, e concluíram, por meio de pesquisa bibliográfica, que estudos relacionados ao gênero no contexto da organização do conhecimento “[...] centram-se no controle do vocabulário de assunto, mas pouco na catalogação descritiva.” (LEE; ZHANG, 2013, p. 893, tradução nossa). Identificou-se, nesta pesquisa, que regras relacionadas ao gênero encontravam-se em Cutter, no AACR2 e no RDA, mas não em Panizzi. Após analisar os conjuntos de regras, as autoras concluíram que o RDA “[...] deu um passo importante em direção à clareza – faz do gênero, como alternativa à forma, um atributo da obra. Este esclarecimento, inquestionavelmente, leva a um melhor tratamento do gênero no RDA.” (LEE; ZHANG, 2013, p. 907, tradução nossa).

Outro estudo de destaque é o de Danskin, de 2014, intitulado *RDA and the “cascading vortex of horror”: proposals for the simplification of RDA 2.7-2.10*, cujo enfoque está nas declarações de Produção, Publicação, Distribuição e Manufatura e na presença de regras nas 91 Regras de Panizzi e no RDA. Para o autor, a regra 27 de Panizzi, que trata dos dados de impressão, “[...] gerou 186 consequências no RDA.” (DANSKIN, 2014, p. 36, tradução nossa). Este resultado é causado pela distinção observada ao longo da história e da prática da catalogação quanto à descrição dos elementos impressão, publicação, editora, distribuidor, fabricante e produtor, além dos recursos não publicados, como os manuscritos.

O texto que mais se aproxima desta pesquisa, foi publicado por Chandel e Prasad, em 2013. Em *Journey of catalogue from Panizzi's principles to Resource Description and Access*, os autores traçam a história da catalogação por meio das contribuições de Panizzi, Cutter, Ranganathan e Lubetzky. Os autores mostram, ainda, como o AACR2 e os FRBR formaram o alicerce para o desenvolvimento do RDA. Para os autores, a organização e representação da informação e do conhecimento “[...] está se tornando cada vez mais complexa devido ao rápido

crescimento de recursos em formatos variados. O advento da Internet e sua tecnologia têm implicação direta [...]” (CHANDEL; PRASAD, 2013, p. 314, tradução nossa). Os autores fazem referências entre regras propostas pelos teóricos citados e o RDA; porém, apesar de ressaltar que, antes de ser assumida por associações, a catalogação, como conhecida hoje, sistemática e baseada em regras, foi iniciada com Panizzi e continuada por Cutter, Ranganathan e Lubetzky, sem citarem, entretanto, as contribuições de Jewett para a catalogação.

Em *RDA: a content standard to ensure the quality of data*, Bianchini e Guerrini (2016), descrevem o RDA como um padrão destinado ao ambiente digital, concebido para o uso internacional e que contempla a diversidade linguística e cultural dos possíveis utilizadores. Os autores afirmam que, com isso, o RDA atende tanto a idéia da “[...] variação local desenvolvida por Ranganathan quanto com o novo conceito de Controle Bibliográfico Universal (UBC) aceito pela IFLA.” (BIANCHINI; GUERRINI, 2016, 95, tradução nossa). Apesar disso, os autores não discorrem sobre a variação local e nem referenciam em que momento a obra foi posta por Ranganathan.

Bianchini e Guerrini (2014), em *A Turning Point for Catalogs: Ranganathan's Possible Point of View*, analisam as mudanças ocorridas no universo catalográfico e apresentam tendências potenciais, desenvolvimentos e pontos fracos destas mudanças, a partir do ponto de vista de Ranganathan. De Ranganathan os autores resgatam a tríade da biblioteca: leitores, livros, e funcionários; lembram, ainda, da quarta Lei da Biblioteconomia, economize o tempo do leitor. Ao considerarem o foco do RDA nos usuários, os autores vinculam-no a Ranganathan como um dos teóricos que enfatizaram o usuário como objetivo principal da elaboração de catálogos bibliográficos.

Em *Reflections of Ranganathan's Normative Principles of Cataloging in RDA*, Biswas (2015) fez uma análise dos princípios do RDA<sup>7</sup> com os princípios normativos da catalogação de Ranganathan e concluiu que “[...] as instruções do RDA estão muito mais de acordo com os princípios científicos de Ranganathan do que os princípios do RDA registrados no início do código.” (BISWAS, 2015, p. 948, tradução nossa). Os autores consideram também que quando os princípios do RDA forem insuficientes para orientar o catalogador, “[...] os princípios de Ranganathan estarão sempre lá para

---

<sup>7</sup> Os princípios registrados na introdução do RDA são: 0.4.3.1 Diferenciação, 0.4.3.2 Suficiência, 0.4.3.3 Relacionamentos (ou relações), 0.4.3.4 Representação, 0.4.3.5 Precisão, 0.4.3.6 Atribuição, 0.4.3.7 Uso ou prática comum.

mostrar o caminho certo com lógica suficiente por trás deles.” (BISWAS, 2015, p. 963, tradução nossa).

Ranganathan também comparece na discussão trazida por Rout e Panigrahi (2015), em *Revisiting Ranganathan's canons in online cataloguing environment*. Os autores avaliam a importância dos Cânones da catalogação, propostos por Ranganathan, nos catálogos online e a relação dos mesmos com os princípios do RDA. Rout e Panigrahi (2015, p. 289, tradução nossa) concluem que os Cânones de Ranganathan apresentam, em algum nível, conformidade com os princípios do RDA, porém, “[...] para serem válidas no ambiente digital avançado, essas regras precisam ser revisadas, atualizadas, tendo em vista a ampliação dos objetivos e a funcionalidade do catálogo on-line.”

Smiraglia, Lee e Olson (2011), em *Epistemic Presumptions of Authorship*, examinam a questão da autoria em dois padrões de catalogação, as 91 Regras de Panizzi e RDA, além de trazer os conceitos de autoria a partir de Cutter. Para os autores, no RDA, o autor torna-se criador e chamam a atenção para o fato de que “[...] uma adição interessante no RDA é sua distinção adicional de vários tipos de autoria através de designadores de relacionamento.” (SMIRAGLIA; LEE; OLSON, 2011, p. 141, tradução nossa).

Para Billey (2019), tanto o AACR2 quanto a ISBD apoiaram-se nos princípios orientadores de Cutter. Os dados de autoridade são o foco de *Just Because We Can, Doesn't Mean We Should: An Argument for Simplicity and Data Privacy With Name Authority Work in the Linked Data Environment*, texto em que Billey considera que os princípios de Cutter permaneceram inalterados até a publicação dos FRBR, FRAD e FRSAD. O autor destaca, porém, que estes requisitos funcionais “[...] explicitamente introduziram atributos específicos para descrever grupos de entidades bibliográficas.” (BILLEY, 2019, p. 1, tradução nossa). Apesar de tal afirmação, o texto não explicita relações factuais entre os objetos de Cutter e o registro de dados de autoridade no RDA.

Em *A Ghost in the Catalog: The Gradual Obsolescence of the Main Entry*, Connors (2008) analisa, a partir das ideias de Cutter, a relevância da entrada principal nos catálogos do século XXI. Uma vez que o estudo foi realizado em 2008, antes da publicação do RDA, o autor fez uma análise de como o princípio da entrada principal aparecia no rascunho do RDA. Para o autor, no RDA “[...] o cabeçalho da entrada principal e o cabeçalho da entrada adicional serão substituídos pelos pontos de

acesso primário e secundário, respectivamente.” Isso, porém, segundo o autor, não resolve o problema da falta de justificativa para a permanência da entrada principal, uma vez que, em um catálogo online, a busca pode ser efetuada por qualquer um dos campos.

Em *Codes, costs, and critiques: the organization of information in Library Quarterly*, Olson (2006) analisa quantitativa e qualitativamente os artigos publicados na revista *Library Quarterly* no período de 1931, ano de sua criação, a 2004. A partir desta análise o autor identificou que os códigos de catalogação estão entre os temas mais presentes e relevantes nas publicações, e, cita Julia Pettee, Andrew Osborn e Seymour Lubetzky como os autores mais influentes em tais publicações. O autor aposta no RDA, ao lado dos FRBR e do estudo de metadados, como um dos assuntos que seriam abordados futuramente na revista e o coloca com um tema inovador para a organização da informação. Uma vez que o artigo é anterior à publicação do RDA não há uma discussão do padrão e, conseqüentemente, o autor não fez relação entre as ideias lubetzkyanas e o RDA.

Com essas considerações, encerra-se esta segunda subseção, que identificou a presença, ora proposital, ora não, das teorias de Panizzi, Jewett, Cutter, Ranganathan e Lubetzky no desenvolvimento do RDA, tanto em sua idealização quanto na elaboração de suas instruções e diretrizes. Evidenciou-se a ausência de estudos que considerem os ideais de Jewett e de estudos que fazem uso das ideias de Lubetzky.

### 2.3 ANÁLISE SUCINTA DOS DADOS

A falta de padronização de nomenclatura, principalmente quando o termo por extenso do RDA é usado em outros idiomas que não o inglês, ficou evidente nas pesquisas, mesmo que se considere que algumas publicações, mesmo que em outros idiomas, usam o termo por extenso para se referirem ao RDA.

Observou-se, também, que Charles Coffin Jewett não foi objeto de estudos comparativos com o RDA. Jewett aparece apenas no texto de Connors (2008), que ressaltou apenas a parceria com Panizzi na *Smithsonian Libraries*.

Ressalta-se que os resultados apresentados nesta seção são resultados do mapeamento, com reflexos na composição do referencial teórico desta pesquisa. O objetivo desta subseção foi, ainda, o de atender a um dos objetivos específicos, que

é o de mapear discussões científicas sobre o RDA.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O século XIX foi decisivo para a história e o desenvolvimento da catalogação pós-Panizzi. Alguns fatores impulsionaram o desenvolvimento prático e teórico da catalogação como conhecida hoje, tais como a ideia da democratização do acesso aos livros a todas as pessoas, o crescimento da produção de livros em línguas vernáculas (e não apenas em Latim), e o surgimento de bibliotecas públicas, nacionais e universitárias.

Garrido Arilla (1999) destaca, entre os acontecimentos que foram importantes para a história da catalogação, o trabalho de Otlet e La Fontaine com o Instituto Internacional de Bibliografia, criado em 1895 em vista do crescimento da comunidade intelectual e a propagação colossal das publicações científicas. Garrido Arilla (1999, p. 74, tradução nossa) afirma: “[...] quiseram construir um arquivo central de todas as publicações impressas editadas em todos os países, desde a invenção da imprensa.” Estava posta a necessidade de padronização de catálogos.

A catalogação se estabelece como uma das principais atividades no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, tanto naquelas de cunho profissional quanto de pesquisas, mesmo surgido a partir das comunidades de prática e delas suas teorias e seus conceitos. Ressalta-se o ambiente biblioteconômico como o seu lugar de nascimento prático e de desenvolvimento teórico.

Ao destacar a importância da catalogação, Lubetzky e Svenonius (2000, p. 10-11, tradução nossa) a descrevem como um

[...] um elo indispensável na transmissão, integração e exploração dos registros da civilização humana. É fundamental para todas as operações e serviços e para toda a missão da biblioteca. E deve ser mantida em ótimas condições ideológica, metodológica e tecnológica para servir bem a biblioteca do século XXI.

Para Pinto Molina (1991, p. 61, tradução nossa) a catalogação é um processo composto

[...] por um conjunto de operações (algumas intelectuais e outras mecânicas e repetitivas) que cobrem o conteúdo e a forma dos documentos originais, retrabalhando-os e transformando-os em outros de natureza instrumental ou secundária que facilitam a identificação precisa do usuário, a recuperação e a difusão desses, no entanto, essa transformação é o resultado de um processo geral de natureza analítica, ainda que com um momento final sintetizador ou criativo, que permita a configuração final do documento secundário.

A definição acima evidencia a importância do processo catalográfico e coloca

o resultado deste processo como um novo documento, criado a partir de um documento primário. O documento secundário é o que de fato permite a localização e acesso ao primário, ao original.

Para Mortimer (2007, p. 10, tradução nossa):

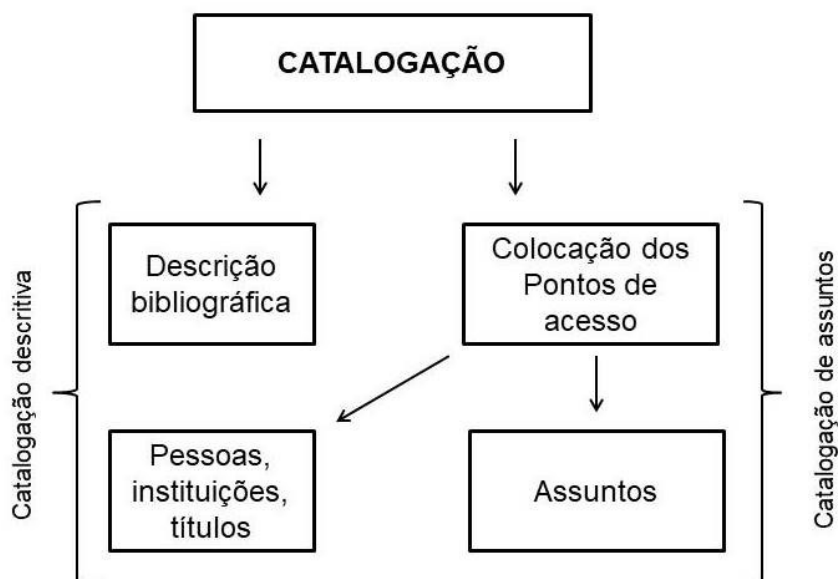
Catálogo é a preparação de informação bibliográfica para registros de catálogo. Catalogadores usam um rol de ferramentas de catalogação, nas quais são agregados regras e padrões internacionais. Catalogação consiste de: catalogação descritiva, catalogação de assunto e classificação.

Assim, catalogação bibliográfica pode ser compreendida como o conjunto da descritiva e temática ou de assuntos. Garrido Arilla (1999, p. 30, tradução nossa) situa esses dois tipos de operações dentro do processo global da catalogação, com a primeira

[...] aquela que é projetada para descrever os documentos e constitui a chamada Descrição Bibliográfica e uma segunda, cuja missão é o estabelecimento dos Pontos de Acesso ao documento e que posteriormente permitirá a sua recuperação. Por sua vez, esses Pontos de Acesso podem ser de dois tipos: pontos de acesso por autores pessoais, corporativos ou de título (e que, juntamente com a descrição bibliográfica ou documental, constituem a chamada Catalogação Descritiva) e outros por assunto.

A autora supracitada diferencia os dois tipos como duas ações complementares, deste modo a escolha dos Pontos de Acesso tem a função de agrupar e unificar as entradas (por assunto, nome, instituições e título) apresentadas em um documento, o que permitirá a sua recuperação. Já a Descrição ocupa-se de distinguir, individualizar e identificar as peculiaridades de um documento, o que o torna distinto dos seus similares. O Esquema 6 apresenta de forma sucinta como, na prática, as duas operações são executadas.

### Esquema 6 – Partes que compõem a Catalogação



Fonte: Garrido Arilla (1999, p. 26, tradução nossa).

Em definições gerais, considera-se descrição bibliográfica como a ação que trata da forma dos documentos e a temática, ou de assunto, a que se ocupa do conteúdo destes documentos. O que, na teoria, se separa, justificada tanto pelo desenvolvimento teórico quanto por conta das atividades de pesquisa e ensino, na prática se vincula, visto que as duas ocorrem concomitantemente, e, igualmente, são essenciais para registro, recuperação, disseminação, localização e uso da informação pelos usuários.

Um dos principais produtos da catalogação é o catálogo, visto que assume o papel de canal entre acervos e usuários. Porém, Pettee (1936), esclarece que os catálogos só assumiram função de ferramenta bibliográfica diante da necessidade de reunir as obras por um autor específico, por um determinado assunto e por edições diferentes da mesma obra, impulsionado pelo advento da impressão e, conseqüentemente, o aumento das coleções. Até então, os catálogos configuravam-se como simples listas de itens, ordenadas de acordo com o armazenamento nas bibliotecas, monastérios e prensas. A finalidade dos catálogos ainda era a de um inventário, que servia de guia para proprietários de acervos, visto que a função do catálogo era outra, e não a de um instrumento de comunicação e localização para acesso às obras.

Se, anteriormente os catálogos eram tidos apenas como listas de itens, hoje o



catálogo exerce função social (no sentido humanístico) primordial na democratização de acesso à informação e provisão para o conhecimento. Concebido como um inventário de documentos, mas projetado para se tornar o dispositivo para acesso às obras, Smiraglia, Lee e Olson (2011, p. 139, tradução nossa) definem o catálogo como “[...] parte de um aparato bibliográfico muito maior, que inclui bibliografias, índices, bancos de dados e até mesmo as notas de estudiosos individuais.”

Em Strout (1956) pode ser identificado como os catálogos aparecem em determinados períodos:

- Século VIII: limitados às listas de inventário informais e não organizadas;
- Século XIII: como listas de propriedade em bibliotecas inglesas;
- Século XIV: com a ideia de símbolos de localização, assim como identificação mais completa de edições e entradas para mais do que a primeira obra em um volume;
- Século XV: uso de referências cruzadas e a compilação de uma bibliografia e um índice para a bibliografia;
- Século XVI: faz menção de editores e tradutores e bibliografias em que, pela primeira vez, a atenção foi dada à palavra de entrada;
- Século XVII: crescente interesse pelos catálogos, bem como tratados sobre como eles deveriam ser feitos; uma época de conquistar realizações passadas em vez de inventar novos dispositivos;
- Século XVIII: seguiu um caminho semelhante ao do Século anterior, com exceção em sua última década, por conta do uso de catálogos de fichas pelo governo francês;
- Século XIX: caracterizado como de grande interesse e por ser alvo de exigências cada vez maiores por parte dos usuários da biblioteca; muitos dos grandes catálogos modernos surgiram durante este século na Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Abarcados os conceitos gerais da catalogação e a sua relação com os catálogos, esta seção apresentará os teóricos e sua relação com a catalogação descritiva, tais como Panizzi, Jewett, Cutter, Ranganathan e Lubetzky, com os princípios e fundamentos teóricos, a origem e evolução dos códigos de catalogação, e os modelos conceituais propostos pela IFLA para a catalogação.

### 3.1 TEÓRICOS E A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA

Os nomes e obras de Panizzi, Cutter e Lubetzky figuram na introdução do RDA como bases teóricas para o desenvolvimento do padrão. No entanto, esta pesquisa traz ainda os ideários de Jewett e Ranganathan que, apesar de não serem mencionados na introdução do RDA, tem as suas ideias imbuídas no movimento teórico dos demais autores citados, além de ser indispensável mencioná-los quando se trata de fundamentos da catalogação. Os próximos tópicos desta seção destinam-se a discorrer sobre as ideias e a influência de tais teóricos na catalogação descritiva.

#### 3.1.1 Antonio Panizzi (Anthony Panizzi)

Sir Antonio Genesio Maria Panizzi (1797-1879), italiano, refugiado e naturalizado na Inglaterra, Panizzi é apontado por Gorman (2000) como o gigante da catalogação descritiva do século XIX, e foi o principal bibliotecário do British Museum de 1856 a 1866. Chegou a esse cargo em meio a um turbulento momento de crise no museu, tanto na administração quanto no desenvolvimento do catálogo de livros impressos, demandado tanto pelos diretores do museu, quanto pelos usuários do catálogo. Panizzi é considerado o Príncipe dos Bibliotecários e foi responsável por uma das primeiras tradições catalográficas moderna, as 91 Regras (ESTIVILL RIUS, 2012) e, segundo Conners (2008), foi o responsável pelo primeiro código moderno de catalogação.

Entre as suas realizações destacam-se as “91 Rules”, que mais tarde se tornou base para o AACR. Panizzi, ao lado de Charles Jewett, é o principal nome da primeira idade dos códigos de catalogação e buscou formas de organizar informações de uma maneira lógica, sem deixar de ser útil. Negrucci (2001) lembra que Panizzi foi persistente na ideia de que o catálogo deveria ser elaborado conforme um conjunto padrão de regras.

Para Strout (1956, 268, tradução nossa), até Panizzi, “[...] o grande interesse nas minúcias da catalogação nunca foi exibido em nenhum outro momento por eruditos, leitores e governo.” A autora defende, ainda, que é com Panizzi que se chega à catalogação moderna, visto sua importância para a catalogação e para a catalogação descritiva, assim como a sua influência no Código de Catalogação Anglo-Americano.

As 91 Regras foram resultado do trabalho desenvolvido por Panizzi enquanto Guardião do Departamento de Livros Impressos, no Museu Britânico. As regras atenderam a demandas dos curadores que faziam parte da equipe de trabalho de Panizzi, que exigiam um conjunto de regras que orientassem a catalogação do acervo de livros impressos do museu (SCHACHT, 1980).

Publicadas em 1841, as 91 Regras são consideradas como as primeiras regras da catalogação moderna, criadas por Panizzi, com um comitê formado por Thomas Watts, J. Winter Jones, Edwards Edwards e John H. Perry. Para Garrido Arilla (1999), as regras foram criadas para orientar a elaboração de um “[...] catálogo alfabético, fundamentalmente de autores e entidades, que permitiria ao usuário a localização rápida e fácil de uma obra, assim como o agrupamento de obras de um mesmo autor com suas diferentes edições e traduções.” A autora lembra que as regras de Panizzi estabelecem-se como o primeiro código sistemático e estão mais orientadas à criação do catálogo do que para a descrição de documentos, como entendidas hoje.

Entre as várias contribuições de Panizzi para a catalogação descritiva, destaca-se a importância de o processo catalográfico ser realizado a partir de regras consistentes, para atender às necessidades de uniformidade e padronização. Ressaltou, ainda, que novas regras fossem providas conforme surgissem imprevistos. Para ele a plenitude e precisão deveriam ser aplicadas a todos os livros; obras anônimas deveriam ser registradas com a primeira palavra do título, artigos e preposições; as obras sob pseudônimo deveriam ser catalogadas sob o nome do pseudo autor. Panizzi considerava também que o registro deveria ser tão detalhado a ponto de cada livro fosse mais simplesmente identificável e que a página de rosto era a fonte de dados para o registro.

Além disso, Lubetzky e Svenonius (2000, p. 6, tradução nossa) lembram que

Panizzi viu o livro como uma edição de uma obra particular que está intimamente relacionado com as outras edições e traduções da obra que a biblioteca pode ter, e pensou que deveria, portanto, ser integrado a elas. Por quê? Simplesmente porque o livro é um objeto dicotômico.

O livro, na visão de Panizzi, é uma junção de entidades e não existe de forma isolada ou apenas física. Assim, além das referências cruzadas que deveriam ser usadas sempre que necessário, a representação de um determinado livro também não deveria ser feita de forma disjunta, mas integrada às demais expressões e manifestações da obra constante em um livro. Essas ideias em muito remetem aos

conceitos apresentados nos FRBR (a ser discutido em 3.4.1).

### 3.1.2 Charles Ammi Cutter

Charles Ammi Cutter (1837-1903), nascido em Boston, foi um dos principais influenciadores da catalogação. Foster (1903) aponta três momentos na vida de Cutter como significativos para a história da biblioteconomia e da catalogação, [1] a publicação do catálogo do *Athenaeum* de Boston, em 1874; [2] a publicação de *Rules for a Dictionary Catalog*, publicada pela primeira vez em 1876, e; [3] a Classificação expansiva. Cutter ocupou ainda o importante cargo de presidente da *American Library Association*, e foi um de seus fundadores. Influenciado, indiretamente, por Panizzi e, diretamente, por Jewett, trabalhou com este último, “[...] na preparação de um catálogo para uma coleção especial da Biblioteca Pública de Boston” (FIUZA, 1987, p. 48).

Em *Rules for a Dictionary Catalog*, Cutter apresenta 368 regras para a elaboração de catálogos. Nesta obra, Cutter (1904, p. 11, tradução nossa) ressalta que “[...] nenhum código de catalogação poderia ser adotado em todos os pontos por cada um.” A justificativa do autor era a de que cada biblioteca tem seus objetivos e públicos particulares. No entanto, coloca que a elaboração de um catálogo deve objetivar a localização de obras. Cutter baseou suas ideias no modo como o usuário de uma biblioteca procura por informações. Conforme Hufford (1991), este foi o último código publicado individualmente, visto que os demais códigos foram desenvolvidos por comitês e associações.

Um ano após o falecimento de Cutter, foi publicada a quarta edição de *Rules for a Dictionary Catalog*, em 1904, momento em que se assistia ao início do fornecimento, pela *Library of Congress*, de fichas para o arranjo de catálogos. Ao prefaciar esta obra, Cutter chamou a atenção para a necessidade de que regras fossem revistas, observações se tornassem regras e que as revisões eram influenciadas pela mudança na forma de compor catálogo.

Como contribuições para a catalogação descritiva, Fiuza (1987, p. 48) destaca que, em *Rules for a Dictionary Catalog*, “[...] ele definiu os primeiros princípios de catalogação expressos em regras que constituíram um código tão racional e completo que muitas delas continuam a fazer parte dos códigos atuais.” Para Blake (2002), Cutter ultrapassa os limites estabelecidos por seus antecessores, Panizzi e Jewett, visto que é quem define o conceito de autoria corporativa, ao considerar que, assim

como uma pessoa, uma instituição pode ser registrada como autora de uma obra.

Cutter dividiu os catálogos em curto, médio e completo (ou bibliográfico), com níveis variantes de informações para cada um deles. Para Yee (1994, p. 10, tradução nossa), Cutter foi o “[...] primeiro a declarar os objetivos do catálogo e a discutir técnicas para implementá-los.” Os objetivos do catálogo definidos por Cutter (1904, p. 12, tradução nossa) são:

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro do qual

- |               |   |                |
|---------------|---|----------------|
| (A) O autor   | } | Seja conhecido |
| (B) O título  |   |                |
| (C) O assunto |   |                |

2. Para mostrar o que a biblioteca tem

- (D) Por um determinado autor
- (E) Sobre um dado assunto
- (F) Em um determinado tipo de literatura

3. Ajudar na escolha de um livro

- (G) Quanto à sua edição (bibliográfica).
- (H) Quanto ao seu caráter (literário ou tópico).

Para Cutter (1904, p. 6, tradução nossa), “[...] a conveniência do usuário deve ser sempre definida antes da facilidade do catalogador.” Assim, a conveniência do usuário deve ser anteceder a definição de regras de catalogação, bem como a composição de catálogos.

### 3.1.3 Seymour Lubetzky

Nascido em 1898, consultor de bibliografia e catalogação, Seymour Lubetzky foi responsável por uma das publicações mais influentes sobre catalogação. Lubetzky escreveu *Cataloging Rules and Principles*, em 1953, atendendo a uma solicitação da *Library of Congress* para examinar o rascunho do código de catalogação escrito pela *Division of Cataloging and Classification* da ALA, e simplificar as regras de tal código. Essa obra foi a maior influenciadora do AACR (GORMAN, 2000). O objetivo foi analisar as regras para entrada de autor e título, com ênfase para os autores corporativos, além de discutir os objetivos e princípios das regras. O grande questionamento de Lubetzky ao escrever a obra citada era: esta regra é necessária?

Lubetzky (1953, p. 36) aponta dois objetivos para as regras de um código de

catalogação: [1] permitir que o usuário do catálogo determine prontamente se a biblioteca tem ou não o livro que ele, e; [2] revelar ao usuário do catálogo, sob uma forma do nome do autor, quais obras a biblioteca tem por um determinado autor e quais edições e traduções de uma determinada obra. Por ser considerado complexo e custoso, o segundo objetivo foi ignorado, e as ações foram limitadas ao primeiro.

A presença de tecnologias em catálogos possibilitou aprimoramento das possibilidades de busca e recuperação da informação. Lubetzky (1953, p. 37, tradução nossa) ressalta que “[...] ambos os objetivos foram firmemente definidos por Panizzi e [...] foram almejados nas regras de catalogação Anglo-Americanas.” Para Lubetzky e Svenonius (2000) os catálogos online atendem ao primeiro objetivo, mas ressaltam que as tecnologias presentes em catálogos deveriam ser melhoradas para atender, também, ao objetivo dois.

Lubetzky defendeu que as regras de catalogação devem basear-se em dois elementos: nome do autor e título, pois são os meios mais importantes usados pelos usuários para identificar uma obra. Assim, [1] obras cujos autores são conhecidos devem ser inseridas sob seus autores; [2] aquelas cujos autores não são identificados, devem ser inscritos sob seus títulos. Sobre isso, Lubetzky (1953, p. 43, tradução nossa) afirma: “[...] dois grandes princípios de Cutter, portanto, permanecem tão válidos quanto sempre foram.” Mesmo que implicitamente estes objetivos foram vislumbrados nos FRBR, publicados em 1998, e mais claramente, assemelham-se aos objetivos do catálogo, propostos por Cutter.

Na obra de Lubetzky são considerados, ainda, os princípios variantes (ou adicionais) em que considera [1] as obras que possuem mais de autor; [2] os autores que possuem mais de um nome; [3] as obras que possuem mais de um título; [4] as obras que são baseadas em outras obras; [5] as obras de autores corporativos.

Para Lubetzky, as regras devem permitir que o usuário [1] selecione a edição ou a tradução de uma obra que melhor atenda à sua finalidade; [2] encontre as obras relacionadas ao autor; [3] identifique uma obra que foi ligeira, ou imprecisamente, citada; [4] encontre uma obra que foi catalogada separadamente. Dessa forma, ao catalogador é requerido o estabelecimento da identidade do(s) autor(es) e as relações da obra.

Estivill Rius (2012, tradução nossa) lembra que foi com Lubetzky que a catalogação e os seus códigos “[...] retornaram a alguns princípios teóricos, os de Cutter, simplificados em alguns aspectos e renovados com a inclusão do conceito de

obra, que é central para a função de agrupamento do catálogo.” Ressalta-se a presença de Panizzi, Jewett, Cutter e Ranganathan como influenciadores e precursores das ideias e da obra de Lubetzky.

### 3.1.4 Charles Coffin Jewett

Charles Coffin Jewett (1816-1868), americano, foi bibliotecário e professor de línguas modernas. Pode-se considerar a iniciação de Jewett na catalogação quando foi assistente de Oliver A. Taylor, enquanto este preparava o catálogo do *Andover Theological Seminary*. Seis anos após, em 1841, Jewett foi nomeado bibliotecário na *Brown University*, com a responsabilidade de elaborar um novo catálogo.

Com *On the Construction of Catalogs*, Jewett apresentou um código composto por trinta e nove regras que,

[...] foram elaboradas com grande cuidado. Elas são fundadas sobre aquelas adotadas para a compilação do catálogo do Museu Britânico; algumas delas são, literalmente, a mesma. Outras se conformam mais às regras defendidas por Panizzi do que àquelas finalmente sancionadas pelos curadores do Museu (JEWETT, 1852, p. 14, tradução nossa).

No entanto, “[...] diferentemente de Panizzi, as regras de Jewett determinavam que, se o autor usasse um pseudônimo e sua identidade fosse conhecida, a obra seria registrada com o nome verdadeiro do autor” (BLAKE, 2002, p. 9, tradução nossa). As referências cruzadas, existentes na proposta de Panizzi, também são encontradas no trabalho de Jewett.

Jewett enfatizou que os dados deveriam ser registrados conforme apresentados no item; que a página de rosto era a fonte primária de informação; que o título fosse transcrito exatamente como consta na obra. Defendia, ainda, que as regras de catalogação deveriam ser rigorosas e, quando possível, atender a todos os detalhes. Jewett (1852, p. 6, tradução nossa) destacou que “[...] nada, tanto quanto pode ser evitado, deve ser deixado ao gosto ou julgamento individual do catalogador.”

Na concepção de Jewett, o catálogo é um instrumento de promoção e difusão do conhecimento, e considera ser esta a justificativa para o ofício catalográfico. Para além disso, o catálogo coloca-se como promotor do conhecimento, ao mostrar o que já foi estudado, e evidenciar lacunas no campo científico. Para evitar que novas publicações fossem feitas somente de modo a acrescentar o volume de livros sem, necessariamente, somar conhecimento, Jewett (1852, p. 7, tradução nossa) defendeu que o catálogo tem

a função de indicar “[...] o caminho do esforço útil.”

Jewett fez críticas à prática de impressão de catálogo em livro, da forma que era feito, uma vez que este tipo de catálogo estava sempre em estado de imperfeição. Para sanar essa dificuldade, Jewett propôs o que ele chamou de *Stereotype the titles separately*, que, por configurarem-se em placas ou blocos, possibilitariam a construção de um catálogo geral.<sup>8</sup>

Sobre as regras de catalogação, Jewett as considerou de extrema importância no processo de criação de catálogos, sem elas o resultado do trabalho catalográfico seria um misto de erro e confusão. Defendia que as regras objetivam a uniformidade, que para ele é imperativa e só pode ser alcançada pela “[...] adesão de todos às regras, abrangendo, na medida do possível, todos os detalhes da obra” (JEWETT, 1852, p. 14, tradução nossa).

Similar a Jewett, ao apresentar o catálogo como instrumento democrático de acesso e promoção ao conhecimento, estão os objetivos definidos por Cutter, visto que almejam atender às necessidades dos usuários, em certa medida.

### 3.1.5 Shiyali Ramamrita Ranganathan

Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), indiano, era bibliotecário e matemático. Embora externo ao ambiente anglo-americano, é tão importante quanto o grupo de teóricos citados na introdução do RDA.

Ranganathan pensava em um modelo de controle bibliográfico, baseado em um sistema internacional de intercâmbio de dados catalográficos. Vale lembrar que ele foi idealizador da catalogação na fonte, e que se estava nos anos de 1950, onde formatos legíveis por máquina iriam ainda ser gestados no ambiente das ideias. (SILVA, 2018).

Tanto as ideias de Ranganathan quanto o seu *Classified Catalogue Code* (CCC) foram grandes contribuidores das discussões que antecederam a Conferência Internacional sobre os Princípios da Catalogação. Em 1954, Ranganathan foi convidado pelo Dr. Bourgeois, então presidente da IFLA, para que analisasse problemas referentes à catalogação e desse sugestões de solução. A compilação desta sugestões destacou-se como uma das grandes contribuições para a definição

---

<sup>8</sup> Estereotipia, no contexto das artes gráficas, consiste na “[...] técnica e processo de reprodução de uma composição tipográfica em uma chapa a partir da moldagem de uma matriz sólida (de gesso, cartão etc.)” (ESTEREOTIPIA, [2019?]).



dos Princípios de Paris, ao lado das ideias de Seymour Lubetzky.

Assim como Jewett, Ranganathan defendia a construção de um catálogo central. Ampliou, porém, a discussão para a idealização de um código internacional de catalogação, e, semelhante a Cutter, advogava para que a construção de catálogos fosse impessoal e com prioridade no usuário.

Em termos gerais, Ranganathan (1959) considerava alguns problemas no estabelecimento de um Código Internacional de Catalogação:

- atividade impessoal: o catalogador e o usuário podem ser diferentes, mas o catálogo poderia ser o mesmo, centralizado;
- catálogo *versus* entrada principal: as diferentes escolhas para entrada principal dificultavam a elaboração de um catálogo de todas as bibliotecas; se, como um todo, um catálogo centralizado era irrealizável, o registro da entrada principal não o era;
- armazenamento de cópias: o fato de fazer cópias de fichas antecipadamente, gerou um problema de armazenamento, que seria solucionado ao fazer uso de uma tecnologia (vigente na época) que permitiria fazer as fichas apenas quando necessário;
- obstáculos no caminho: mais voltado aos catalogadores do que quanto ao catálogo em si; o primeiro era a questão da tradição enraizada que impedia a propagação de novas ideias assim como dos propagadores destas; o segundo vinha do espírito individualista e do liberalismo, tidos para Ranganathan como falsamente aplicados;
- código de catalogação: para a economia no ofício da catalogação, era necessário que esse serviço fosse feito de forma centralizada, porém, o uso de diferentes códigos por bibliotecas diferentes tornava isso impraticável;
- padronização e originalidade: o contexto de composição de um catálogo é, e sempre deve ser, usuário-bibliotecário de referência. Se este contexto muda de tempos em tempos, passa a existir, conseqüentemente, a necessidade de melhoramentos no código de catalogação;
- plano internacional: a grande dificuldade provada pela catalogação de livros estrangeiros, que se desmembra nos obstáculos da tradição, do individualismo, da resistência à padronização, da diversidade cultural e da linguística, em que os dois últimos são insuperáveis, disse Ranganathan;

- códigos em diferentes planos: além de todos os obstáculos reais citados, o fato de um Código de Catalogação Internacional ser definido por *uma* nação ou um grupo linguístico ou cultural para *muitos* não trará benefícios.

Entre as indicações para discussão na Conferência de Paris, em 1961, Ranganathan apontou a concordância com os princípios normativos que, no campo da catalogação “[...] devem ser a implicação especial das leis fundamentais da Biblioteconomia dentro das condições de fronteira estabelecidas pelos requisitos sociais, de um lado, e os requisitos de catalogação, de outro.” Tal afirmação coloca, mais uma vez, o caráter social da catalogação, tão necessário nas discussões, nas teorias e na prática. Esse conjunto de princípios foi desenvolvido por Ranganathan como Cânones da Catalogação, e Bhattacharya (1973 apud ROUT; PANIGRAHI, 2015, p. 286, tradução nossa) lembra que

[...] este conjunto de princípios normativos de catalogação é uma das maiores contribuições da Índia no campo da catalogação. A potencialidade e a versatilidade desses princípios ainda não foram totalmente percebidas pela profissão de biblioteca em geral. Provavelmente, quando enunciados pela primeira vez, esses princípios normativos estavam à frente do tempo. No entanto, sua utilidade e importância serão realizadas no devido tempo.

Para Ranganathan (1938, p. 54, tradução nossa), a aplicação das, tão difundidas no universo biblioteconômico, cinco leis da Biblioteconomia deve ser acompanhada da Lei da Parcimônia, que “[...] talvez o princípio geral mais elementar que rege a catalogação – ou qualquer outra prática científica [...]”.

Em sua obra *Theory of library catalogue*, publicada em 1938, Ranganathan estabeleceu os Cânones a serem considerados na delimitação do conjunto de regras de catalogação. Em *Classified catalogue code*, publicado em 1964, Ranganathan propõe outros cânones, o que formou um conjunto de nove cânones a serem observados quanto à elaboração de códigos de catalogação, assim como as regras destes códigos. Os cânones propostos por Ranganathan são: consistência, relevância, determinabilidade, permanência, uso corrente, individualização, contexto, ponto de acesso e preponderância, e serão apresentados a seguir.

O Cãnone da Consistência (*Canon of Consistency*) impõe ao código a responsabilidade de que ocorrências análogas sejam tratadas da mesma forma. Ranganathan se reporta a Cutter (1904, p. 12, tradução nossa) para exemplificar esse cãnone: “[...] entre os vários métodos possíveis para atingir os OBJETOS, sendo as outras coisas iguais, escolha essa entrada [...]. Isso é consistente com outras

entradas, de modo que um princípio possa cobrir tudo.”

O Cânone da Relevância (*Canon of Relevance*<sup>9</sup>) orienta tanto a elaboração das regras quanto a aplicação destas, visto que indica que os dados escolhidos para entrada principal devem ter a relevância necessária para atender a demanda de título, autor e assunto.

O Cânone da Determinabilidade (*Canon of Ascertainable*) exige que todas as informações usadas tenham como fonte a folha de rosto e ressalta que “[...] via de regra, apenas a Entrada de Assunto leva o catalogador para além da página de rosto.” (RANGANATHAN, 1938, p. 62, tradução nossa). Apesar disso, Ranganathan se apoia novamente em Cutter para destacar que, em alguns casos, pode não ser possível determinar os dados a partir do título: “As adições feitas a um título devem ser marcadas, incluindo as palavras entre colchetes []. Todas as adições devem ser breves e no idioma do título. [...] Depois de uma palavra escrita incorretamente ou anormalmente inserir [sic] ou [!].” (CUTTER, 1904, p. 97, tradução nossa). Apesar de considerar a folha de rosto como fonte principal de dados para a catalogação, Ranganathan lembra que nem sempre a página de rosto contém as informações necessárias para compor um registro bibliográfico. Com esse cânone, Ranganathan defendeu uma aproximação maior entre os catalogadores e o comércio de livros, além de sugerir uma norma internacional para a elaboração da folha de rosto.

Ao Cânone da Permanência (*Canon of Permanence*) cabe a definição da Entrada Principal para indicar algo permanente. Apesar de sabido que nomes de pessoas ou de instituições sofrem alterações, Ranganathan ressalta que esse cânone deve ser observado.

O Cânone do Uso Corrente (*Canon of Currency*) que, em um momento acorda com o Cânone da Permanência, conflita com os cânones da Consistência e da Determinabilidade, embora à cada situação tenha que se aplicar o que a tal situação demanda. A recomendação é que, no caso de título, é necessário registrar o atual; se for o autor, como indicado na folha de rosto; se for o assunto, a forma de uso mais popular. Assim, para atender a ordem do uso corrente, Ranganathan (1938, p. 69, tradução nossa) define que “[...] as entradas de índice de classe de um catálogo classificado e as entradas de assunto de um catálogo de dicionário devem ser revisadas para satisfazer esse Cânone.”

---

<sup>9</sup> Este Cânone aparece apenas em *Theory of Library Catalogue*, 1938.

O Cânone da Individualização (*Canon of Individualisation*), estabelece que o nome de qualquer entidade usada como entrada principal deve denotar apenas uma entidade. Aos casos homônimos deve-se acrescentar elementos individualizadores. Esse cânone se justifica diante do objetivo de poupar o tempo dos pesquisadores e usuários de catálogos e bibliografias.

No Cânone do Contexto (*Canon of Context*), as regras de um código de catalogação devem considerar o contexto da natureza dos recursos informacionais e a organização da biblioteca. As regras, portanto, devem “[...] ser alteradas, de tempos em tempos, para acompanhar as mudanças no contexto.” (RANGANATHAN, 1964, p. 47, tradução nossa). Ranganathan exemplifica a aplicação deste cânone ao citar mudanças nas regras de entrada principal da era dos incunábulo para aqueles da era pós 1500, dos livros impressos.

O Cânone de Pontos de Acesso<sup>10</sup> (*Canon of Sought-Heading*) aponta que os pontos de acesso devem ser aplicados de forma que se evite a duplicação e que devem oferecer alternativas para o usuário recuperar documentos. Os pontos de acesso devem, ainda, permitir a recuperação de outros documentos relacionados ao documento objeto de busca pelo usuário. Ranganathan considerou que um código de catalogação e suas regras deveriam considerar que autor e assunto são os mais populares entre as buscas em um catálogo.

Apesar de todos os cânones anteriormente apresentados serem atinentes também à classificação, é o Cânone da Preponderância (*Canon of Prepotence*) que tem a sua indicação específica para a catalogação (RANGANATHAN, 1964, p. 70). Um fator de vital importância é a posição ordinal em que se coloca uma determinada entrada, em relação às demais, esta posição ou ordem define a potencialidade da entrada em servir para a recuperação e identificação de um documento. Ranganathan ressalta que a Preponderância não é uma exclusividade do título.

É fato que muitos dos cânones tiveram atualizados os vocábulos. Porém, os conceitos mantiveram-se. Quanto ao Cânone da Preponderância, entretanto, cabe uma ressalva, visto que, em catálogos automatizados, a posição de um ponto de acesso não determina a potencialidade da recuperação por aquele elemento; todos os pontos de acesso tem a mesma importância de recuperação e identificação de um

---

<sup>10</sup> A adoção dos vocábulos *cabeçalhos* e *entradas*, adotadas por Ranganathan, tiveram sua nomenclatura atualizada para *pontos de acesso*.

documento.

### 3.2 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA

Ao considerar os alicerces teóricos para o desenvolvimento do RDA, ainda em sua introdução, fica explícito que o padrão foi construído nas bases estabelecidas pelo AACR e com influências de grandes tradições catalográficas. O padrão especifica tais tradições e destaca como obras fundadoras: [1] *Rules for a Dictionary Catalog*, de Charles A. Cutter; [2] *International Conference on Cataloging Principles, report*; [3] *Principles of cataloging: final report: phase I: descriptive cataloging*, de Seymour Lubetzky e; [4] *Rules for the compilation of the catalogue*, de Antonio Panizzi, que fazem parte do rol de importantes pensadores da catalogação e formadores de ideias que ainda são aplicadas hoje. As ISBDs, um dos principais contributos para a padronização dos registros bibliográficos, não são indicadas como parte das tradições, mas como um dos instrumentos em que a construção do RDA se fundamenta.

Freedman (1984) coloca como os grandes pensadores da catalogação no âmbito anglo-americano os nomes de Panizzi, Jewett, Cutter e Lubetzky em um grupo que ele nomeia como os “quatro sagrados”. Para o autor, “[...] qualquer discussão atual de catalogação deve ocorrer no âmbito da ideologia de catalogação desenvolvida pelos ‘quatro sagrados’ ou provar as deficiências dessa ideologia antes de propor alguma alternativa a ela.” (FREEDMAN, 1984, p. 322, tradução nossa). A esses quatro grandes pensadores, junta-se o indiano Ranganathan.

Resultado da *International Conference on Cataloging Principles*, ocorrida em Paris, a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação teve sua primeira publicação em 1961 e ficou conhecida como Princípios de Paris. O objetivo dos Princípios de Paris é de servir como referência para a padronização internacional da catalogação, além de orientar a construção de catálogos e de códigos de catalogação, apesar de estes últimos estarem implícitos na publicação de 1961. Santos e Corrêa (2009) lembram que a obra *Cataloguing rules and principles*, de Seymour Lubetzky, foi aquela que deu sustentação para o que seria discutido na *International Conference on Cataloging Principles*. Considera-se, de igual importância, as ideias conjuntas de Ranganathan e Lubetzky nas discussões de tais princípios.

Na publicação de 1961, a Declaração apresentou as funções e a estrutura dos

catálogos, além de orientações de como deveriam ser registradas as entradas em um registro bibliográfico. Santos e Corrêa (2009, p. 23) destacam que a “[...] Conferência de Paris é [...] a primeira etapa importante de padronização em uma plataforma internacional”, o que corrobora a importância da conferência para a catalogação mundial.

Com a necessidade de atender às demandas surgidas com os *Online Public Access Catalogues* (OPACs) e ampliar os princípios para todos os tipos de obras, e não mais apenas livros impressos, os Princípios de Paris foram revisados.

Mais de quarenta anos após a publicação dos Princípios de Paris, e após ampla discussão para atualização da declaração ocorrida nos *IFLA Meeting of Experts on the International Cataloguing Code* (IME-ICC), com rascunhos colocados para discussão nas 5 edições do encontro<sup>11</sup>, foi publicada, em 2009, a nova versão da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação.

Foi a publicação de 2009 que trouxe os princípios detalhados, dentre os quais figuram, explicitamente, os seguintes: [1] conveniência do usuário, [2] uso comum, [3] representação, [4] exatidão, [5] suficiência e necessidade, [6] significância, [7] economia, [8] consistência e normalização, e [9] integração. A própria declaração coloca a conveniência do usuário como o principal dos princípios. Assim, as “[...] decisões relativas à descrição e às formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo em conta o utilizador (usuário).” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 2).

O perfil do usuário muda, no contexto de avanços tecnológicos, de agente passivo a agente ativo da informação. Daí a consideração de Chartier (1999, p. 103) para a mudança, também, do papel do leitor, visto que ele passa a “[...] submeter os textos a múltiplas operações (ele pode indexá-lo, anotá-lo, copiá-lo, desmembrá-lo, recompô-lo, deslocá-lo, etc.), mais do que isso, ele pode se tornar seu co-autor.”

Em 2016 nova edição dos ICPs acontece. A justificativa, segundo International Federation of Library Associations and Institutions (2016, p. 4, tradução nossa), considera “[...] as novas categorias de usuários, o ambiente de acesso aberto, a interoperabilidade e acessibilidade de dados, recursos de ferramentas de descoberta e a mudança significativa de comportamento do usuário em geral.” Nesta edição, além

---

<sup>11</sup> Ocorrido em Frankfurt, 2003; em Buenos Aires, 2004; em Cairo, 2005; em Seoul, 2006; em Pretória, 2006.

dos princípios já presentes na edição de 2009, novos princípios, em destaque abaixo, são agregados com a finalidade de atender novas demandas de tecnologias e usuários. São eles: [1] Conveniência do usuário, [2] Uso comum, [3] Representação, [4] Exatidão, [5] Suficiência e necessidade, [6] Significância, [7] Economia, [8] Consistência e normalização, [9] Integração, [10] Interoperabilidade, [11] Abertura, [12] Acessibilidade e [13] Racionalidade.

Uma das diferenças entre as edições de 2009 e 2016 em relação à edição de 1961 é que, as mais recentes trazem orientação para descrição bibliográfica. Mey e Silveira (2009, p. 94), definem a descrição bibliográfica, ou representação, como “[...] a parte da catalogação responsável pela caracterização do recurso bibliográfico.” As autoras supracitadas entendem, ainda, que descrição bibliográfica é uma das etapas da representação de registros do conhecimento, seguida de escolha de pontos de acesso e dos dados de localização.

A partir de informações dos ICPs, publicados pela International Federation of Library Associations and Institutions (1961, 2009, 2016), e de Santos e Corrêa (2009), o Apêndice J demonstra uma comparação entre as Declarações de 1961, 2009 e 2016.

### 3.3 CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO: ORIGEM E EVOLUÇÃO

A catalogação teve, concomitantemente, o desenvolvimento de instrumentos que auxiliassem o seu exercício e a constituição de sua teoria. Assim, tanto a catalogação descritiva quanto a temática, fazem uso de códigos, normas e/ou padrões que orientam a elaboração e o arranjo de catálogos.

Para Chaplin (1956, p. 337, tradução nossa) além de ser uma declaração de práticas, um código de catalogação “[...] pode ser um conjunto de regras destinadas a aplicar-se aos catálogos. [...] um código de catalogação é um instrumento de padronização.” O autor supracitado lembra ainda que as vantagens na uniformização dos catálogos são sentidas na economia de tempo tanto do usuário quanto para produtores de catálogos.

Esta subseção apresenta abordagem geral sobre os códigos de catalogação e seu percurso histórico, os códigos de catalogação anglo-americanos e a ISBD.

### 3.3.1 Códigos de catalogação

Para Strout (1956), os primeiros códigos de catalogação foram produzidos no século XVI, influenciados pelo impacto que a invenção da imprensa causou às bibliotecas, além de movimentos políticos, culturais e intelectuais que promoveram mudanças nas bibliotecas da época.

Gorman e Oddy (1997) apontam três idades dos códigos modernos de catalogação em língua inglesa, a saber:

- primeira idade: característica do século XIX, dos códigos de pessoa única – principalmente os de Panizzi e Cutter;
- segunda idade: marcado, quase ao mesmo tempo, com o início do século XX; idade dos códigos de comitê; e
- terceira idade: anunciada pelas ideias de Seymour Lubetzky e das AACR.

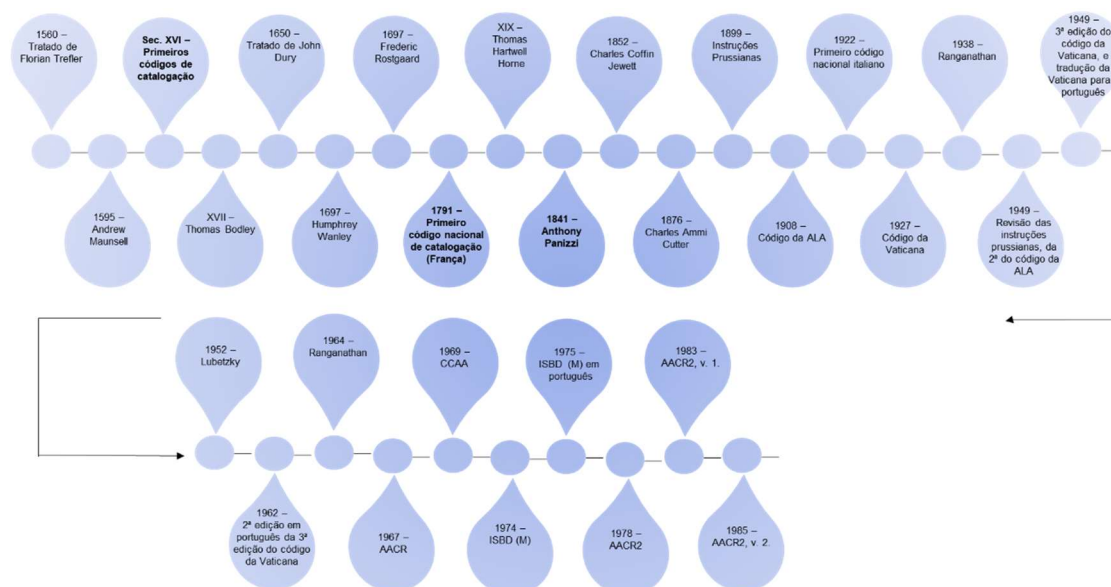
Os códigos de catalogação visam definir as regras para a elaboração do registro bibliográfico e buscam uma uniformidade na representação das obras, o que tornam esses registros únicos, tanto em uma rede de bibliotecas quanto em grupos de bibliotecas isoladas. Os códigos de catalogação aproximam, cada vez mais, a forma de diferentes bibliotecas registrarem seus materiais.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 89) definem código de catalogação como um “[...] conjunto de regras para a elaboração de registros bibliográficos, cuja finalidade é assegurar a consistência na preparação desses registros.” Os vários códigos de catalogação que surgiram ao longo do tempo buscavam uma forma de tornar os registros bibliográficos integrados em um catálogo e coerentes em sua relação, de modo que permitissem uma relação entre os itens catalogados, apesar de individualizados.

No Esquema 7 é possível observar a cronologia dos códigos, tratados, acontecimentos que influenciaram as bases da catalogação.



### Esquema 7 – Marcos da catalogação, de códigos e de tratados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados do esquema, compilados a partir de Strout (1956) e Souza (1997), e com outros dados da pesquisa bibliográfica, podem mais bem compreendidos a partir do detalhamento a seguir:

- 1560, com o Tratado de Florian Trefler: um monge beneditino, publicou em Augsburg um tratado sobre a manutenção de uma biblioteca. Em seu tratado, Trefler defendeu que um catálogo deveria consistir em cinco partes: um catálogo de autor, uma lista de prateleira, um índice confidencial, um índice alfabético e uma lista de livros. Esta foi a primeira vez que ficou evidente a importância de mais de uma possibilidade de acesso;
- 1595, com Andrew Maunsell: um livreiro inglês compilou seu Catálogo de Livros Impressos e, no prefácio, declarou suas regras de entrada. Entre as exigências constava a necessidade de inclusão de tradutor e dados da imprensa. O documento trazia, ainda, indicações de que uma obra anônima deveria ter a sua entrada pelo título e/ou pelo assunto;
- Século XVI, com os primeiros códigos de catalogação: grande impacto por conta da imprensa na produção de livros, do surgimento das universidades e da destruição tanto de livros quanto de bibliotecas;
- Século XVII, com Sir Thomas Bodley: no início deste Século Bodley apareceu como uma figura importante na cena de catalogação, com o

Código de Bodley, que incluía um índice alfabético de autor organizado pelo sobrenome e métodos minuciosos de catalogação que, entre outras regulamentações, definia que os nobres fossem inseridos pelos nomes de suas respectivas famílias. Bodley aproximou-se dos usuários com o intuito de identificar como deveria ser o funcionamento do catálogo;

- 1650, com o Tratado de John Dury, que indicava a necessidade de que, anualmente, complementos aos catálogos deveriam ser impressos;
- 1697, com Humphrey Wanley: foi quem levantou questões para o melhoramento da construção e do uso de catálogos, dentre as quais a necessidade de que o catálogo deveria ser classificado ou alfabético, de que deveriam ser registrados títulos e datas, no idioma do livro, tamanho e nome do editor de um livro, e mencionar se um livro não tiver lugar ou data;
- 1697, com Frederic Rostgaard: quem publicou em Paris seu discurso sobre um novo método de criação de um catálogo de bibliotecas. As Regras de Rostgaard exigiam um arranjo de assunto subdividido por ordem cronológica e por tamanho de volume. Para ele o catálogo deveria ser organizado em tal grau que os autores que tratassem do mesmo assunto e todas as edições de uma mesma obra fossem encontrados junto;
- 1791, com o primeiro código de catalogação (França): durante a Revolução Francesa e, após o recém-formado governo do país, foram estabelecidas as direções para sua reorganização. Dentre as direções, o governo enviou às bibliotecas instruções para catalogar suas coleções. Daí o surgimento do primeiro código nacional de catalogação. Também é nesse período que aparece pela primeira vez o catálogo em fichas;
- Século XIX, com Thomas Hartwell Horne: foi durante a primeira parte do Século que Horne publicou um esquema de classificação e um código de regras de catalogação na Inglaterra e chamou a atenção para o fato de que um livro não se limitava a apenas uma entrada de assunto;
- 1841, com Sir Anthony Panizzi: cria, com colaboradores, as 91 Regras, destinadas à catalogação do acervo da Biblioteca do Museu Britânico, o que constituiu o primeiro código de catalogação completo. Este foi um

- passo de muita importância para a catalogação britânica e americana;
- 1852, com Charles Coffin Jewett: publica um código, baseado naquele elaborado por Panizzi. Jewett expandiu algumas regras de Panizzi, mas, também propôs novas;
  - 1876, com Charles Ammi Cutter: publicou *Rules for a Printed Dictionary Catalogue*, um código constituído de 369 regras, e, a partir dele, criou-se a escola americana de catalogação. Cutter firmou seu nome na história da catalogação e ainda hoje suas teorias são amplamente usadas nos serviços catalográficos;
  - 1883, com a publicação de *Condensed Rules for author and title catalog*, na revista *Library Journal*;
  - 1899, com as Instruções Prussianas: resultado do Código da Real Biblioteca de Berlim, publicado em 1890;
  - 1908, com a 2ª edição de Instruções Prussianas;
  - 1908, com o Código da ALA: publicado como *Cataloguing rules: author and titles entries*, teve sua origem no trabalho *Condensed Rules for author and title catalog*, publicado em 1883, e é resultado de estudo sugerido por Dewey, em colaboração com a British Library, das normas da Library of Congress;
  - 1922, com o código nacional italiano: publicado sob o título de *Relege per la compilazione del catalogo alfabetico*, foi o primeiro código oficial italiano;
  - 1927, com o Código da Vaticana: foi criado com o título de *Norme per il catalogo degli stampati*;
  - 1931, com a *Norme per il catalogo degli stampati*: revisão do Código da Vaticana a partir das orientações do Código da ALA e das regras usadas pela *Library of Congress*;
  - 1938, com Ranganathan: em sua obra *Theory of library catalogue*, Ranganathan estabeleceu os Cânones a serem considerados na delimitação do conjunto de regras de catalogação;
  - 1939, com a 2ª edição do Código da Vaticana;
  - 1941, com a 2ª edição do Código da ALA: pelo fato de a edição de 1908 do Código da ALA não ter sido bem aceita pelos catalogadores, a norma

passou por uma revisão e foi duas partes, uma voltada a entradas e cabeçalhos, e a outra à descrição de livros;

- 1949, com a Comissão de Catalogação para revisão e nova redação de Instruções Prussianas; apesar de voltada às bibliotecas universitárias da Alemanha, foi adotada também na Áustria, Hungria, Suécia, Suíça, Holanda e Noruega;
- 1949, revisão da 2ª edição do Código da ALA: por ser considerada prolixa e complexa nova revisão foi feita, o que resultou em dois volumes distintos e independentes: *ALA cataloguing rules for author and titles entries*, editado por Clara Beetle; e *Rules for descriptive cataloguing in the LC*;
- 1949, com a 3ª edição do Código da Vaticana: edição foi traduzida para vários idiomas, inclusive português, com ampla aceitação na América Latina;
- 1949, com as Normas de Catalogação de Impressos: tradução do Código da Vaticana para o português, com iniciativa de Lydia de Queiroz Sambaqui;
- 1952, com nova revisão do Código da ALA por Lubetzky: por conta da continuidade de críticas, Lubetzky foi convidado a apresentar um relatório de revisão, o que resultou na publicação de *Cataloguing rules and principles: a critique of ALA rules for entry and proposed design for their revision*;
- 1962, com a 2ª edição em português do Código da Vaticana: tradução da 3ª edição do Código da Vaticana;
- 1964, com Ranganathan: em *Classified catalogue code*, Ranganathan propõe outros cânones, o que formou um conjunto de nove cânones a serem observados quanto à elaboração de códigos de catalogação, assim como as regras destes códigos;
- 1967, com o Anglo-American Cataloging Rules (AACR): publicado a partir de revisão feita pela ALA, LC, Library Association da Grã-Bretanha e Canadian Library Association, do código da ALA, com adaptação a partir dos princípios discutidos na Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, ocorrida em 1961, em Paris;

- 1969, com o Código de Catalogação Anglo-Americano: tradução da AACR para o português, com adaptações das regras e inclusão de apêndices;
- 1971, com a edição preliminar da ISBD(M);
- 1974, publicação da ISBD(M);
- 1975, com a tradução da ISBD(M) para o português: por iniciativa de Maria Luiza Monteiro da Cunha, e financiada pela FEBAB;
- 1978, com a publicação do AACR2: com as adaptações a partir da ISBD(M) à primeira edição da AACR;
- 1983, com a publicação do primeiro volume da AACR2 no Brasil;
- 1985, com a publicação do segundo volume da AACR2 no Brasil: teve um apêndice especial à edição brasileira, nomeado *Entradas para nomes de língua portuguesa*.

Apresentada a cronologia de fatos que marcaram o desenvolvimento de tratados e de códigos de catalogação, o foco da próxima subseção concentra-se nos códigos de catalogação anglo-americanos.

### 3.3.2 Códigos de catalogação anglo-americanos (AACR, AACR2 e AACR2r)

Por sugestão de Melvil Dewey, em 1904, a *American Library Association* e a *Library Association*, Estados Unidos e Grã-Bretanha respectivamente, concordaram em cooperar para a elaboração de um código anglo-americano. O resultado da cooperação foi a publicação, em 1908, do primeiro código internacional de catalogação as *Catalog Rules, Author and Title Entries*, com edições Britânica e Americana.

Após separações causadas pela Segunda Guerra e após a realização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, foi publicada em 1967 as *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR)*, ainda em edições separadas, que contou com considerações dos Princípios de Paris e com as ideias de Seymour Lubetzky (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009).

Do Encontro Internacional de Especialistas em Catalogação, realizado em Copenhague, em 1969, resultou a *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, a ser abordada na próxima subseção. Como consequência das ISBD, o AACR

passou por revisões para estar em conformidade com a padronização internacional agora exigida.

Gorman e Oddy (1997) lembram que a segunda edição do código, reconhecida como AACR2, surgiu no início da década de 1970, e configurava nada menos do que a harmonização dos textos britânicos e americanos, com modificações fundamentais. Para os autores, o AACR2 se baseou em princípios e determinou que [1] as descrições deveriam ser formuladas em conformidade com a ISBD; [2] que os meios de comunicação deveriam ser tratados do mesmo modo; [3] que as descrições deveriam basear-se no item bibliográfico; [4] que os pontos de acesso deveriam ser derivados da natureza da obra que está sendo catalogada e não da natureza da entidade bibliográfica descrita.

Arquitetado como um código para catalogar materiais impressos em papel, o AACR2 passou por várias atualizações com a finalidade de melhorar seu desempenho e oferecer regras para registrar o maior número de mídias possível.

[...] anteriormente, o impresso era o meio dominante na comunicação registrada. Os formatos eram mais estáveis de se compreender e categorizar. Afinal, as pessoas eram também analógicas no uso dos recursos existentes. Desta maneira, um vídeo ou um áudio (em cassete) tinham os suportes delineados e os catalogadores podiam descrevê-los sem dificuldades como conteúdos de algo real. Com a evolução tecnológica, surge uma nova variedade de mídias. (SILVA, 2008).

Fusco (2011, p. 32) escreve que o objetivo do AACR é o de servir de padrão para a catalogação “[...] no âmbito internacional servindo de base para o tratamento de informação por meio de um sistema de pontuação em que a catalogação pode ser feita pelo suporte físico da obra, através da forma escrita convencional ou legível por máquina.” Por ser produto de um encontro de ideias de vários teóricos e de catalogadores de diversas partes do mundo, o AACR busca ser um código que atende as necessidades desses profissionais.

Coyle e Hillmann (2007) enfatizam que a publicação do AACR2 ocorreu às vésperas da grande mudança tecnológica: o computador e a rede eletrônica, fato que evidencia que atualizações do AACR2 logo seriam requeridas. Em 1997, em Toronto, durante a realização do *The International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, Gorman e Oddy (1997), ao avaliarem as necessidades e cautelas para a revisão do AACR2, apontaram que dez questões deveriam ser ponderadas em relação à revisão, sem deixar de atender aos princípios em que o

código de baseia:

1. desconsiderar as regras especiais, como os casos de obras religiosas e leis;
2. desbastar as excessivas regras descritivas de casos especiais;
3. definir regras para os itens “não publicados” (textos impressos e eletrônicos, vídeos, gravações de som, etc.);
4. ter novos capítulos, ou capítulos revisados para as novas mídias;
5. rever as questões de acesso as novas mídias;
6. revisar a Parte 2, à luz dos conceitos de registros de autoridade;
7. estudar as questões de microformas;
8. revisar os exemplos e adicionar exemplos para as novas mídias;
9. consolidar, unificadamente, o MARC e o AACR2;
10. que a LC deixe de emitir exemplos que não tenham a finalidade de melhorar o acesso.

Com revisões em 1988, 1998 e em 2002, o AACR2 teve, também, adições em 1999 e 2001.

### 3.3.3 *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*

Após a conferência que deu origem aos Princípios de Paris, o *Committee on Uniform Cataloguing Rules*, ao considerar as suas atividades pós conferência, propõe a realização, em 1968, da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC). Segundo a International Federation of Library Associations and Institutions (1970), outros fatores também foram ponderados para a realização da reunião, dentre eles [1] a revisão em códigos de catalogação influenciados pelos Princípios de Paris; [2] o estabelecimento de um padrão internacional de descrição, que levou ao estudo comparativo das práticas de catalogação e bibliografia, desenvolvido por Michael Gorman, sob um contrato da UNESCO; [3] o programa de catalogação compartilhada da *Library of Congress*, e; [4] o crescente processo de automação dos serviços de bibliotecas. A realização desse evento foi um dos grandes momentos para a uniformização na prática da catalogação. A reunião contou com a participação de representantes de 32 países, o que acarretou em modificações expressivas na catalogação e, conseqüentemente, nos códigos. Essas alterações visaram à padronização das informações dos registros (MEY; SILVEIRA, 2009).

A agenda da reunião deveria contemplar as seguintes pautas

(INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1970):

- revisar o progresso na aplicação da Declaração de Princípios e aprovar um texto definitivo para a edição anotada dos Princípios;
- estabelecer princípios para o conteúdo descritivo das entradas do catálogo;
- examinar os Programas de Catalogação e a possibilidade de estendê-lo internacionalmente;
- considerar o uso do computador no registro e troca de informações bibliográficas; e
- ponderar o impacto da mecanização nos catálogos e códigos de catalogação.

A avaliação que Estivill Rius (2012) faz dos Princípios de Paris e da RIEC é que os primeiros trataram dos objetivos e da estrutura dos catálogos, e que a reunião tratou dos “[...] acordos para normalizar o bloco descritivo do registro.”

No decorrer da reunião, evidenciou-se que, apesar do avanço nas discussões sobre o padrão de descrição bibliográfica, o tempo disponível não permitiria o detalhamento do padrão. Sendo, assim, foi formado um grupo para a “[...] composição do padrão de descrição bibliográfica e a forma e a ordem de seus componentes.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1970, p. 113, tradução nossa).

A reunião abordou ainda questões referentes à catalogação compartilhada, baseada em atividade das bibliotecas norte-americanas, e que objetivava a economia de tempo e dinheiro, além da busca pela padronização internacional. Os participantes concordaram que a catalogação compartilhada causava variações nas descrições, mas que tais variações eram aceitas; destacaram, porém, que uma uniformidade maior deveria ser almejada, uma vez que essas variações levariam a incertezas na identificação da informação (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1970).

É nesse contexto de discussões da catalogação compartilhada e da automatização dos serviços de bibliotecas que nasce a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), cujo objetivo era o de

[...] servir como principal norma para a promoção do controle bibliográfico universal, ou seja, disponibilizar de forma universal e



rápida as informações bibliográficas básicas de todos os recursos publicados em todos os países, de forma aceitável internacionalmente. Desde o início, o principal objetivo da ISBD foi oferecer coerência com vistas ao intercâmbio de informações bibliográficas (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2013, p. x, tradução nossa).

Ao fazer uso de pontuação prescrita, a ISBD oferece meios para que elementos bibliográficos sejam identificados, independente da linguagem utilizada, tanto para humanos quanto para máquinas (SPAULDING, 1973).

Desde a primeira edição da ISBD, em 1971, outras ISBDs independentes foram publicadas, as quais buscaram atender a obras específicas como Publicações Seriadas, Material Não livro, Materiais Cartográficos, Livros raros, Música impressa e, recursos eletrônicos (BYRUM JR, 2004). A ISBD é, notadamente, um dos principais marcos na história da catalogação mundial e umas das mais importantes contribuições para a padronização de descrição bibliográfica.

### 3.4 MODELOS CONCEITUAIS DA CATALOGAÇÃO

Os modelos conceituais não pretendem ser códigos de catalogação, mas servir de orientação para a catalogação, assim como para a construção de padrões, regras, formas de códigos e orientar na estruturação destes. Corroborando, a INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (2016, p. 3, tradução nossa) afirma que

[...] a catalogação deve levar em conta as entidades, atributos e relações, conforme definido em modelos conceituais do universo bibliográfico. Os modelos conceituais considerados são Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD).

Os FRs são modelos conceituais. A esse respeito Mey e Silveira (2009, p. 17) esclarecem que modelo pode ser considerado “[...] como representação de algo; conceitual implica a modelagem de coisas, processos ou abstrações, de forma a sintetizar e sistematizar sistemas teóricos ou fenômenos com vistas à aplicação.” Essa exposição reforça o estabelecimento da família FR com a finalidade de orientarem a construção destes padrões, não com a finalidade de tornarem-se padrões de catalogação.

As subseções seguintes tratarão dos requisitos funcionais propostos pela IFLA: FRBR, FRAD e FRSAD.

### 3.4.1 *Functional Requirements for Bibliographic Records* – FRBR

Resultado de um exame dos requisitos funcionais dos registros bibliográficos, os FRBR foram aprovados, como relatório final, em 1997, pelo *Standing Committee on Cataloging* da IFLA, e teve sua publicação em 1998. Na introdução do *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report* (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998) fica evidente a principal razão que motivou a sua construção: o crescimento da catalogação cooperativa ou compartilhada, que se tornou uma necessidade que começou a contar com a força dos avanços tecnológicos que deram impulso à catalogação compartilhada, além de contribuir para o controle bibliográfico. A própria demanda causada pelos avanços tecnológicos trouxe fatores que também influenciaram o exame feito pela IFLA na catalogação prática e teórica em âmbito internacional, exame este que deu resultado aos FRBR.

Um ponto decisivo para a elaboração dos FRBR foi a questão dos custos com a catalogação que seria resolvida com a redução “[...] pela minimização de duplicatas de catalogação.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998, p. 1, tradução nossa). Neste sentido, vale ainda ressaltar a intenção da IFLA em propor um modelo que simplificasse a elaboração de códigos de catalogação e, conseqüentemente, o processo catalográfico, e contasse com as transformações acarretadas pela constante inovação nas tecnologias. Buscava-se, assim, “[...] acomodar mudanças emanadas das emergentes novas formas de publicações eletrônicas e os adventos de acesso a recursos informacionais em rede.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998, p. 1, tradução nossa).

Dois objetivos propostos nos FRBR estabeleceram a estrutura do modelo: o primeiro indica a necessidade de relacionar dados bibliográficos às necessidades do usuários; o segundo aconselha considerar as relações de atributos e entidades dos modelos conceituais com as tarefas dos usuários (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1998). Os dois objetivos se interrelacionam: enquanto o primeiro objetivo propõe-se a identificar as entidades, analisar os atributos que se associam a cada uma das entidades, estabelecer as relações e determinar os atributos e as relações que se associam a cada entidade,

bem como relacioná-los às tarefas dos usuários, o segundo recomendar um nível básico para o registro bibliográfico, sem deixar de considerar as relações dos atributos e entidades com as tarefas do usuário.

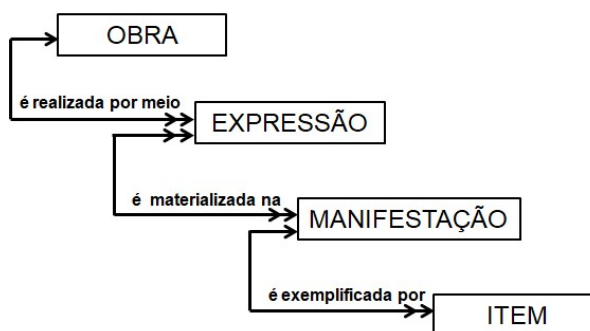
Poulter (2013, p. 45, tradução nossa) define entidade como “[...] uma coisa que é capaz de existir de forma independente e que pode ser identificada de forma exclusiva.” Nos FRBR são identificados três grupos de entidades. Oliver (2011, p. 23) apresenta estes grupos e, respectivamente, as suas entidades da seguinte forma:

Entidades do grupo 1: produtos do trabalho intelectual ou artístico. entidades: obra, expressão, manifestação, item;  
Entidades do grupo 2: os responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, a produção física e a disseminação, ou a custódia das entidades do primeiro grupo. entidades: pessoas físicas, pessoas jurídicas  
Entidades do grupo 3: assuntos. entidades: conceito, objeto, acontecimento, lugar + mais todas as entidades dos grupos 1 e 2.

Diante do exposto, dez entidades são identificadas nos FRBR: obra, expressão, manifestação, item, pessoa, entidade coletiva, conceito, objeto, acontecimento e lugar. Estas entidades são compostas por atributos, características particulares de cada entidade. Ao exemplificar os atributos pode-se mencionar a entidade manifestação, que tem como atributos editora, local de publicação, data de publicação, etc.

Além das entidades e atributos, os FRBR apresentam as relações estabelecidas entre as entidades; essa composição de entidades, atributos e relacionamentos é o que demarca um modelo conceitual. O Esquema 8 demonstra as relações, denominadas de primárias, propostas para as entidades do primeiro grupo. As flechas que ligam uma entidade a outra marcam as relações: setas duplas ilustram, por exemplo, que uma determinada obra pode ter várias expressões; as flechas únicas indicam que a relação pode ser unívoca, por exemplo, uma expressão só pode ser de uma obra específica.

### Esquema 8 – Entidades e relações primárias do Grupo 1



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (1998, p. 14, tradução nossa).

Segundo a International Federation of Library Associations and Institutions (1998), o grupo 1 apresenta as entidades obra, expressão, manifestação e item, definidas no próprio modelo da seguinte forma:

- Obra: uma criação intelectual ou artística distinta;
- Expressão: a realização intelectual ou artística de uma obra;
- Manifestação: a materialização da expressão de uma obra e
- Item: um exemplar concreto de uma manifestação.

Os FRBR relacionam todas as entidades, ao permitir que cada uma delas seja, também, assunto de outras obras.

Lubetzky (1953) apontava que um dos objetivos do catálogo deveria ser o de permitir que os pontos semelhantes das diferentes entidades se relacionassem. O autor ressalta ainda que a complexidade de estabelecer tais relações fez com que os catalogadores optassem por desenvolver apenas o primeiro objetivo do catálogo, que para ele era o de, por meio do catálogo, encontrar uma determinada obra.

Com foco nas necessidades dos usuários, tanto o usuário final quanto o catalogador, os FRBR propõem o relacionamento dos dados das entidades de forma que estes dados auxiliem, eficientemente, a recuperação e o acesso aos suportes informacionais por parte dos usuários. Com esse objetivo, os FRBR definem quais são os elementos de dados que correspondem às necessidades dos usuários e propõe que esses dados sejam estratégicos para a recuperação. Santos e Corrêa (2009, p. 31-32), ao descreverem os FRBR, acentuam que “[...] o documento estabelece conceitos novos incluindo metadados [...], que, futuramente, darão origem ao novo Código Internacional de Catalogação, cujo objetivo principal será a satisfação do usuário.” Essa afirmação ratifica o objetivo de o catálogo ser composto por registros

que buscam servir de auxílio aos usuários, tanto o usuário final como o catalogador.

Segundo International Federation of Library Associations and Institutions (1998, p. 82, tradução nossa), os FRBR apontam quatro tarefas básicas a serem desenvolvidas pelos usuários na busca por informação:

- Encontrar entidades que correspondam aos critérios de busca formulados pelo usuário (isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades num arquivo ou base de dados como resultado de uma busca que empregue um atributo ou uma relação da entidade);
- Identificar uma entidade (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);
- Selecionar uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário (isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere a conteúdo, formato físico, etc., ou recusar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário);
- Adquirir ou obter acesso à entidade descrita (isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo, etc., ou ter acesso eletronicamente a uma entidade por meio de uma conexão em linha com um computador remoto).

Estas quatro tarefas formam o ponto de partida usado pelos FRBR com o objetivo de tornar as informações recuperáveis de forma simplificada e objetiva, uma vez que proporciona aos usuários satisfação em suas buscas. No entanto, Denton (2007, p. 42, tradução nossa) esclarece que, na verdade, as

[...] tarefas dos usuários são descendentes dos Objetos de Cutter. Por exemplo, 'encontrar um livro do qual o autor seja conhecido' torna-se 'encontrar todas as manifestações que englobam as obras que determinada pessoa física ou jurídica é responsável' e 'encontrar uma manifestação particular quando o(s) nome (s) de pessoa(s) e/ou corporação seja(m) conhecido(s)'.

Denton (2007) enfatiza que apesar da forte ligação das tarefas do usuário com os objetos de Cutter, os FRBR são mais extensos por não limitar o usuário, visto que prevê busca por qualquer um dos atributos de qualquer uma das entidades.

No âmbito da catalogação, os FRBR exercem importante papel. A partir de sua publicação, em 1998, outros documentos basilares da catalogação mundial passaram por alterações com o objetivo de adequarem-se aos conceitos e às terminologias instituídas pelos FRBR. A ISBD e os ICP são exemplos de documentos que fundamental o fazer da catalogação e que foram revisados e amoldados à partir da proposta dos FRBR. Para Maxwell (2008, p. 2, tradução nossa) os FRBR têm a função de "[...] ajudar a desvendar a explosão de informações que é característica do final do

século XX e início do século XXI.” Os FRBR trouxeram relevantes contribuições às práticas e teorias dos registros bibliográficos.

### 3.4.2 *Functional Requirements for Authority Data* – FRAD

Resultado do estudo das entidades do grupo 2 dos FRBR e publicado em 2009, os FRAD configuram-se como uma extensão dos FRBR com ênfase nos dados de autoridade e apresenta, além das entidades pessoa e entidade coletiva, a entidade família. Assim como os FRBR, os FRAD apresentam entidades, atributos, relações e tarefas de usuários voltados aos dados de autoridade, e repetem algumas das entidades presentes nos FRBR.

Os dados de autoridade são definidos nos FRAD como os que

[...] representam pontos de acesso controlados e outras informações que as instituições utilizam para reunir obras de uma determinada pessoa, família, entidade corporativa ou as várias edições de um título. Pontos de acesso controlados incluem as formas autorizadas e as formas variantes do nome escolhido pelos catalogadores para identificar uma entidade (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 8, tradução nossa).

As entidades e os atributos apresentados nos FRAD contribuem para o estabelecimento da padronização dos dados pelos quais se podem recuperar, em uma unidade de informação, registros bibliográficos ou de autoridade, sempre considerando as tarefas executadas pelos usuários para recuperar estas informações.

O principal objetivo dos FRAD é “[...] é fornecer um quadro para a análise de requisitos funcionais para o tipo de dados de autoridade necessários para suportar o controle de autoridade e para o compartilhamento internacional de dados de autoridade.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 1, tradução nossa). Com o foco para além dos dados registrados em bibliotecas, esses registros devem sempre destinar-se às necessidades dos usuários, considerando as tarefas propostas pelos FRAD.

Segundo International Federation of Library Associations and Institutions (2009), o Grupo Requisitos Funcionais e Numeração de Registros de Autoridade (FRANAR)<sup>12</sup>, tinha três tarefas a serem estudadas, sendo elas 1) definir os requisitos

---

<sup>12</sup> Grupo estabelecido pela Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA em 1999 para estudar as entidades do Grupo 2 dos FRBR (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009).

funcionais para dados de autoridade; 2) estudar a viabilidade de um número internacional padronizado para dados de autoridade e 3) servir de ligação da IFLA com grupos interessados em arquivos de autoridade. O relatório final do FRANAR deu origem aos FRAD, aprovado em março de 2008 pela Seção de Catalogação e pela Seção de Classificação e Indexação da IFLA, e publicado em 2009.

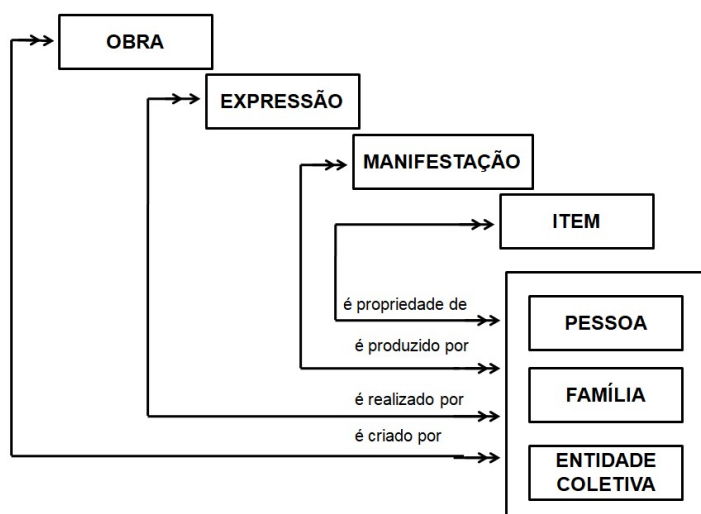
Quinze entidades são encontradas nos FRAD, das quais seis não constam nos FRBR, dentre elas a entidade família que aparece como uma das entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico de uma obra, juntando-se às entidades pessoa e entidade coletiva. A seguir, definições das entidades presentes apenas nos FRAD, conforme o International Federation of Library Associations and Institutions (2009):

- Família: duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, matrimônio, adoção, união civil (ou situação similar), ou quem se apresenta como uma família;
- Nome: palavra ou grupo de palavras pelo qual uma entidade é reconhecida;
- Identificador: número, código, palavra, frase, etiqueta etc., associado a uma entidade que serve para diferenciá-la de outras entidades;
- Ponto de acesso controlado: nome, termo, código etc., que possibilita a localização de um registro bibliográfico ou de autoridade;
- Regras: conjunto de instruções para a formulação e/ou registro de pontos de acesso controlado (formas autorizadas, formas variáveis ou referências, etc.);
- Agências: instituição responsável pela criação ou modificação de ponto de acesso controlado.

Assim como nos FRBR, os FRAD objetivam relacionar os atributos das entidades para facilitar a recuperação da informação pelos usuários, além de servir de referencial tanto para catalogadores quanto para o desenvolvimento de novos padrões e códigos de catalogação.

O Esquema 9 apresenta como se relacionam as entidades responsáveis pela criação artística ou intelectual com as entidades do grupo 1 apresentados nos FRBR.

### Esquema 9 – Entidades e relações de responsabilidade do Grupo 2 <sup>13</sup>



Fonte: Adaptação de International Federation of Library Associations and Institutions (1998, p. 15).

A análise do esquema pode ser feita do seguinte modo: uma obra é criação de uma (ou mais) pessoa, família ou entidade coletiva; uma expressão pode ser realizada por uma (ou mais) pessoa, família ou entidade coletiva; uma manifestação pode ser produzida por uma (ou mais) pessoa, família ou entidade coletiva; um item pode ser de propriedade de uma (ou mais) pessoa, família ou de entidade coletiva.

De acordo com International Federation of Library Associations and Institutions (2009, p. 46, tradução nossa) as tarefas dos usuários, nos FRAD, são assim divididas e conceituadas:

- Encontrar: encontrar uma entidade ou um conjunto de entidades correspondente a um critério (ou seja, encontrar uma única entidade ou um conjunto de entidades usando, como critérios de pesquisa, um dos seus atributos ou combinações de atributos ou relacionamentos da referida entidade);
- Identificar: identificar uma entidade (ou seja, confirmar que a entidade representada corresponde à entidade procurada, distinguir entre duas ou mais entidades que tenham características semelhantes) ou validar a forma do nome a ser usado como um ponto de acesso controlado;
- Contextualizar: localizar uma pessoa, entidade coletiva, obra, etc., em

<sup>13</sup> Como se trata de uma figura presente nos FRBR, a figura foi adaptada para incluir a entidade família, uma vez que tal entidade só aparece nos FRAD.



seu contexto; esclarecer o relacionamento entre duas ou mais pessoas, entidade coletiva, obras, etc. esclarecer a relação entre uma pessoa, entidade coletiva, etc., e um nome pelo qual essa pessoa, entidade coletiva, etc., é conhecida (por exemplo, um nome usado em religião e um nome secular);

- Justificar: documentar o motivo pelo qual o criador dos dados da autoridade escolheu o nome ou a forma do nome em que se baseia um ponto de acesso controlado.

As tarefas situar e justificar são apresentadas especificamente para os dados de autoridade e visam não apenas conhecer um determinado dado de autoridade, mas, também, justificar o motivo pelo qual determinado ponto de acesso foi escolhido.

### 3.4.3 *Functional Requirements for Subject Authority Data – FRSAD*

Como os FRAD, os FRSAD são uma extensão dos FRBR e correspondem às entidades descritas no grupo 3, e considera que todas as entidades dos grupos 1 e 2 podem ser assunto de uma obra. O grupo de trabalho para os FRSAD foi formado em 2005 e teve seu relatório preliminar publicado em 2009 que, após revisão mundial, teve seu relatório final publicado em 2010.

Os FRSAD ressaltam que o objetivo do controle de autoridade “[...] é garantir consistência na representação de um valor – um nome de uma pessoa, um nome de local ou um termo ou código que representa um assunto – nos elementos usados como pontos de acesso na recuperação de informações” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010, p. 8). Assim, uma obra pode ser encontrada não somente pelo assunto em si, mas, também pelos termos similares, uma vez que os termos variantes levam ao termo autorizado.

O principal objetivo dos FRSAD, definido de forma que o registro dos dados de autoridade atenda às necessidades do usuário, é

[...] produzir uma estrutura que forneça uma afirmação clara e uma compreensão comumente compartilhada sobre as informações que os dados/registros/arquivos visam fornecer e a expectativa do que esses dados devem alcançar em termos de resposta às necessidades dos usuários (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010, p. 9, tradução nossa).

Sobre a organização do conhecimento, os FRSAD deixa claro que “[...] não assume uma posição filosófica sobre a natureza da questão, em vez disso, analisa o problema do ponto de vista do usuário.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF

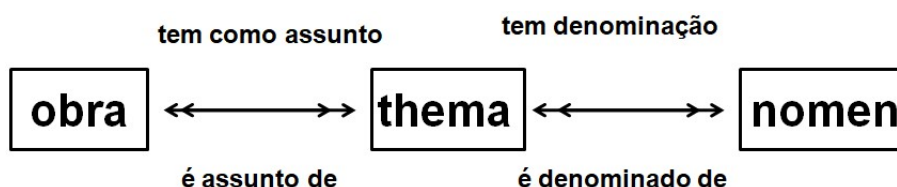
LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010, p. 11, tradução nossa). É com base nesta proposta que os FRSAD mantem foco nos usuários para que tenham supridas suas necessidades de acesso e uso da informação.

As entidades propostas nos FRSAD não estão previstas nos modelos conceituais anteriores. Os termos adotados para nomear as entidades *Thema* e *Nomen* foram escolhidos “[...] porque eles não têm um significado pré-existente em nosso contexto, são culturalmente neutros e não requer tradução.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010, p. 16, tradução nossa). O relatório dos FRSAD define estas entidades como:

- *Thema*: qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra;
- *Nomen*: qualquer sinal, ou sequência de sinais, pelo qual o *Thema* é conhecido.

O Esquema 10 representa a relação entre as entidades dos FRSAD, no qual fica evidente que uma obra pode ter vários assuntos, do mesmo modo que um assunto pode remeter a várias obras, assim como um *Nomen* pode relacionar-se a vários conceitos, e vice-versa.

#### Esquema 10 – Modelo conceitual FRSAD



Fonte: International Federation of Library Associationss and Institutions (2010, p. 15, tradução nossa).

De modo semelhante ao que ocorre com os FRBR e os FRAD, os FRSAD contaram, para finalidades de estudo, com a definição de tarefas que o usuário executa para descobrir um recurso informacional. A tarefa novidadeira em relação àquelas apresentadas nos FRBR e nos FRAD é “explorar”. Além dessa, as demais tarefas são definidas a seguir:

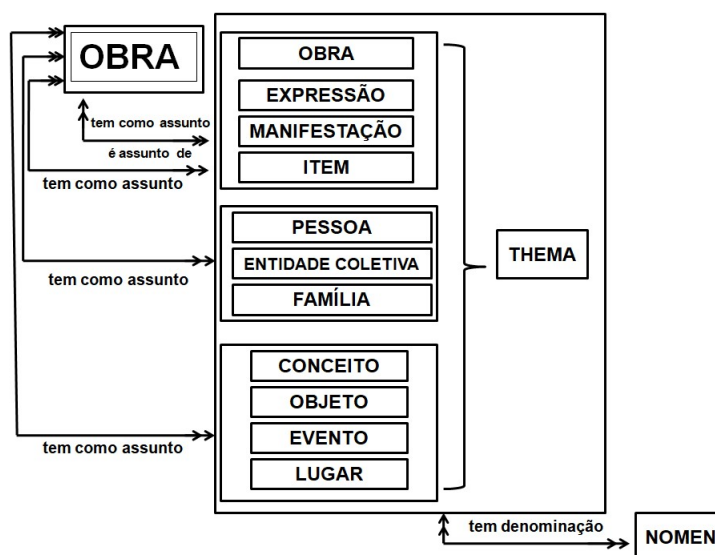
- Encontrar um ou mais assuntos e/ou suas denominações, que correspondem ao usuário critérios declarados, usando atributos e relacionamentos;
- Identificar um assunto e/ou seu denominação com base em seus atributos ou relacionamentos (ou seja, distinguir entre dois ou mais assuntos ou denominações com características e para confirmar que o assunto ou denominação apropriado foi encontrado);

- Selecionar um assunto e/ou seu nome apropriado às necessidades do usuário (ou seja, para escolher ou rejeitar com base nos requisitos e necessidades do usuário);
- Explorar relacionamentos entre assuntos e/ou suas denominações (por exemplo, para explorar relacionamentos, para entender a estrutura de um domínio de assunto e sua terminologia) (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010, p. 9, tradução nossa).

Com a tarefa “explorar” é possível ao usuário ampliar as relações no processo de recuperação de obras catalogadas sob determinado assunto; essa tarefa permite que sejam descobertas outras relações existentes com o assunto pesquisado.

O Esquema 11 mostra as relações de assunto entre as entidades e demonstra como qualquer entidade pode ser assunto de uma obra.

**Esquema 11** – Entidades e relacionamentos no Grupo 3



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2010, p. 15, tradução nossa).

Neste esquema é possível visualizar que as dez entidades previstas nos FRBR, e não somente aquelas que compõem o grupo 3 (conceito, objeto, evento e lugar), são definidas como assunto de obras, o que corresponde ao *Thema*, e responde a determinada nomeação (*Nomen*).

Como uma forma de apresentar um quadro geral das tarefas dos usuários, previstas nos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD, apresenta-se o Quadro 2:

**Quadro 2** – Tarefas dos usuários nos modelos conceituais da IFLA

FRBR	FRAD	FRSAD
encontrar	encontrar	encontrar
identificar	identificar	identificar
selecionar	contextualizar	selecionar
obter	justificar	explorar

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma vez apresentados os modelos conceituais que compõem a proposta da IFLA para as relações entre os registros bibliográficos, a seção seguinte é voltada para a apresentação e discussões do RDA, padrão proposto com base nos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD.

#### 4 O RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS – RDA E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CATALOGAÇÃO DESCRITIVA

Ao discorrer sobre princípios, Svenonius (2000, p. 67, tradução nossa) aponta que, quando usados na literatura de descrição bibliográfica, os princípios referem-se aos “[...] objetivos de um sistema bibliográfico, às regras gerais em um código bibliográfico e às diretrizes que orientam a construção de uma linguagem bibliográfica.”

[...] não é possível comprometer-se a *delinear* um código de regras sem princípios diretivos, assim como não se poderia empreender o traçado de um mapa sem recorrer a uma bússola que indique os pontos cardeais. Não se pode abordar e *aplicar inteligentemente* um código de regras, por mais bem construído que seja, sem que haja conhecimento de seus princípios subjacentes, apesar de ser possível se orientar num mapa e usá-lo, sem mesmo conhecer suas direções cardeais. (Lubetzky (1953, p. 61-62, tradução nossa, grifo nosso).

Com base nesse ponto de vista nota-se como imprescindível, tanto na fase de idealização quanto nas atividades práticas, que códigos, padrões, normas e/ou metodologias sejam constituídos de princípios a serem observados. Tais princípios, tampouco, tornam-se nas atividades práticas da catalogação. Para o projeto RDA, em seu *Statement of objectives and principles for RDA* (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009), ficaram estabelecidos cinco princípios que orientariam o desenvolvimento do RDA para o seu primeiro lançamento: [1] generalização, [2] especificidade, [3] não redundância, [4] terminologia e [5] estrutura de referência. Quanto à funcionalidade dos dados descritivos construídos a partir de orientações do RDA, a recomendação é de que devem atender aos seguintes princípios: [1] diferenciação, [2] relacionamentos, [3] uniformidade, [4] atribuição, [5] representação, [6] precisão, [7] uso comum e [8] suficiência, incluídos, inclusive, na introdução do RDA. Ressalta-se que os quatro últimos remetem à atualização da Declaração Internacional dos Princípios de Catalogação, publicada em 2016.

Weiss e Larkin (2006) consideraram quatro forças motrizes para a tomada de decisão quanto à criação de um novo padrão de catalogação: [1] a *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, realizada em Toronto, Canadá, entre os dias 23 e 25 de outubro de 1997; [2] a publicação dos *Functional Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR)<sup>14</sup>, em 1998; [3]

---

<sup>14</sup> Abordados na seção anterior.

a realização dos *IFLA Meeting of Experts on na International Cataloguing Code*, realizados anualmente no período de 2003 a 2007, em diferentes continentes; [4] o Plano estratégico para o AACR.

*A International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, como dito anteriormente, ocorreu de 23 a 25 de outubro de 1997, na *Faculty of Information Studies, University of Toronto*, em Toronto, no Canadá, e contou com participantes de Austrália, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Rússia, Suécia, África do Sul, Irã e Dinamarca. Segundo Tillett (1998, p. 31, tradução nossa), a Conferência de Toronto “[...] examinou os princípios e regras de catalogação à luz da descrição e do acesso dentro da estrutura dos catálogos de bibliotecas.”

As discussões buscaram apresentar, historicamente, o AACR e analisar seus princípios à luz das tecnologias que transformaram as formas de apresentação das informações em um catálogo. Também foram colocadas em pauta as influências da tecnologia na construção de catálogos e a permanência da validade dos princípios de catalogação para o ambiente online. Foi debatido, ainda, a efetividade dos pontos de acesso em um catálogo, que deixou de ser físico, e, em um contexto marcado pela transferência do catálogo em fichas para o computador, o que exigiu um olhar computacional, analisou-se como o MARC poderia ser usado para além de uma apresentação prática do AACR. As relações bibliográficas foram abordadas no encontro, e destacou-se a necessidade de tais relações estarem presentes nos princípios de códigos de catalogação. A função do registro bibliográfico, de apresentar atributos físicos e intelectuais ou artísticos de uma obra, foi analisada sob a ótica do conteúdo e do suporte, o que levou à sugestão de que a primazia da descrição não deva ser tão dependente do produto físico da obra. Quanto à série e às demais publicações consideradas não monográficas, discutiu-se a necessidade de o padrão de catalogação ter, de forma conceitual e explícita, diretrizes para a descrição de publicações contínuas. Visto a mudança significativa do ambiente de atuação do AACR com os avanços tecnológicos, propôs-se a revisão da estrutura lógica do código, de modo a permitir a construção e o uso de catálogos de modo mais eficiente. Ao ser defendida uma definição clara de “obra”, foi indicada a possibilidade de uma obra apresentar-se de formas variadas, ser produzida por diferentes tipos de autores, publicada em vários idiomas, dentre outros detalhes que devem ser considerados em código de catalogação (THE INTERNATIONAL CONFERENCE..., 1997).

O Quadro 3 apresenta a síntese de algumas discussões que ocorreram no

evento.

**Quadro 3** – Síntese das discussões da Conferência de Toronto

Ralph Manning	Pedi aos participantes que se concentrassem na aplicabilidade das regras para o futuro, tendo em mente as mudanças físicas nos catálogos e nas operações de catalogação e a preocupação com os ambientes físicos.
Tom Delsey	Recomendou uma análise mais sistemática e lógica dos princípios e estruturas que fundamentam o código usando uma técnica de modelagem (relacionamento entidade ou análise orientada a objeto). Suas tabelas de classes de material definidas por forma de suporte, por tipo de obra e por forma de expressão, esclareceram as questões e problemas inerentes às visões atuais de conteúdo <i>versus</i> suporte e questões de séries.
Rahmatollah Fattahi	Afirmou que os catálogos on-line agora fazem parte de um sistema on-line maior e que as funções do catálogo precisam se expandir além dos aspectos tradicionais locais e de localização para identificar entidades e esclarecer relações consideradas importantes no universo bibliográfico; deixam de servir somente aos usuários locais para atender aqueles de acesso remoto. Pediu que fossem questionadas a opcionalidade de títulos uniformes e que fosse abandonada a regra de três.
Candy Bogar	Indicou que todos os catálogos on-line dependem da consistência na apresentação dos dados, o que requer consistência nas regras de catalogação; que as regras específicas são rapidamente superadas; que os princípios ajudam a definir uma abordagem geral; e que as regras em vigor não eram expressas logicamente, de modo que nem todos sabiam como aplicá-las.
John Espley	Questionou se realmente era preciso usar a pontuação ISBD, especialmente quando as telas podem ser personalizadas. Argumentou que os títulos uniformes não são necessários para a grande maioria dos registros e que, quando necessários, devem ser fornecidos, exibidos e recuperados.
Ed Glazier	Observou, sobre os muitos tipos de relacionamentos bibliográficos, que os dados herdados não registram relacionamentos e, portanto, não podem ser facilmente automatizados sem uma grande despesa para adicioná-los retrospectivamente.
Maureen Killeen	Indicou que títulos uniformes eram úteis para ligar expressões e manifestações e distinguir entre eles.
Glenn Patton	Pedi regras compreensíveis e ensináveis que tenham lógica [...]. As regras devem ser extensíveis, pois as novas mídias aparecem frequentemente e algumas vêm e vão. As regras da AACR devem ser compatíveis, tanto quanto possível, com outras tradições e regras de catalogação, à medida que o movimento internacional é cada vez maior. Destaca a necessidade de remover o limite de três autores.
Laurel Jizba	Observou que é possível incluir EAD (Enhanced Archival Description) e Dublin Core nas regras de várias maneiras e

	sugeriu declarar o propósito dos diferentes modelos na introdução das regras para defini-los no contexto do mundo dos sistemas de informação.
Kent Haworth e Steve Hensen	Observou que a comunidade arquivística utilizou com sucesso a ISBD(G) e a AACR2 nos últimos sete anos, o que não comprometeu os princípios de arquivamento.
Sherry Vellucci	Indicou que os registros bibliográficos devem incluir o idioma, a data, os dados da manifestação original e que os registros de obra devem incluir o nome do autor, o nome da obra e a data – esses elementos “obra” cobrem todas as funções tradicionais de uma entrada principal.
Lynne Howarth	Propôs um modelo nomeado como sendo de quatro camadas (ou quatro níveis), que, na verdade, eram quatro componentes vinculados de informação, e não como modelo hierárquico.
Michael Gorman	Afirmou que o AACR2 pode ser a base para mudanças graduais e evolutivas e um meio de padronização para aumentar os benefícios econômicos da catalogação.

Fonte: Adaptado de Tillett (1998).

O *Joint Steering Committee for the Revision of AACR* (2004), em seu plano estratégico para o futuro do AACR2, evidenciou a intenção do comitê de apoio ao AACR2 que o código deveria manter as bases firmes de seus princípios, mas que evoluísse para regras firmes e que alcançasse todas as mídias, tanto as contemporâneas quanto as emergentes.

O *Joint Steering Committee for the Revision of AACR* (2004, p. 2, tradução nossa) estabeleceu, em 2002, que em cinco anos o futuro código de catalogação deveria obedecer aos seguintes requisitos:

- 1 As regras continuarão baseadas em princípios e incluirão atributos para todos os tipos de materiais.
- 2 Elas serão usadas em todo o mundo, mas serão derivadas de convenções, costumes e língua inglesa.
- 3 Elas serão fáceis de interpretar e usar.
- 4 Elas serão aplicáveis e operarão em um ambiente on-line baseado na Web.
- 5 Fornecerão um controle bibliográfico eficaz de todos os tipos de meios de comunicação e digital.
- 6 Elas serão compatíveis com outros padrões de descrição e recuperação de recursos.
- 7 Elas serão usados além da comunidade da biblioteca.

O *Joint Steering Committee for the Revision of AACR* (2004) definiu, ainda, que a terminologia e os conceitos dos FRBR deveriam ser aplicados na atualização do código; os conceitos de entrada, entrada principal e entrada secundária deveriam ser analisados quanto a sua utilidade nos catálogos em ambiente online; os conceitos de



Designação Geral de Material (DGM) deveriam ser estudados, assim como as questões relacionadas à autoria e regras dos três autores.

Ainda no plano estratégico para o futuro do AACR2, o JSC/AACR definiu que os membros do comitê participariam dos encontros de especialistas para o desenvolvimento de um código internacional de catalogação, com o primeiro encontro realizado em Frankfurt em 2003.

O *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code* (IME-ICC) ocorreu nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, em Frankfurt, Buenos Aires, Alexandria, Seúl e Durban, respectivamente. Realizado pela Seção de Catalogação da IFLA, o IME-ICC analisou os códigos de catalogação nacionais usados nos continentes, observou suas semelhanças e o quanto tinham aderência à Declaração dos Princípios Internacionais da Catalogação (ICP).

O objetivo dos IME-ICC foi enriquecer as possibilidades de “[...] compartilhar informações do catálogo internacionalmente, promovendo padrões para registros bibliográficos e registros de autoridade usados em catálogos de bibliotecas.” (TILLET, 2003, p. 19, tradução nossa). O resultado esperado seria um código internacional de catalogação.

Tillett (2003) afirma que, dentre as atividades desenvolvidas no IME-ICC, estava o debate para a atualização do ICP: em cada um dos encontros foram elaborados rascunhos para sua atualização. Tal atualização deveria incorporar as terminologias e os conceitos dos FRBR. O evento reconheceu a importância da *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) e a necessidade de reunir todas as ISBDs específicas em uma, a fim de adequar seus conceitos e terminologias aos FRBR. Foi apresentada por Barbara Tillett a proposta do *Virtual International Authority File* (VIAF), com o objetivo de criar um controle de autoria de autoridade no ambiente da web.

Com a proposta para um novo padrão, primeiramente denominado AACR3, Tom Desley foi designado para a elaboração das partes I – Descrição, II – Pontos de acesso e III – Controle de autoridade, que resultariam no novo código. No entanto, os comentários acerca do rascunho da Parte I indicaram que os objetivos estabelecidos no plano estratégico não tinham sido alcançados e indicaram, também, a necessidade de um padrão que fosse “[...] compatível com o passado, lide com o presente e se prepare para o futuro.” (WEISS; LARKIN, 2006, p. 290, tradução nossa).

Desde a publicação, por Ranganathan, das Cinco Leis da Biblioteconomia, o

usuário é colocado no centro de todas as atividades desenvolvidas nas unidades de informação. Contudo, as formas de conteúdos e suportes informacionais foram alterados, como fruto do avanço tecnológico. Assim, termos e objetos como o “livro” deixaram de ser predominantes ou, pelo menos, tiveram que dividir seu espaço com outras formas de documentos, suportes informacionais e conteúdos como links, hipertextos, informações armazenadas em nuvens etc.

Connaway e Faniel (2015, p. 2, tradução nossa) defendem que tanto as noções de “livro” quanto as noções de “leitor” “[...] se expandiram e estão se tornando cada vez mais complexas.” Os autores supracitados lembram ainda que “[...] essas diferenças estão no centro do que mudou as interpretações das cinco leis.” (CONNAWAY; FANIEL, 2015, p. 2, tradução nossa). O Quadro 4 apresenta as novas noções propostas por Connaway e Faniel (2015) para as cinco leis definidas por Ranganathan.

**Quadro 4** – Cinco leis de Ranganathan: novas concepções

Declarações originais de Ranganathan		Novas concepções no ambiente atual		
Primeira lei	Os livros são para usar	E-books são para leitura	Netflix é para assistir	Blackboard é para estudar
Segunda lei	A cada leitor o seu livro	A cada ouvinte seu iTunes	A cada artista seu Photoshop	A cada estudante seu EasyBib
Terceira lei	Para cada livro o seu leitor	Todo blog seu leitor	Todo mapa do Google tem seu viajante	Todo repositório digital tem seu pesquisador
Quarta lei	Poupe o tempo do leitor	Economize o tempo do ouvinte	Economize o tempo do viajante	Economize o tempo do pesquisador
Quinta lei	A biblioteca é um organismo em crescimento			

Fonte: Adaptado de Connaway e Faniel (2015, p. 2, tradução nossa).

Ante a gama de possibilidades de informações, além da importância do fator do tempo, surge a questão da conveniência e da utilidade, pois, apesar de preservar, catalogar (representar), apresentar e disseminar manterem-se importantes na prática biblioteconômica, há que se considerar que a forma como são realizados exigem que sejam satisfeitos os interesses dos usuários, tanto quanto à celeridade quanto à conveniência.

Coyle e Hillmann (2007) afirmam que, em ambientes informacionais digitais, a catalogação é uma das atividades em que o avanço tecnológico causou as maiores mudanças, inclusive com consequência nos catálogos. Isso se deu por conta de as regras outrora criadas com a finalidade de gerar registros catalográficos de materiais impressos para serem inseridos em e comporem catálogos em fichas já não atenderem à demanda atual. Está posta a necessidade de a catalogação acompanhar os avanços tecnológicos, de repensar as demandas dos usuários e a sua forma de interagir nos sistemas automatizados de busca e recuperação da informação, da dinâmica de organização, representação e acesso à informação: conceitos e regras que consolidam a elaboração de registros catalográficos, o uso e reuso dos metadados criados, e o desempenho dos catálogos precisam ser adequados à nova realidade.

Por conta da associação das tecnologias na elaboração de registros bibliográficos, no gerenciamento dos catálogos, no processamento das solicitações dos usuários pelos bancos de dados, na definição de templates de apresentação de resultados de busca e em sua (re)configuração por opções feitas pelos próprios usuários, as limitações das fichas catalográficas e as regras vigentes já não eram aplicáveis também aos novos suportes informacionais.

O AACR foi publicado em 1967, após uma revisão do Código da *American Library Association* (ALA), adaptando-o aos princípios discutidos em 1961, na Conferência Internacional sobre os Princípios da Catalogação (SOUZA, 1997). O AACR supriu as necessidades que lhe cabiam naquele período específico. Isso mostra que catalogação, seus instrumentos, e tecnologias correlacionam-se.

Com os avanços tecnológicos e, conseqüentemente, as novas formas de produção, armazenamento e uso da informação, surge a necessidade de revisão e adequação do AACR. Hitchens e Symons (2009), ao discorrerem sobre as razões que levaram à atualização do AACR para o AACR2, apontam que os mesmos motivos que, em tempos remotos, induziram o melhoramento do AACR para o AACR2, agora levaram a repensá-lo em vistas do RDA: o avanço tecnológico e o desenvolvimento dos materiais não-livros. Os autores lembram, porém, que na ocasião da atualização do AACR não houve preocupação com o potencial da tecnologia em ascensão. Destarte, Coyle e Hillmann (2007) enfatizam que a publicação do AACR2 ocorreu às vésperas da grande mudança tecnológica: o computador e a rede eletrônica, fato que evidencia que atualizações do AACR2 logo seriam requeridas. A história do vínculo

entre catalogação, catálogos e tecnologias se repete: a transição do AACR2 para o RDA é motivada pelos mesmos agentes das alterações anteriores: inovações tecnológicas e seus efeitos tanto na elaboração dos catálogos quanto no uso destes por parte dos usuários.

Elaborado como um código para catalogar materiais impressos, o AACR2 passou por várias atualizações com a finalidade de melhorar seu desempenho e oferecer regras para o registro de maior gama de suportes, por isso a publicação do AACR2r (revisão de 2002, com publicação da versão brasileira em 2004). Segundo Oliver (2011, p. 3) “[...] um grande obstáculo com que se defrontaram as AACR foi a descrição de novos tipos de recursos. [...] Esta limitação dificultou a extensão das regras das AACR2 para incluir a descrição de novos tipos de recursos, principalmente os eletrônicos.”

Em busca de adaptações para o AACR2r, assim como um acréscimo de regras com a finalidade de adaptá-las às mídias atuais, iniciou-se uma revisão que resultaria no AACR3, e que tinha como responsável o *Joint Steering Committee for Revision of AACR2* (WEISS; LARKIN, 2006). Mey e Silveira (2009, p. 90) ressaltam que tal revisão “[...] provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, no desenvolvimento de um sucessor do AACR2, o RDA.” Sob o encargo do, agora, *Joint Steering Committee for Development of RDA*, este padrão foi desenvolvido com a pretensão de atender às demandas oriundas do contexto tecnológico vivenciado nas últimas décadas.

Esse é o contexto em que se resolveu pela descontinuidade das revisões que originariam o AACR3, e para iniciar a construção do novo padrão de catalogação, agora denominado *Resource, Description and Access* (RDA). Para Kincy e Layne (2014, p. 5, tradução nossa) “[...] o RDA surgiu do processo de desenvolvimento e revisão como um padrão de catalogação no bojo da proposta teórica dos FRBR e FRAD, mas repletos de instruções que foram transportados de AACR2.” Ao considerar os pressupostos que justificariam a construção de um novo padrão de catalogação, em substituição ao AACR2, Delsey (2016, p. 25, tradução nossa) aponta:

[...] desenvolver o que efetivamente seria um novo padrão para descrição e acesso ao recurso, respondendo a um ambiente digital em desenvolvimento, em que tanto a produção como a disseminação de recursos de informação e as tecnologias usadas para criar, armazenar e acessar dados descrevendo aqueles recursos que estavam sendo transformados.

Com intenção inicial de atualizar as regras do AACR2, a necessidade de adequação do código aos constantes avanços tecnológicos, bem como o alinhamento

deste código com os conceitos e terminologias dos FRBR, fez com que o foco mudasse e partisse a construção de um novo código de catalogação, uma vez que as mudanças na revisão do AACR2 eram abrangentes.

Para Delsey (2016, p. 29, tradução nossa) “[...] o alinhamento com os modelos FRBR e FRAD também foi fundamental no cumprimento do compromisso assumido no plano estratégico [...] do RDA [...]”, assim as orientações estabelecidas pelo novo código deveriam apresentar-se conforme os conceitos presentes nos FRs.

Glennan (2012, p. 527, tradução nossa) enfatiza que

apesar das mudanças ao longo de seu desenvolvimento, o RDA continua profundamente enraizado nas tradições anglo-americanas de catalogação, ao mesmo tempo que alinha-se com os modelos conceituais internacionais mais recentes, como FRBR e FRAD.

Ressalta-se que os autores supracitados não citam os FRSAD, uma vez que o modelo para dados de autoridade de assunto esteve em estudo e desenvolvimento concomitantemente com a construção do RDA, e ambos foram publicados em 2010, como se detalhará ainda neste trabalho.

Para Riva (2016)

[...] os códigos de catalogação podem ser, e de fato são, baseados em um modelo que considera as entidades, relacionamentos e atributos revelados através de dados bibliográficos. O RDA é um exemplo importante de um novo tipo de código de catalogação, um que está alinhado de forma firme e explícita com um modelo conceitual escolhido.

Essas bases do RDA, em modelos conceituais da IFLA, fica evidente em cada uma de suas seções, que direcionam o registro de entidades, atributos e relações presentes em modelos conceituais.

Como dito anteriormente, o RDA foi construído a partir da revisão do AACR2 que, por vários fatores, o comitê de revisão optou por descontinuar o trabalho que originaria o AACR3, e seguir em direção à um novo padrão que, apesar de ter suas bases no anterior, seguia no sentido de ser um padrão adequado ao ambiente digital. Assim nasce o RDA, um padrão com pretensão internacional, elaborado com o objetivo de atender as necessidades emergentes dos usuários de um catálogo, mas marcadamente como um padrão de catalogação baseado em modelos conceituais, com diretrizes pautadas em atender a demanda que o AACR2 já não supria. Certo de que os avanços continuarão e, conseqüentemente, novas formas e suportes de registro de informações surgirão, o RDA traz a proposta de, como esclarece Oliver (2011, p. 2), proporcionar os “[...] princípios e as instruções para registro de dados de

recursos hoje conhecidos e os que venham a ser desenvolvidos.” Tillett (2013, p. 141, tradução nossa) ressalta que o RDA faz o movimento para uma visão de um padrão internacionalmente “[...] destinado ao ambiente digital que nos encontramos agora.” A presença dos FRBR e dos FRAD no RDA fica explícita na declaração de suas dez seções e conseqüentemente nos capítulos que compõem as seções.

Com essas justificativas, o RDA nasce com o objetivo de suprir as necessidades de descrição de novos recursos e emergentes, tipos de mídias e conteúdos, assim como os catálogos agora disponíveis em ambiente online. Além disso, a proposta do novo padrão é que as “[...] instruções para registro de dados serão apresentadas independentemente das diretrizes para apresentação de dados.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2005, tradução nossa). Para Danskin (2014, p. 36, tradução nossa), com o RDA, pela primeira vez “[...] as instruções de catalogação não foram limitadas pelos requisitos do gerenciamento de espaço.” Em um ensaio pré RDA, Dunsire (2007, tradução nossa) declara que o RDA “é o acrônimo de *Resource Description and Access*, um novo padrão para o conteúdo de metadados usados para apoiar a descoberta, identificação e emprego de recursos informacionais.”

O *RDA Steering Committee* (RSC, 2018, tradução nossa) define o RDA com um pacote de “[...] elementos de dados, diretrizes e instruções para criar metadados de recursos de bibliotecas e patrimônios culturais que são bem formados de acordo com modelos internacionais para aplicativos de dados vinculados focados no usuário.” Ao contrário do que se observa até a concepção do RDA é que, anteriormente, os códigos de catalogação eram caracterizados pelo seus conjuntos de regras, e no RDA são apresentandos como diretrizes e instruções.

Entretanto, vale retormar a Conferência de Toronto, quando Gorman e Oddy (1997) chamam a atenção para o cuidado que se deveria ter ao propor a substituição de um código amplamente aceito. Os autores supracitados citam alguns pontos que deveriam ser considerados antes de se propor um código em substituição ao AACR2:

- 1) O AACR2 foi o primeiro código a integrar todas as mídias na descrição e nos pontos de acesso; 2) é o primeiro exemplo de um código de catalogação que lida com nomes e títulos em um meio-termo base; 3) é o primeiro código de catalogação que delinea claramente a distinção entre descrição e acesso; 4) os pontos de acesso em AACR2 são baseados na abordagem de Lubetzky que cobriu códigos anteriores; 5) o AACR2 é conscientemente internacionalista; 6) embora o AACR2 tenha preservado a entrada principal, mostrou o caminho para o conceito de registros de autoridade de igual valor

associados às descrições e, portanto, prenuncia a eliminação final desta complicação desnecessária de pouca relevância para os catálogos informatizados de hoje; 7) o AACR2 é o primeiro código a incorporar o conceito de uma pessoa com duas ou mais identidades bibliográficas; 8) o AACR2 fornece uma estrutura infinitamente expansível (tanto na descrição quanto no acesso) para acomodar novas mídias e mídia ainda por ser e, portanto, eliminou a necessidade de “novos” AACRs para lidar com os problemas que a nova mídia pode representar (GORMAN; ODDY, 1997, tradução nossa).

Gorman e Oddy (1997) defenderam ainda que revisões regulares do AACR2 dariam conta das mudanças significativas necessárias à adequação do padrão ao ambiente em que agora opera, o ambiente online.

O risco da proposta de se fazer e adotar um código internacional de catalogação foi advertido por Cutter (1904, p. 11, tradução nossa), como observado anteriormente, que “[...] nenhum código de catalogação pode ser adotado em todos os pontos por todos.” É necessário ponderar as particularidades das diferentes comunidades de diversas partes do mundo que utilizam padrões para o registro bibliográfico. Hanson (1939, p. 134, tradução nossa) também chamou a atenção para o fato de que “[...] se um código internacional se tornasse uma realidade, muitos bibliotecários se recusariam a assiná-lo em sua totalidade.” Ao discutir a uniformização por meio de um código universal de catalogação, Chaplin (1956) diz que isso acarretaria no abandono de práticas tradicionais e locais que funcionam bem.

No entanto, em 1910, durante o *International Congress of Archivists and Librarians*, ocorrido em Bruxelas, o então secretário geral do *Institut International de Bibliographie*, Paul Otlet, saiu em defesa de um código internacional e aponta que é necessário estabelecer “[...] relações entre todos os códigos nacionais existentes; trazer países que não têm um Código para estabelecer um ou adotar um dos códigos existentes e, finalmente, estabelecer um Código Internacional.” (OTLET, 1912, p. 375, tradução nossa). Apesar disso, Chaplin (1956, p. 342, tradução nossa) lembra que “[...] a discussão internacional sugerida em Bruxelas parece ter feito pouco ou nenhum progresso [...] e o crescimento da uniformidade durante o próximo período tomou a forma de imitação em outros países dos códigos já existentes.”

Chaplin (1956) identifica três tentativas de elaboração de um código internacional de catalogação: [1] durante o *Congress of Archivists and Librarians*, realizado em Bruxelas, em 1910, com a proposição de Otlet de composição de uma comissão para a elaboração de um Código Universal de Catalogação; [2] no *First World Congress of Libraries and Bibliography*, Roma em 1929, com o destaque de

Tobolka sobre a necessidade de um código internacionalmente aceitável, apesar de reconhecer que a unificação pudesse ser impossível; [3] com a comparação, feita por Ranganathan, entre o Código anglo-americano, as Instruções Prussianas, as *Cutter's Rules for a Dictionary Catalogue*, Regras do Vaticano, além do próprio *Classified Catalogue Code* de Ranganathan.

Quanto à proposta do RDA à luz dos princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva vale mencionar que os ideais de Panizzi, em relação à integração das diversas expressões e manifestações, estão presentes na proposição do RDA, uma vez que um dos objetivos do padrão é permitir que os catálogos façam relações entre as diversas entidades descritas. De igual modo, observa-se que, dentre os dois objetivos do catálogo propostos por Lubetzky, as relações entre entidades propostas no RDA vão ao encontro do segundo objetivo, o de possibilitar ao usuário encontrar as diferentes edições e traduções de uma obra.

Importante ressaltar que, na Declaração dos Princípios Internacionais da Catalogação, publicada em 2009, uma das finalidades destes princípios era o de orientar o desenvolvimento de códigos de catalogação, cujo documento foi escrito em concomitância com o desenvolvimento do RDA.

Quanto aos modelos conceituais da IFLA, os FRSAD é o único que não tem presença na publicação inicial do RDA, talvez isso tenha sido motivado por conta de o modelo conceitual não estar finalizado à época, mas é notório que os termos e conceitos apresentados nos modelos da família FR influenciaram claramente o desenvolvimento do RDA.

O RDA não coloca a ISBD como uma das tradições catalográficas em que se baseou; em vez disso ela aparece como um dos padrões chave considerados no desenvolvimento do RDA, ao lado do MARC 21 *Format Bibliographic Data* e do MARC 21 *Format for Authority Data*.

Byrum Jr (2004) menciona que, no início da década de 1990, quando a IFLA instituiu o grupo de estudo para os FRBR, o grupo de revisão e manutenção das ISBDs também estavam em atividades, mas que tiveram seus trabalhos interrompidos para aguardar as recomendações dos FRBR. Ressalta-se que foi neste período que os trabalhos em prol da consolidação da ISBD foram desenvolvidos, o que futuramente daria origem a uma ISBD em conformidade com os FRBR. Essa edição consolidada da ISBD “[...] reflete o esforço para assegurar que a descrição de todos os materiais atinja o mesmo estado de conformidade com os FRBR.” (INTERNATIONAL



FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2013, p. xii, tradução nossa).

No RDA a ISBD aparece no Anexo D – *Record syntaxes for descriptive data* – e traz a apresentação de elementos da ISBD, da pontuação e dos elementos no RDA. Apesar disso, Bianchini e Guerrini (2016, p. 89, tradução nossa) ressaltam que “[...] o RDA não impõe uma forma para a apresentação de dados, a ordem dos elementos ou uma pontuação convencional. [...] o RDA informa o que descrever, mas não como apresentar os dados.”

Reflexos dos Cânones da catalogação, propostos por Ranganathan, podem ser vistos no RDA, dentre eles o Cânone da Determinabilidade, o da Individualização, o da Permanência, o da Consistência e o do Uso Corrente. O Cânone da Determinabilidade considera que a folha de rosto não deve ser a única fonte de informação para a catalogação, e que, no caso de insuficiência de informações nesta, outras partes do livro/item podem ser consultadas. O Cânone da Individualização pode ser percebido no princípio da diferenciação no RDA, quando determina que os dados descritivos diferenciam e individualizam um recurso dos demais. Os cânones da Permanência, da Consistência e do Uso Corrente também estão presentes no RDA e são, inclusive, indicados por Chandel e Prasad (2013, p. 316, tradução nossa) quando afirmam que tais Cânones “[...] ainda são princípios orientadores da catalogação, inclusive na criação de metadados.”

Para Bianchini e Guerrini (2016, p. 87, tradução nossa) a estrutura relacional, teorizada por Panizzi em 1876, é uma “[...] característica inovadora e muito importante - pode-se dizer que esta é a principal característica do novo padrão.”

De Jewett observa-se a declaração de que os dados devem ser registrados conforme apresentados no item e que o título deva ser transcrito exatamente como aparece, como orienta o RDA nas diretrizes gerais para transcrição, em 1.7.1. Um ponto divergente entre RDA e Jewett é Jewett era contra a liberdade dada ao catalogador, visto que, para ele, ou os catalogadores seguissem regras ou o serviço catalográfico seria um bagunça.

Cutter, ao estabelecer os objetivos dos catálogos, vinculou a necessidade de que todas as atividades práticas e teóricas da catalogação fossem direcionadas aos usuários. Esse é o grande ponto de encontro entre os teóricos e o RDA: o usuário.

Mesmo que em épocas diferentes, contextos tecnológicos diversos ou que algumas das regras e instruções diferenciem-se no padrão RDA, o que se observa no

arcabouço teórico de tais estudiosos é a preocupação com o usuário e o esforço para que o catálogo sirva não apenas de canal de comunicação entre os acervos e o público, mas que cumpra o papel de democratização do acesso e uso da informação.

## 5 O PÓS RDA

Em decorrência da publicação do RDA e das discussões advindas do alinhamento dos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD em prol do novo modelo conceitual, o IFLA LRM, apresenta-se, nessa seção, as perspectivas do RDA depois de sua publicação, em 2010.

### 5.1 IFLA *LIBRARY REFERENCE MODEL* – IFLA LRM

O IFLA Library Reference Model (IFLA LRM) é oriundo “[...] dos três modelos anteriores da família FR de modelos conceituais, FRBR, FRAD e FRSAD, mas é distinto dos mesmos.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 12, tradução nossa).

Da necessidade de consolidar a família FR (FRBR, FRAD e FRSAD) em um único modelo coerente, originou o IFLA LRM, um modelo conceitual para informação bibliográfica. O IFLA LRM foi concebido com o objetivo de ser um modelo de referência conceitual de alto nível, desenvolvido em uma estrutura de modelagem de entidade-relacionamento (ER). São onze as entidades descritas pelo IFLA LRM: *Res*, obra, expressão, manifestação, item, agente, pessoa, agente coletivo, *Nomen*, lugar e intervalo de tempo. *Res* é a entidade principal a que todas as demais estão subordinadas. Como tarefas do usuário foram definidas: encontrar, identificar, selecionar, obter e explorar.

Para a concepção do IFLA LRM foram consultados os modelos conceituais que o antecederam, FRBR, FRAD, FRSAD, FRBRoo<sup>15</sup> e o CIDOC-CRM<sup>16</sup>. A International Federation of Library Associations and Institutions (2017) ressalta que, para o IFLA LRM, as tarefas de usuários, as entidades, os atributos e as relações dos três modelos foram analisados comparativamente, o estudo foi dividido nos seguintes momentos:

[...] primeiro foram examinadas as tarefas do usuário, e proporcionou um foco e um alcance funcional para o resto das decisões da modelagem. O próximo elemento examinado foram as entidades, então os relacionamentos e os atributos alternadamente. A modelagem de entidades, atributos e relacionamentos foi realizada através de várias iterações, pois cada passagem revelou simplificações e refinamentos que, em seguida, precisavam ser aplicados de forma consistente em todo o modelo. Por fim, foram

---

<sup>15</sup> Functional Requirements for Bibliographic Records – Object Oriented.

<sup>16</sup> CIDOC Conceptual Reference Model.

redigidas todas as definições, notas de escopo e exemplos e a definição completa do modelo verificou consistência e integridade (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 11, tradução nossa).

No IFLA LRM não há diferença entre dados bibliográficos, de autoridade e de assunto todos são entendidos como informação bibliográfica. Assim como nos três modelos anteriores, entidades, atributos, relacionamentos e tarefas de usuários são, marcadamente, as bases em que o novo modelo se organizou.

O IFLA LRM, assim como os FRBR, não assume posição de código de catalogação, mas apresentam-se como um “[...] guia ou base para formular regras de catalogação e implementar sistemas bibliográficos.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 10, tradução nossa).

“As definições de certos elementos-chave na IFLA LRM destinam-se a ser compatíveis com a operacionalização do modelo por meio de uma variedade de códigos de catalogação” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 10, tradução nossa).

O IFLA LRM propõe-se a solucionar as questões de inconsistência entre os três modelos propostos anteriormente, além de apresentar novas entidades, atributos e formas de relacionamentos.

O Quadro 5 apresenta como as entidades e as tarefas de usuários aparecem nos 3 modelos iniciais e forma como se estabelecem no IFLA LRM.

**Quadro 5** – Principais diferenças entre os quatro modelos

<b>Modelo</b>	<b>FRBR</b>	<b>FRAD</b>	<b>FRSAD</b>	<b>LRM</b>
<b>Ano de publicação</b>	1998	2009	2010	2017
<b>Entidades</b>	Obra Expressão Manifestação Item Pessoa Entidade coletiva Conceito Objeto Evento Lugar	Pessoa <b>Família</b> Entidade coletiva Obra Expressão Manifestação Item Conceito Objeto Evento Lugar <b>Nome</b> <b>Identificador</b> <b>Pontos de acesso controlado</b>	<b>Thema</b> <b>Nomen</b>	<b>RES</b> Obra Expressão Manifestação Item <b>Agente</b> (pessoa e <b>agente coletivo</b> ) <i>Nomen</i> Lugar <b>Intervalo de tempo</b>

		<b>Regras Agência</b>		
<b>Tarefas de usuário</b>	Encontrar Identificar Selecionar Obter	Encontrar Identificar <b>Contextualizar</b> <b>Justificar</b>	Encontrar Identificar Selecionar <b>Explorar</b>	Encontrar Identificar Selecionar Obter Explorar

Fonte: Adaptação de International Federation of Library Associations and Institutions (1998, 2009, 2010, 2017).

Ao ter o foco nos usuários o IFLA LRM considera que os dados sejam usados por todos os tipos de usuários, desde o leitor até profissionais de bibliotecas. Encontrar, identificar, selecionar, obter e explorar é um conjunto de tarefas de usuários que refletem os modelos conceituais anteriores que consideraram tais tarefas dos usuários como objetivo a ser alcançado pelos dados elaborados conforme requisitos funcionais do universo bibliográfico.

Apresentados os aspectos gerais do IFLA LRM a subseção seguinte tratará das entidades do referido modelo.

### 5.1.1 Entidades no IFLA LRM

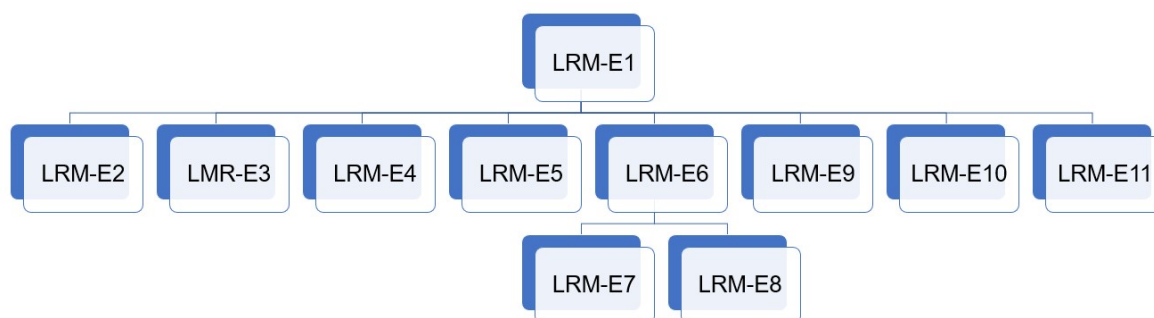
*Res*, é a entidade de mais alto nível na hierarquia do modelo IFLA LRM; é usada para coisas e conceitos, e definida como a entidade principal do IFLA LRM; todas as demais entidades são subordinadas à entidade *Res*.

Dos FRBR foram herdadas as entidades obra, expressão, manifestação e item; dos FRAD a entidade pessoa, agora subordinada a entidade agente, que se divide em pessoa e agente coletivo; dos FRSAD, a entidade *nomen*. Além de agente e agente coletivo, a entidade intervalo de tempo é nova no IFLA LRM.

A definição formal deste modelo conceitual abrange os elementos empregados em modelos do tipo entidade-relacionamento: entidade, atributo e relacionamento. Tais elementos são identificados por “LRM-” adiciona-se a letra inicial do elemento a que corresponde, logo E – entidades, A – atributos e R – relacionamento (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

No IFLA LRM é adotado o modelo de classes e subclasses, nos quais os relacionamentos se dão como *IsA* (é um). O modelo define, então, hierarquias para as entidades, como demonstrado no Esquema 12.

### Esquema 12 – Hierarquia das entidades do IFLA LRM



Fonte: Adaptação de International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 19, tradução nossa).

As entidades que compõem o IFLA LRM são definidas, em International Federation of Library Associations and Institutions (2017), como segue:

- LRM-E1 - *Res*: “coisa” em latim; principal entidade do modelo; inclui coisas e conceitos materiais ou físicos;
- LRM-E2 - *Obra*: objeto conceitual; nenhum objeto material único pode ser identificado como obra; uma obra pode ser reconhecida retrospectivamente a partir de um exame das realizações ou expressões individuais da obra; a obra consiste na criação intelectual ou artística que está por trás de todas as várias expressões da obra;
- LRM-E3 - *Expressão*: combinação distinta de sinais de qualquer forma ou natureza (inclui sinais visuais, auditivos ou gestuais) destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico identificáveis como tais; uma expressão surge simultaneamente com a criação de sua primeira manifestação, nenhuma expressão pode existir sem que haja pelo menos uma manifestação;
- LRM-E4 - *Manifestação*: resulta da captura de uma ou mais expressões sobre um recurso ou conjunto de recursos informacionais; a manifestação representa as características comuns compartilhadas por seus suportes, tanto no conteúdo intelectual quanto artístico e na forma física;
- LRM-E5 - *Item*: em termos de conteúdo intelectual ou artístico e forma física, um item exemplifica uma manifestação e normalmente reflete todas as características que definem a própria manifestação;

- LRM-E6 - Agente: ser um agente requer ter ou ter tido o potencial de relacionamentos intencionais com instâncias de entidades de interesse bibliográfico (obras, expressões, manifestações, itens), seja esse agente específico que tenha feito ou não. Os seres humanos são direta ou indiretamente a força motriz por trás de todas as ações tomadas por todos os agentes;
- LRM-E7 - Pessoa: é subordinado à entidade Agente; entidade restrita a pessoas que vivem ou viveram;
- LRM-E8 - Agente coletivo: entidade também subordinada à entidade Agente; e designa uma ampla gama de grupos de pessoas com nomes que possuem um nome específico e têm o potencial de atuar em conjunto como uma unidade; além de famílias, entidades comerciais ou corporativas e outros organismos legalmente registrados, o agente coletivo da entidade inclui organizações e associações, grupos musicais, artísticos ou de atuação, governos e qualquer uma das suas subunidades; a associação de muitos tipos de agentes coletivos continuará a evoluir ao longo do tempo;
- LRM-E9 - *Nomen*: associada a qualquer denominação; usado para se referir a uma instância de qualquer entidade encontrada no universo bibliográfico com essa entidade; qualquer entidade referida no universo do discurso é nomeada por, pelo menos, um nome;
- LRM-E10 - Lugar: relevante em um contexto bibliográfico; é uma construção cultural; é a identificação humana de uma área geográfica ou extensão do espaço;
- LRM-E11 - Intervalo de tempo: período de tempo que pode ser identificado quando se especifica seu início e fim. A duração resultante pode ser associada a ações ou ocorrências ocorridas durante esse período de tempo; mesmo um período de tempo muito preciso tem uma duração mensurável, por mais breve que seja.

O IFLA LRM considera as entidades como os principais objetos de interesse dos usuários, estas entidades são descritas bibliograficamente junto com os dados de autoridade.

Dentre os elementos que compõem o modelo conceitual do tipo entidade-

relacionamento, além das entidades, também fazem parte os atributos, a serem apresentados na subseção seguinte.

### 5.1.2 Atributos no IFLA LRM

As instâncias de cada entidade são caracterizadas por atributos. Apesar disso, o IFLA LRM não tem atributos de preenchimento obrigatório, mas podem ser registrados, desde que facilmente identificados. Para o registro dos dados podem ser adotados listas ou vocabulários controlados, ou transcritos em linguagem natural, se preferidos pela unidade catalogadora (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017). O Quadro 5 mostra os atributos e suas hierarquias, conforme estabelecido pelo IFLA LRM.

**Quadro 5** – Hierarquia de atributos IFLA LRM

Entidade de nível superior	Níveis Inferiores da Entidade	Atributo de nível superior	Atributo Nível Inferior
LRM-E1 - Res		LRM-E1 –A1 Categoria	
	LRM-E2 – Obra		LRM-E2-A1 Categoria
	LRM-E3 – Expressão		LRM-E3-A1 Categoria
	LRM-E4 – Manifestação		LRM-E4-A1 Categoria de suporte
	LRM-E9 – <i>Nomen</i>		LRM-E9-A1 Categoria
	LRM-E10 – Lugar		LRM-E10-A1 Categoria
LRM-E1 - Res		LRM-E1 –A2 Nota	
	LRM-E2 – Obra	LRM-E2 – A2 Atributo de expressão representativa	
	LRM-E3 – Expressão	LRM-E3-A2 Extensão	
	LRM-E3 – Expressão	LRM-E3-A3 Público-alvo pretendido	
	LRM-E3 – Expressão	LRM-E3-A4 Direitos de uso	
	LRM-E3 – Expressão	LRM-E3-A5 Escala Cartográfica	
	LRM-E3 – Expressão	LRM-E3-A6 Linguagem	
	LRM-E3 – Expressão	LRM-E3-A7 Chave	
	LRM-E3 – Expressão	LRM-E3-A8 Meios de desempenho	
	LRM-E4 – Manifestação	LRM-E4-A2 Extensão	
	LRM-E4 –	LRM-E4-A3 Público alvo	



	Manifestação	pretendido	
	LRM-E4 – Manifestação	LRM-E4-A4 Declaração de Manifestação	
	LRM-E4 – Manifestação	LRM-E4-A5 Condições de acesso	
	LRM-E4 – Manifestação	LRM-E4-A6 Direitos de uso	
	LRM-E5 – Item	LRM-E5-A1 Localização	
	LRM-E5 – Item	LRM-E5-A2 Direitos de uso	
	LRM-E6 – Agente	LRM-E6-A1 Informação de contato	
	LRM-E6 – Agente	LRM-E6-A2 Campo de atividade	
	LRM-E6 – Agente	LRM-E6-A3 Linguagem	
	LRM-E7 Pessoa	LRM-E7-A1 Profissão/Ocupação	
	LRM-E9 – Nomen	LRM-E9-A2 Nomen	
	LRM-E9 – Nomen	LRM-E9-A3 Esquema	
	LRM-E9 – Nomen	LRM-E9-A4 Público-alvo pretendido	
	LRM-E9 – Nomen	LRM-E9-A5 Contexto de uso	
	LRM-E9 – Nomen	LRM-E9-A6 Fonte de referência	
	LRM-E9 – Nomen	LRM-E9-A7 Linguagem	
	LRM-E9 – Nomen	LRM-E9-A8 Escrita	
	LRM-E9 – Nomen	LRM-E9-A9 Conversão de Escrita	
	LRM-E10 – Lugar	LRM-E10-A2 Localização	
	LRM-E11 – Intervalo de Tempo	LRM-E11-A1 Início	
	LRM-E11 – Intervalo de Tempo	LRM-E11-A2 Final	

Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions(2017, p. 38, tradução nossa).

De modo sumarizado, os atributos das entidades previstas no IFLA LRM são:

- LRM-E1 - Res: categoria e Categoria de suporte
- LRM-E2 - Obra: atributo de expressão representativa
- LRM-E3 - Expressão: extensão, público-alvo pretendido, direitos de uso, escala cartográfica, chave e meios de desempenho
- LRM-E4 - Manifestação: extensão, público alvo pretendido, declaração de manifestação, condições de acesso e direitos de uso
- LRM-E5 - Item: localização e direitos de uso
- LRM-E6 - Agente: informação de contato, campo de atividade e linguagem
- LRM-E7 - Pessoa: profissão/Ocupação

- LRM-E9 - *Nomen*: *Nomen*, esquema, público-alvo pretendido, contexto de uso, fonte de referência, linguagem, escrita e conversão de escrita
- LRM-E10 - Lugar: localização
- LRM-E11 - Intervalo de tempo: início e final

No IFLA LRM os atributos devem ser registrados conforme vocabulários controlados e em idioma e escrita da agência que faz o registro dos dados.

Como componente essencial para o estabelecimento do modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento, a subseção a seguir apresenta as relações previstas no IFLA LRM.

### 5.1.3 Relacionamentos no IFLA LRM

Com a finalidade de contextualizar e vincular as entidades, os relacionamentos, assim como nos modelos anteriores da IFLA, exercem fundamental importância no IFLA LRM. Do mesmo modo que ocorre nas entidades, os relacionamentos obedecem a hierarquias, onde *Res* é associada a *Res* e a todas as outras entidades do segundo nível, denominado no modelo de “refinamento específico” e cumprem a função de fazer com que os relacionamentos sejam mais restritos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

**Quadro 6** – Hierarquia de relacionamento IFLA LRM

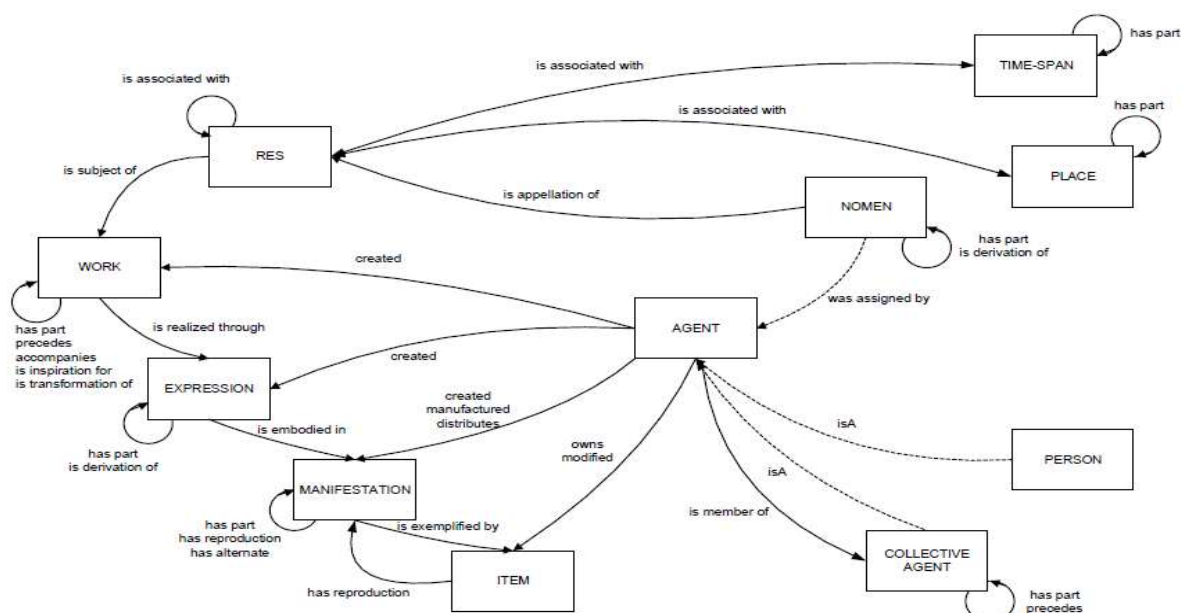
Nível superior		Segundo nível
LRM-R1	<i>RES</i> é associada com <i>RES</i>	
--	LRM-R2	A OBRA é realizada através da EXPRESSÃO
--	LRM-R3	A EXPRESSÃO é incorporada na MANIFESTAÇÃO
--	LRM-R4	MANIFESTAÇÃO é exemplificada pelo ITEM
--	LRM-R5	OBRA foi criada pelo AGENTE
--	LRM-R6	A EXPRESSÃO foi criada pelo AGENTE
--	LRM-R7	A MANIFESTAÇÃO foi criada pelo AGENTE
--	LRM-R8	MANIFESTAÇÃO foi fabricada por AGENTE
--	LRM-R9	A MANIFESTAÇÃO é distribuída pelo AGENTE
--	LRM-R10	ITEM é de propriedade do AGENTE
--	LRM-R11	ITEM foi modificado pelo AGENTE
--	LRM-R12	A OBRA tem como assunto RES
--	LRM-R13	A RES tem nomeação NOMEN
--	LRM-R14	AGENTE designado NOMEN
--	LRM-R15	NOMEN é equivalente a NOMEN
--	LRM-R16	NOMEN tem parte NOMEN
--	LRM-R17	NOMEN é derivação de NOMEN
--	LRM-R18	OBRA tem parte da OBRA
--	LRM-R19	A OBRA precede A OBRA
--	LRM-R20	OBRA acompanha/complementa OBRA

--	LRM-R21	OBRA é inspiração para OBRA
--	LRM-R22	A OBRA é uma transformação da OBRA
--	LRM-R23	A EXPRESSÃO tem parte EXPRESSÃO
--	LRM-R24	EXPRESSÃO é derivação da EXPRESSÃO
--	LRM-R25	A EXPRESSÃO foi agregada pela EXPRESSÃO
--	LRM-R26	MANIFESTAÇÃO tem parte MANIFESTAÇÃO
--	LRM-R27	A MANIFESTAÇÃO tem reprodução MANIFESTAÇÃO
--	LRM-R28	ITEM tem reprodução MANIFESTAÇÃO
--	LRM-R29	MANIFESTAÇÃO tem alternativa MANIFESTAÇÃO
--	LRM-R30	AGENTE é membro do AGENTE COLETIVO
--	LRM-R31	O AGENTE COLETIVO tem parte AGENTE COLETIVO
--	LRM-R32	O AGENTE COLETIVO precede o AGENTE COLETIVO
--	LRM-R33	RES tem associação com LUGAR
--	LRM-R34	O LUGAR tem parte LUGAR
--	LRM-R35	RES tem associação com INTERVALO DE TEMPO
--	LRM-R36	INTERVALO DE TEMPO tem parte INTERVALO DE TEMPO

Fonte: INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (2017, p. 63, tradução nossa).

De modo a ilustrar um panorama das relações previstas entre as entidades do LRM, apresenta-se o Esquema 13.

**Esquema 13 – Relações entre as entidades do IFLA LRM**



Fonte: INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (2017, p. 86).

Fica claro, nas definições do LRM que, assim como os FRBR, ele não assume posição de um código de catalogação, mas apresenta-se como um “[...] guia ou base

para formular regras de catalogação e implementar sistemas bibliográficos. [...] As definições de certos elementos-chave no IFLA LRM destinam-se a ser compatíveis com a operacionalização do modelo por uma variedade de códigos de catalogação.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 10, tradução nossa).

## 5.2 IFLA LRM NO *PROJECT RDA 3R*

A primeira versão do RDA foi lançada em 2010, como uma ferramenta online, o *RDA Toolkit*, com atualizações anuais no período de 2012 a 2017. Ainda em 2016 começou a ser discutida a necessidade de reestruturação do repositório de dados e o redesenho do RDA.

A ALA e o Comitê Diretivo do RDA decidiram, então, que o *Project RDA 3R*, assim nomeado por conta da Reestruturação e Redesenho do RDA (os 3R), iniciaria em abril de 2017, com previsão de conclusão em abril de 2018, com a implantação do site reformulado. Em agosto de 2017 foi comunicado pelo RSC que não seria mais possível a conclusão do projeto na data prevista, e foi proposta a conclusão para junho de 2018, com lançamento entre agosto e setembro do mesmo ano.

Além das propostas de reestruturação e de redesenho do RDA também estava prevista a adequação do código ao modelo conceitual IFLA LRM.

Para Oliver e Cross (2018) o foco do *Project RDA 3R* é tornar o uso do RDA mais fácil em contextos diferentes, o uso internacional, o uso com novas tecnologias e o arranjo para um ambiente de dados vinculados. As autoras supracitadas definem o projeto como 3R: RDA, Restruturação e Redesenho e destacam que a reestruturação segue a intenção de alinhar o RDA às atualizações de modelos internacionais.

O *Project RDA 3R* trará ao RDA novos capítulos que evidenciam as novas entidades originárias do IFLA LRM a serem acrescentadas ao padrão: agente, agente coletivo, *nomen*, lugar, intervalo de tempo.

Para Frederick (2017, p. 9, tradução nossa), a ideia do *Project RDA 3R* é

[...] congelar o desenvolvimento e as atualizações no Toolkit entre abril de 2017 e abril de 2018. Isso dará tempo ao editor do Toolkit para reconstruir completamente o serviço, enquanto o RSC (o organismo internacional que rege o RDA) pode essencialmente reescrever o RDA. Entretanto, espera-se que as bibliotecas aprendam o LRM para que elas estejam prontas para aprender o novo RDA quando se

espera que seja lançado junto com o novo RDA Toolkit em 2018.

Com o novo modelo conceitual, muda, também, a abordagem de como o RDA trata lugares e datas. Uma das justificativas para a mudança de *date* para *time-span* é atender a questões relacionadas a séries e outras obras contínuas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a publicação das 91 Regras de Panizzi, em 1841, considerado o marco inicial da catalogação moderna, o que se seguiu foi o desenvolvimento e o aprofundamento da prática e da teoria da catalogação regida por regras e de forma esquematizada de descrição. É quando se resgata o trabalho de Otlet e La Fontaine, em 1895, com a criação do Instituto Internacional de Bibliografia, momento em que se deu, de forma grandiosa, a ampliação de produções científica e, juntamente, a necessidade de organizar de maneira padrão esse conjunto colossal de informações que precisavam ser organizadas para, posteriormente, serem recuperadas e usadas.

Ao perpassar pelas obras de Panizzi, Jewett, Cutter, Ranganathan e Lubetzky, fica evidente que a catalogação tem a finalidade suprema de proporcionar aos usuários das diversas unidades informacionais o acesso e uso da informação. A catalogação, que nasceu no ambiente da biblioteconomia, confere a esta o seu papel humanístico, suas teorias e práticas.

Nesse percurso histórico, passa-se pelo início da catalogação moderna, e o que se pode ver a partir de então é uma catalogação descritiva e sistemática, caracterizada por regras. Assiste-se, também, às importantes contribuições de Ranganathan e de Lubetzky para as discussões da conferência que culminou nos Princípios Internacionais da Catalogação.

Trazer à luz os fundamentos e os princípios da catalogação em relação ao RDA, mostra importantes caminhos a serem percorridos tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito profissional, na direção de compreender conceitos que foram idealizados muito antes do estabelecimento dos FRBR e do RDA.

O momento pelo qual passa a catalogação na atualidade, com os modelos conceituais e com o RDA, chega como reflexo não apenas do contexto tecnológico que ocasionou os acontecimentos presentes, mas como despertar da consciência de que esta é apenas umas das etapas que futuramente enriquecerá a história da catalogação.

O mapeamento sistemático de literatura que reuniu um montante de 651 estudos sobre RDA, indexados em cinco bases de dados pesquisadas, mostra a movimentação de interesses sobre o tema e que refletem em publicações científicas. Quando se observam as publicações em inglês, espanhol, alemão, francês, esloveno e mandarim, atesta-se a discussão internacional do padrão: publicações que

compartilham as experiências de implementação, testes e treinamentos do RDA, e que conferem teoria à prática catalográfica.

Embora o objetivo maior deste trabalho não seja o de observar se o RDA de fato cumpre o propósito a que se propõe, observou-se a intenção de tornar vinculados os dados que compõem os catálogos, o que torna a pesquisa em catálogos online mais dinâmica e célere. Um exemplo desse tipo de apresentação de dados bibliográficos pode ser observado no catálogo da Biblioteca Nacional da Espanha (disponível em <http://datos.bne.es>), visto que traz uma ideia de como deveria ser um catálogo que teve seus dados registrados conforme as orientações do RDA. As relações bibliográficas constituem uma das principais propostas advindas da computação, inserida no contexto catalográfico por meio dos FRBR e incorporadas ao RDA.

Certamente o RDA não é o desfecho final de séculos de história da catalogação; também, talvez, não seja o seu ápice, o momento mais glorioso da catalogação; mas representa um momento importante, discutido nos cinco continentes, entre 2003 e 2007.

O resultado final desta pesquisa pode ser marcado pelos meios com que a catalogação tem lidado com suas práticas e teorias, ao buscar o melhoramento do resultado de suas atividades para alcançar um objetivo maior, que é o de tornar cada vez mais o catálogo em um instrumento de compartilhamento e de democratização da informação e do conhecimento.

Em resposta à questão de pesquisa levantada, observou-se que existem relações entre os princípios e os fundamentos da catalogação descritiva com a proposta do RDA, exemplo disso são as relações bibliográficas defendidas por Panizzi e Lubetzky e que o RDA propõe-se a alcançar.

O objetivo geral buscou discutir a proposta do RDA à luz dos princípios e fundamentos da catalogação descritiva. Para alcançá-lo, recorreu-se ao mapeamento de discussões científicas sobre o RDA; ao estudo das obras de Panizzi, Jewett, Cutter, Ranganatham e Lubetzky, enquanto teóricos fundadores da catalogação, seus princípios e fundamentos; à identificação, elaborada a partir de dados da pesquisa bibliográfica, do percurso histórico dos códigos e tratados de catalogação; à apresentação dos modelos conceituais basilares da catalogação contemporânea, com os FRBR, FRAD, FRSAD e LRM, que buscam atender aos requisitos funcionais de dados do universo bibliográfico e de autoridade; ao estudo de documentos dos

comitês que desenvolveram o RDA, bem como bibliografias publicadas sobre o padrão; analisou-se o RDA, seus princípios e objetivos; e apresentou-se o movimento teórico-prático a partir da publicação do RDA, com as mudanças oriundas do IFLA LRM.



## REFERÊNCIAS

- BIANCHINI, Carlo; GUERRINI, Mauro. A Turning Point for Catalogs: Ranganathan's Possible Point of View. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 53, n. 3/4, p. 341-351, dez. 2014.
- BIANCHINI, Carlo; GUERRINI, Mauro. RDA: a content standard to ensure the quality of data. **JLIS.it**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 83-99, 2016. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/11709>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- BILLEY, Amber. Just Because We Can, Doesn't Mean We Should: An Argument for Simplicity and Data Privacy With Name Authority Work in the Linked Data Environment. **Journal of Library Metadata**, [s. l.], 2019.
- BISWAS, Subhankar. Reflections of Ranganathan's Normative Principles of Cataloging in RDA. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 53, n. 8, p. 948-963, out. 2015.
- BLAKE, Virgil L. P. Forging the Anglo-American Cataloging Alliance: Descriptive Cataloging, 1830-1908. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 35, n. 1/2, p. 3-22, 2002.
- BYRUM, JR; John D. El programa ISBD de IFLA: Objetivo, proceso y perspectivas. In: IFLA MEETING OF EXPERTS ON AN INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 1., 2003, Frankfurt. **Anais...** La Haya: IFLA, 2004.
- CHANDEL, A. S.; PRASAD, Rai Vijay. Journey of catalogue from Panizzi's principles to resource description and Access. **DESIDOC Journal of Library and Information Technology**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 314-322, 2013. Disponível em: <https://bsf.org.br/wp-content/uploads/2017/05/CHANDEL-AND-PRASAD-JOURNEY-OF-CATALOG-FROM-PANIZZIS-PRINCIPLES.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.
- CHAPLIN, A. H. A Universal Cataloging Code. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 337-347, out. 1956.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 1999.
- CONNAWAY, Lynn Silipigni; FANIEL, Ixchel M. Reordering Ranganathan: Shifting User Behaviours, Shifting Priorities. In.: CONNAWAY, Lynn Silipigni (Comp.). **The Library in the Life of the User: Engaging with People Where They Live and Learn**. Dublin, Ohio: OCLC Research, 2015.
- CONNERS, David. A Ghost in the Catalog: The Gradual Obsolescence of the Main Entry. **The Serials Librarian**, [s. l.], v. 55, n. 1/2, p. 58-97, out. 2008.
- COYLE, Karen; HILLMANN, Diane. Resource Description and Access (RDA): Cataloging Rules for the 20th Century. **D-Lib Magazine**, [s. l.], v. 13, n. 1/2, jan./fev.

2007. Disponível em:

<http://www.dlib.org/dlib/january07/coyle/01coyle.html?ref=SaglikAlani.Com>. Acesso em: 24 set. 2017.

CRESWELL, John W. Revisiting Mixed Methods and Advancing Scientific Practices. In: HESSE-BIBER, Sharlene; JOHNSON, R. Burke (Ed.). **The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry**. New York: Oxford University Press, 2015. p. 57-71.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalog**. Washington: Government Printing Office, 1904.

DANSKIN, Alan. RDA and the “cascading vortex of horror”: proposals for the simplification of RDA 2.7-2.10. **Catalogue & Index**, [s. l.], n. 177, p. 35-43, dez. 2014. Disponível em: <https://archive.cilip.org.uk/sites/default/files/documents/Catalogue%20and%20Index%20issue%20177%2C%20December%202014.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

DELSEY, Tom. The Making of RDA. **JLIS.it**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 25-47, maio 2016. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/11706>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DENTON, William. FRBR and history of cataloging. In: TAYLOR, Arlene (Org.). **Understanding FRBR: what is and how it Will affect our retrieval tools**. Westport, CT: Greenwood Publishing Group, 2007. Disponível em: [bitstream/handle/10315/1250/denton-frbr-and-the-history-of-cataloging.pdf](http://bitstream/handle/10315/1250/denton-frbr-and-the-history-of-cataloging.pdf). Acesso em: 2 jun. 2012.

DUNSIRE, Gordon. RDA and library systems. **BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació**, [s. n.], n. 19, dez. 2007. Disponível em: <http://bid.ub.edu/19dunsir.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ESTEREOTIPIA. In: AULETE digital. [2019?]. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/estereotipia>. Acesso em: 1 mar. 2019.

ESTIVILL RIUS, Assumpció. Momentos estelares de la catalogación en El cincuentenario de los Principios de París. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, [s. n.], n. 28, jun. 2012. Disponível em: <http://bid.ub.edu/28/estivill2.htm>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FIUZA, Marysia Malheiros. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 16, p. 43-53, mar. 1987.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSTER, William E. Charles Ammi Cutter: a memorial sketch. **The Library Journal**,

[s. l.], v. 28, p. 697-704, out. 1903.

FREDERICK, Donna Ellen. Disruption or revolution? The reinvention of cataloguing (Data Deluge Column). **Library Hi Tech News**, [s. n.], n. 17, p. 6-11, 2017. DOI: 10.1108/LHTN-07-2017-0051.

FREEDMAN, Maurice J. Must We Limit the Catalog? **Library Journal**, [s. l.], n. 15, p. 322-324, 1984.

FUSCO, Elvis. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madri: Editorial Síntesis, 1999.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GLENNAN, Kathryn P. The Development of *Resource Description & Access* and Its Impact on Music Materials. **Notes**, [s. n.], v. 68, n. 3, p. 526-534, mar. 2012. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/466949/pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GORMAN, Michael. Seymour Lubetzky, Man of Principles. In: CONNELL, Tschera Harkness; MAXWELL, Robert L. **The Future of Cataloging: Insights From the Lubetzky Symposium**. Chicago: ALA, 2000. p. 12-21.

GORMAN, Michael; ODDY, Pat. The Anglo-American Cataloguing Rules Second Edition: Their History and Principles. In: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, Toronto, Canada, 1997. Disponível em: [http://epe.lacbac.gc.ca/100/200/300/jsc\\_aacr/aacr\\_sec/r-aacr2e.pdf](http://epe.lacbac.gc.ca/100/200/300/jsc_aacr/aacr_sec/r-aacr2e.pdf). Acesso em: 27 fev. 2018.

GOUGH, David; OLIVER, Sandy; THOMAS, James. Introducing systematic reviews. In: GOUGH, David; OLIVER, Sandy; THOMAS, James. **An introduction to systematic reviews**. Los Angeles: SAGE, 2012. p. 1-16.

HANSON, J. C. M. **A comparative study of cataloging rules based on the Anglo American code of 1908**, with comments on the rules and on the prospects for a further extension of international agreement and co-operation. Chicago: University of Chicago Press, 1939.

HITCHENS, Alison; SYMONS, Ellen. Preparing Catalogers for RDA Training. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 47, n. 8, p. 691-707, 2009.

HUFFORD, Jon R. The pragmatic basis of catalog codes: has the user been Ignored? **Cataloging & Classification Quarterly**, [v. n.], v. 14, n. 1, p. 27-38, 1991.

THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, Toronto, Canada, 1997. **Anais...** Ottawa: Canadian Library Association; London: Library Association Publishing; Chicago: American

Library Association, 1997. Disponível em: <http://www.RDAjsc.org/archivedsite/intlconf1.html>. Acesso em: 27 fev. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. [S.l.]: IFLA, 1961. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/IMEICC/IMEICC1/statement\\_principles\\_paris\\_1961.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/IMEICC/IMEICC1/statement_principles_paris_1961.pdf). Acesso em: 26 set. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp\\_2009-pt.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf). Acesso em: 26 set. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada**: Edición Consolidada. Tradução da Comisión de Traducción de la Biblioteca Nacional de España. [S.l.]: IFLA, 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Authority Data**: a conceptual model. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad\\_2013.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frad/frad_2013.pdf). Acesso em: 15 dez. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Bibliographic Records**: final report. La Haya: IFLA, 1998. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr\\_2008.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf). Acesso em: 15 dez. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**: a conceptual model. [S.l.]: IFLA, 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Library Reference Model**: a conceitual model for bibliographic information. Netherlands: IFLA, 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Report of the International Meeting of Cataloguing Experts, Copenhagen, 1969. **Libri**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 105-132, 1970.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. Netherlands: IFLA, 2016. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp\\_2016-en.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf). Acesso em: 26 set. 2017.

JEWETT, Charles C. **Construction of catalogues of libraries, and of a general catalogue and their publication by means of separate, stereotyped titles.** Washington: Smithsonian Institution, 1852.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **Historic documents:** Outcomes of the Meeting of the Joint Steering Committee Held in Chico. 2005. Disponível em: <http://www.RDA-jsc.org/archivedsite/0504out.html>. Acesso em: 26 abr. 2018.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA — Resource Description and Access:** Objectives and Principles. 2009. Disponível em: [http://www.RDA-jsc.org/archivedsite/docs/5RDA\\_objectivesrev3.pdf](http://www.RDA-jsc.org/archivedsite/docs/5RDA_objectivesrev3.pdf). Acesso em: 2 jan. 2018.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR THE REVISION OF AACR. **Strategic plan for AACR.** 2004. Disponível em: <http://www.RDA-jsc.org/archivedsite/docs/chair79rev3.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2018.

KINCY, Chamyia Pompey; LAYNE, Sara Shatford. **Making the Move to RDA:** a Self-Study Primer for Catalogers. United Kingdom: Rowman & Littlefield, 2014.

KITCHENHAM, Barbara A.; BUDGEN, David; BRERETON, Pearl. Using mapping studies as the basis for further research – A participant-observer case study. **Information and Software Technology**, [s. l.], n. 53, p. 638-651, 2011.

KITCHENHAM, Barbara Ann; BUDGEN, David; BRERETON, Pearl. **Evidence based Software engineering and systematic reviews.** New York: CRC Press, 2016. p. 293-356.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** 2. rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEE, Hur-Li; ZHANG, Lei. The role of genre in the bibliographic universe. **Advances in Classification Research Online**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 38-45, 2012. Disponível em: <https://journals.lib.washington.edu/index.php/acro/article/view/14236>. Acesso em: 28 maio 2019. DOI:10.7152/acro.v23i1.14236.

LEE, Hur-Li; ZHANG, Lei. Tracing the Conceptions and Treatment of Genre in Anglo-American Cataloging. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 51, n. 8, p. 891-912, 2013.

LUBETZKY, Seymour. **Cataloging Rules and Principles:** critique of the A.L.A. Rules for entry and a proposed desing for their revision. Washington: Library of Congress, 1953.

LUBETZKY, Seymour; SVENONIUS, Elaine. The Vicissitudes of Ideology and Technology in Anglo-American Cataloging since Panizzi and a Prospective Reformation of the Catalog for the Next Century. In: CONNELL, Tschera Harkness; MAXWELL, Robert L. **The Future of Cataloging:** Insights From the Lubetzky Symposium. Chicago: ALA, 2000. p. 3-11.

MAXWELL, Robert L. **FRBR: a guide for the perplexed**. Chicago: American Library Association, 2008.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MONTEBELO, R. et. al. **STRAT (SystematicReviewAutomatic Tool): uma ferramenta computacional de apoio à revisão sistemática**. [2007?]. Disponível em: <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/eselaw/2007/002.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MORTIMER, Mary. **Learn descriptive cataloging**. 2. ed. North American. [S.l.]: TotalRecall Publications, 2007.

NEGRUCCI, Teresa. **Historiography of Antonio Panizzi**. 2001. Disponível em: <https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/maack/Documents/Panizzi.doc>. Acesso em: 15 jun. 2018.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

OLIVER, Chris; CROSS, Emma. **RDA update: current issue and future trends**. 2018. Disponível em: <https://www.olasuperconference.ca/SC-2018/event/RDA-update-current-issues-and-future-trends/>. Acesso em: 15 jun. 2018.

OLSON, Hope A. Codes, costs, and critiques: The organization of information in *Library quarterly*, 1931-2004. **Library Quarterly**, [s. n.], v. 76, n. 1, p. 19-35, jan. 2006.

OTLET, P. Le code universel des règles catalographiques. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ARCHIVISTS AND LIBRARIANS, Bruxelles, 1910. **Anais...** Bruxelles: Au Siège de la Commission, 1912. p. 375-377.

PETTEE, Julia. The development of authorship entry and the formulation of authorship rules as found in the anglo-american code. **The Library Quarterly**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 270-290, jul. 1936.

PINTO MOLINA, María. **Análisis documental: fundamentos y procedimientos**. Madrid: EUDEMA, 1991.

POULTER, Alan. Filling in the Blanks in RDA or Remaining Blank? The Strange Case of FRSAD. In: PARK, Jung-Ran; HOWARTH, Lynne C. (Ed.). **New Directions in Information Organization**. [S. l.]: Emerald Group Publishing Limited, 2013. p.43-59.

RANGANATHAN, S. R. **Classified Catalogue Code: with additional rules for Dictionary Catalogue Code**. 5. ed. Índia: Asia Publishing house, 1964.

RANGANATHAN, S. R. International catalogue code. **Annals of Library and Information Studies**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 13-20, 1959. Disponível em:

<http://nopr.niscair.res.in/bitstream/123456789/28539/1/ALIS%206%281%29%2013-20.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

RANGANATHAN, S. R. **Theory of Library Catalogue**. London: Edward Goldston, 1938.

RDA STEERING COMMITTEE (RSC). **About RDA**. 2018. Disponível em: <http://rda-rsc.org/content/about-rda>. Acesso em: 5 maio 2019.

RIVA, Pat. **Building RDA using the FRBR Library Reference Model**. 2016. Disponível em: <<http://library.ifla.org/1911/1/S17-2016-riva-en.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2018.

ROUT, Rosalien; PANIGRAHI, Pijushkanti. Revisiting Ranganathan's canons in online cataloguing environment. **Annals of Library and Information Studies (ALIS)**, [s. l.], v. 62, n. 4, p. 286-289, 2015. Disponível em: <http://op.niscair.res.in/index.php/ALIS/article/view/11609>. Acesso em: 8 jun. 2019.

SALDANHA, G. S. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 300-315, set. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3259>. Acesso em: 20 out. 2017.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo: trajetória para um código internacional**. Niterói, RJ: Intertexto, 2009.

SCHACHT, Sigrid. Antonio Panizzi's Librarianship and its Representation in the Pioneering Library Journals. **Libri**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 273-310, 1980.

SILVA, José Fernando Modesto da. **O AACR não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador**. 2008. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=334](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334). Acesso em: 8 jan. 2018.

SILVA, José Fernando Modesto da. **Ranganathan e os Princípios de Catalogação de Paris, 1961**: parte 1 de 2. 2018. Disponível em: [https://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=1145](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1145). Acesso em: 5 nov. 2018.

SMIRAGLIA, Richard P.; LEE, Hur-Li; OLSON, Hope A. Epistemic presumptions of authorship. In: iCONFERENCE, 11., Seattle, 2011. **Anais...** Seattle: ACM, 2011.

SOUZA, Denise Helena Farias de. **Códigos de catalogação: uma abordagem histórica**. Belém: UFPA, 1997. (Documentos didáticos. Nova série; 3).

SPAULDING, C. Sumner. ISBD: Its Origin, Rationale, and Implications. **Library Journal**, [s. l.], n. 15, p. 121-123, 1973.

STROUT, Ruth French. The development of the catalog and cataloging codes. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 254-275, 1956.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Massachusetts: Institute of Technology, 2000.

TILLET, Barbara B. Introduction. In: IFLA MEETING OF EXPERTS ON NA INTERNATIONAL CATALOGUING CODE, 1., Frankfurt, 2003. **Anais...** München: Saur, 2003.

TILLET, Barbara B. RDA and the Semantic Web, Linked Data Environment. **JLIS.it**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 139-145, jan. 2013. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/6303/7876>. Acesso em: 5 fev. 2018.

TILLET, Barbara B. Report on the International Conference on the Principles and Future Development of AACR, Held October 23-25, 1997 in Toronto, Canada. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 31-55, 1998.

TORGERSON, Carole. **Systematic reviews**. London: Continuum, 2003.

TOSAKA, Yuji; PARK, Jung-Ran. RDA: Resource Description & Access — A Survey of the Current State of the Art. **Journal of the American society for information science and technology**, [s. l.], v. 4, n. 64, p. 651–662, 2013.

TOURINHO, E. Z. Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. **Temas em psicologia**, Belém, n. 2, p. 41-56, 1996. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413389X1996000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X1996000200004). Acesso em: 13 nov. 2017.

WEISS, Paul J.; LARKIN, Molly R. T. AACR3 Is Coming: What Is It? **The Serials Librarian**, [s. l.], v. 3/4, n. 50, p. 285-294, 2006.

YEE, Martha M. What Is a Work? Part 1: The User and the Objects of the Catalog. **Cataloging & Classification Quarterly**, [s. l.], v. 1, n. 19, p. 9-28, 1994.

ZAFALON, Zaira Regina. Recurso informacional e representação documental. In: ZAFALON, Z. R.; DAL'EVEDOVE, P. R. (Org.). **Perspectivas da representação documental: discussão e experiências**. São Carlos, SP: CPOI, 2017. p. 125-144.

ZAFALON, Zaira Regina. **Scan for MARC: princípios sintáticos e semânticos de registros bibliográficos aplicados à conversão de dados analógicos para o Formato MARC21 Bibliográfico**. 2012. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2012.



## APÊNDICES

APÊNDICE A – *STRING* DE BUSCA APLICADA NA BASE SCOPUS

TITLE-ABS-KEY (  
{ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO}  
OR  
{ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO}  
OR  
{ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO}  
OR  
{DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO}  
OR  
{DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO}  
OR  
{DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO}  
OR  
{RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO}  
OR  
{RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO}  
OR  
{RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS}  
OR  
{RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)}  
OR  
{RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO}  
OR  
{RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO}  
OR  
{RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO}  
OR  
{RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO}  
OR  
{DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS}  
OR  
{DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO}  
)

APÊNDICE B – STRING DE BUSCA APLICADA NA BASE WEB OF SCIENCE <sup>17</sup>

TS=(“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”)

OR

TI=(“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”)

---

<sup>17</sup> A base *Web of Science* não permite a busca no resumo, apenas como ‘assunto tópico’ e ‘título’.

APÊNDICE C – *STRING* DE BUSCA APLICADA NA BASE ISTA

TI ( (“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”))

OR

SU ( (“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”))

OR

AB ( (“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”))

OR

KW ( (“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR

“RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”))

## APÊNDICE D – STRING DE BUSCA APLICADA NA BASE LISTA

TI ( (“ACesso AO RECURSO E DESCRiÇÃO” OR “ACesso E DESCRiÇÃO AO RECURSO” OR “ACesso E DESCRiÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRiÇÃO DO RECURSO E ACesso” OR “DESCRiÇÃO E ACesso AO RECURSO” OR “DESCRiÇÃO E ACesso DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRiÇÃO E ACesso” OR “RECURSO: DESCRiÇÃO E ACesso” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “DESCRIPCIÓN Y ACceso A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACceso AL RECURSO”))

OR

SU ( (“ACesso AO RECURSO E DESCRiÇÃO” OR “ACesso E DESCRiÇÃO AO RECURSO” OR “ACesso E DESCRiÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRiÇÃO DO RECURSO E ACesso” OR “DESCRiÇÃO E ACesso AO RECURSO” OR “DESCRiÇÃO E ACesso DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRiÇÃO E ACesso” OR “RECURSO: DESCRiÇÃO E ACesso” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “DESCRIPCIÓN Y ACceso A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACceso AL RECURSO”))

OR

AB ( (“ACesso AO RECURSO E DESCRiÇÃO” OR “ACesso E DESCRiÇÃO AO RECURSO” OR “ACesso E DESCRiÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRiÇÃO DO RECURSO E ACesso” OR “DESCRiÇÃO E ACesso AO RECURSO” OR “DESCRiÇÃO E ACesso DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRiÇÃO E ACesso” OR “RECURSO: DESCRiÇÃO E ACesso” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “DESCRIPCIÓN Y ACceso A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACceso AL RECURSO”))

OR

KW ( (“ACesso AO RECURSO E DESCRiÇÃO” OR “ACesso E DESCRiÇÃO AO RECURSO” OR “ACesso E DESCRiÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRiÇÃO DO RECURSO E ACesso” OR “DESCRiÇÃO E ACesso AO RECURSO” OR “DESCRiÇÃO E ACesso DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRiÇÃO E ACesso” OR “RECURSO: DESCRiÇÃO E ACesso” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACceso” OR

“RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”))

APÊNDICE E – *STRING* DE BUSCA APLICADA NA BASE LISA

ab ( (“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”))

OR

ti ( (“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”))

OR

su ( (“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”))



## APÊNDICE F – STRING DE BUSCA APLICADA NA BASE BENANCIB

“ ( (title:”ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO”) OR (keyword:”ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO”) OR (abstract:”ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO”) OR (assunto:”ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO”) ) ”

“ ( (title:”ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO”) OR (keyword:”ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO”) OR (abstract:”ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO”) OR (assunto:”ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO”) ) ”

“ ( (title:”ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO”) OR (keyword:”ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO”) OR (abstract:”ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO”) OR (assunto:”ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO”) ) ”

“ ( (title:”DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO”) OR (keyword:”DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO”) OR (abstract:”DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO”) OR (assunto:”DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO”) ) ”

“ ( (title:”DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO”) OR (keyword:”DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO”) OR (abstract:”DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO”) OR (assunto:”DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO”) ) ”

“ ( (title:”DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO”) OR (keyword:”DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO”) OR (abstract:”DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO”) OR (assunto:”DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO”) ) ”

“ ( (title:”RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO”) OR (keyword:”RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO”) OR (abstract:”RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO”) OR (assunto:”RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO”) ) ”

“ ( (title:”RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO”) OR (keyword:”RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO”) OR (abstract:”RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO”) OR (assunto:”RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO”) ) ”

“ ( (title:”RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS”) OR (keyword:”RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS”) OR (abstract:”RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS”) OR (assunto:”RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS”) ) ”

“ ( (title:”RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)”) OR (keyword:”RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)”) OR (abstract:”RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)”) OR (assunto:”RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)”) ) ”

“ ( (title:”RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (keyword:”RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (abstract:”RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (assunto:”RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) ) ”

“ ( (title:”RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (keyword:”RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (abstract:”RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (assunto:”RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) ) ”

“ ( (title:”RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (keyword:”RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (abstract:”RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (assunto:”RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) ) ”

“ ( (title:”RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (keyword:”RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (abstract:”RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) OR (assunto:”RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”) ) ”

“ ( (title:”DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS”) OR (keyword:”DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS”) OR (abstract:”DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS”) OR (assunto:”DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS”) ) ”

APÊNDICE G – STRING DE BUSCA APLICADA NA BASE BRAPCI<sup>18</sup>

“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO”  
“ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO”  
“ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO”  
“DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO”  
“DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO”  
“DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO”  
“RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO”  
“RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO”  
“RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS”  
“RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)”  
“RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO”  
“RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO”  
“RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” – ti  
“RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” – ti  
“DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS”

---

<sup>18</sup> Termos buscados separadamente em título, palavras-chave e resumo.

APÊNDICE H – STRING DE BUSCA APLICADA NA BASE NDLTD<sup>19</sup>

subject: "ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO"  
 title: "ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO"  
 description: "ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO"  
 subject: "ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO"  
 title: "ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO"  
 description: "ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO"  
 subject: "ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO"  
 title: "ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO"  
 description: "ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO"  
 subject: "DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO"  
 title: "DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO"  
 description: "DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO"  
 subject: "DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO"  
 title: "DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO"  
 description: "DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO"  
 subject: "DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO"  
 title: "DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO"  
 description: "DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO"  
 subject: "RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO"  
 title: "RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO"  
 description: "RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO"  
 subject: "RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO"  
 title: "RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO"  
 description: "RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO"  
 subject: "RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS"  
 title: "RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS"  
 description: "RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS"  
 subject: "RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)"  
 title: "RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)"  
 description: "RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)"  
 subject: "RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
 title: "RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
 description: "RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
 subject: "RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
 title: "RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
 description: "RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
 subject: "RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
 title: "RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
 description: "RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO"

---

<sup>19</sup> A base NDLTD não aceita a pesquisa booleana com "OR", apenas "AND" e "NOT". Por tal motivo, a busca foi realizada por cada termo individualizado.

subject: "RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
title: "RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
description: "RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO"  
subject: "DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS"  
title: "DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS"  
description: "DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS"

## APÊNDICE I – STRING DE BUSCA APLICADA NA BASE BDTD 20

(Todos os campos:

“ACESSO AO RECURSO E DESCRIÇÃO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO AO RECURSO” OR “ACESSO E DESCRIÇÃO DO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO DO RECURSO E ACESSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO AO RECURSO” OR “DESCRIÇÃO E ACESSO DO RECURSO” OR “RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RECURSO: DESCRIÇÃO E ACESSO” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS” OR “RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)” OR “RECURSO, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSO: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS, DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “RECURSOS: DESCRIPCIÓN Y ACCESO” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO A RECURSOS” OR “DESCRIPCIÓN Y ACCESO AL RECURSO”)

)

---

<sup>20</sup> A busca pelos campos especificados no protocolo (título, resumo e palavras-chave) não recupera documentos.

## APÊNDICE J – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS ICPS DE 1961, 2009 E 2016

## Principais diferenças entre os ICPS de 1961, 2009 e 2016

<b>Categorias</b>	<b>ICP 1961</b>	<b>ICP 2009</b>	<b>ICP 2016</b>
<b>Abrangência</b>	Pontos de acesso.	Entidades, atributos e relações; descrição bibliográfica; pontos de acesso; fundamentos para a funcionalidade de pesquisa.	Entidades, atributos e relações; descrição bibliográfica; pontos de acesso; fundamentos das capacidades de pesquisa.
<b>Princípios</b>		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conveniência do usuário;</li> <li>2. Uso comum;</li> <li>3. Representação;</li> <li>4. Exatidão;</li> <li>5. Suficiência e necessidade;</li> <li>6. Significância;</li> <li>7. Economia;</li> <li>8. Consistência e normalização;</li> <li>9. Integração.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conveniência do usuário;</li> <li>2. Uso comum;</li> <li>3. Representação;</li> <li>4. Exatidão;</li> <li>5. Suficiência e necessidade;</li> <li>6. Significância;</li> <li>7. Economia;</li> <li>8. Consistência e normalização;</li> <li>9. Integração;</li> <li>10. Interoperabilidade;</li> <li>11. Abertura;</li> <li>12. Acessibilidade;</li> <li>13. Racionalidade.</li> </ol>
<b>Recursos informacionais</b>	Livros impressos.	Todos os tipos de recursos informacionais.	Todos os tipos de recursos informacionais.
<b>Funções do catálogo</b>	<p>Deve ser um instrumento eficiente para verificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Se a biblioteca contém um determinado livro especificado pelo               <ol style="list-style-type: none"> <li>(a) o autor e o título, ou</li> <li>(b) se o autor não for nomeado no livro, seu título sozinho ou</li> <li>(c) se o autor e o título são inadequados ou insuficientes para identificação, um substituir o</li> </ol> </li> </ul>	<p>Deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário, conforme Svenonius (2000):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Encontrar um determinado recurso;</li> <li>- Encontrar conjuntos de recursos representando;</li> <li>- Identificar um recurso bibliográfico ou agente;</li> <li>- Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encontrar um determinado recurso;</li> <li>- Encontrar conjuntos de recursos representando;</li> <li>- Identificar um recurso bibliográfico ou agente;</li> <li>- Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário;</li> <li>- Adquirir ou obter acesso a um item descrito;</li> </ul>

	título; e (a) que obras de um determinado um autor e (b) quais edições de uma obra específica estão na biblioteca.	necessidades do usuário; - Adquirir ou obter acesso a um item descrito; - Navegar num catálogo ou para além dele.	- Navegar e explorar num catálogo ou para além dele.
<b>Usuário</b>	O catálogo deve atender as necessidade e interesse do usuário.	Dos princípios, o mais determinante é a conveniência do usuário.	Novas categorias de usuários, o ambiente de acesso aberto, a interoperabilidade e acessibilidade de dados, recursos de ferramentas de descoberta e a mudança significativa de comportamento do usuário em geral
<b>Descrição bibliográfica</b>	Não menciona.	- Deve-se criar uma descrição bibliográfica separada para cada Manifestação; - Os dados descritivos devem ser baseados numa norma internacionalmente vigente; - As descrições podem ser feitas de acordo com vários níveis de detalhe, dependendo dos objetivos do catálogo.	- Deve-se criar uma descrição bibliográfica separada para cada Manifestação; - Os dados descritivos devem ser baseados numa norma internacionalmente vigente; - As descrições podem ser feitas de acordo com vários níveis de detalhe, dependendo dos objetivos do catálogo.

Fonte: Adaptação a partir de International Federation of Library Associations and Institutions (1961, 2009, 2017) e de Santos e Corrêa (2009).